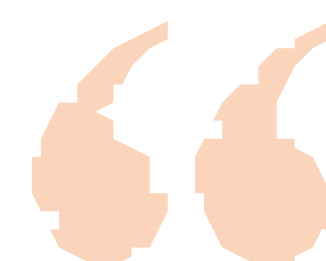


Restaurar e Readaptar para Ressignificar

–

projeto de restauração e adaptação de uso do antigo DOPS como estratégia de não repetição



Os silêncios são a borracha da memória, selam pactos de esquecimento, moram nos silêncios as raízes das grandes mágoas familiares, destruindo pontes entre as pessoas e seus afetos, entre os países e suas histórias. Sinto que precisamos agora juntar nossos caquinhos para retomar as rédeas do nosso poder de nos narrar. Abrir a caixa preta para contar as nossas histórias, reconstruir nossas memórias. Recompor o nosso imaginário coletivo, para que o passado não nos assombre mais.

(BENJAMIN, Carol, 2020)

resumo

O presente trabalho visa a realização de um projeto de restauração do edifício histórico conhecido popularmente como antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), compreendendo-o como um Lugar de Memória, visando sua manutenção e transformação de uso do espaço em um lugar de debates e rememoração do passado doloroso, e silenciado, como estratégia de não repetição. Entendendo a relevância desta proposição no contexto atual, onde há o levante a símbolos ditatoriais, o retorno de políticas que flertam com a ditadura e a exaltação de reconhecidos ditadores.

palavras chaves

Lugar de memória; Readaptação de uso; Ditadura Militar; Projeto de arquitetura; Projeto de intervenção.

sumário

1 introdução | 5

2 justificativa | 8

2.1 a ditadura militar no brasil | 8

2.2 O contexto político atual | 10

2.3 Memórias da Ditadura Militar | 12

2.4 A sede do Departamento de Ordem Política e Social | 16

3 objetivo geral e objetivos específicos | 19

4 metodologia | 20

5 análise do entorno e da legislação aplicável | 22

5.1 histórico da área | 27

5.2 legislação aplicável | 29

5.3 histórico da área | 31

6 embasamento teórico | 35

7 o objeto | 39

7.1 histórico da edificação | 39

7.2 análise da edificação | 44

7.3 situação atual | 47

7.3.2 fachadas externas | 47

7.3.2 interior | 48

8 o projeto | 51

8.1 situação atual | 51

8.1.1 campo de concentração de auschwitz | 51

8.1.2 casino de los oficiales, ex ESMA, BA Argentina | 53

8.1.3 museo de la memoria e de los derechos humanos | 57

8.1.4 o cais do Valongo | 60

8.1.5 casa de cultura Luiz Gonzaga | 61

8.2 programa de necessidades | 64

8.2.1 o INEPAC | 64

8.2.2 o museu | 67

8.2.2 outros usos | 69

8.3 diretrizes do projeto de restauro | 71

8.4 diretrizes do projeto de restauro | 73

8.5 diretrizes do projeto de restauro | 77

8.6 diretrizes do projeto de restauro | 80

9 referências bibliográficas | 91

10 apêndice | 98

11 anexos | 105

1 introdução

Conhecido popularmente como prédio do antigo Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS), o edifício histórico situado à rua da Relação nº 40 foi tombado pelo INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro) em sete de maio de 1987 (tombamento provisório, nº do processo E-18/300.071/87), dada a compreensão pelo instituto da representação desta como “um marco e testemunho histórico das lutas populares pela conquista de liberdade e lugar de memória dos que ali foram torturados pela defesa de suas idéias políticas” (INEPAC, s/d). Atualmente a edificação - sede do Museu da Polícia Civil - sucumbe às influências do tempo, das ações humanas no entorno e da falta de manutenção, comprometendo a permanência deste lugar de tantas memórias. Lugar de memórias dicotômicas, memória do oprimido e do opressor, memórias de um passado distante e de um passado mais recente, memória de um edifício que deveria “refletir o significado da função policial mesclando exuberância do monumento, sofisticação e severidade” (PRADAL, 2017, p.56) e a memória de um edifício que presenciou a repressão, as perseguições e as torturas no período da ditadura militar brasileira.

Deste modo, a proposta de projeto de restauração e adaptação de um novo uso deste edifício se deve ao anseio de uma parcela da população, que tendo como embasamento o atual contexto político e social, com-

preende como relevante e necessária a preservação das memórias que o compõem e das histórias que este encarcera. Em um mesmo local as memórias do opressor e do oprimido. Um prédio emblemático pelo momento histórico e pela tipologia arquitetônica característica de seu momento de construção.

Compreendendo-o então como um Lugar de Memória (NORA, 1993), o presente trabalho visa sua transformação em um memorial em homenagem às vítimas, em suas diversas escalas, da ditadura militar, tornando o edifício também um espaço de debates e rememoração do passado doloroso, como estratégia de não repetição, visando também a preservação do valor social da edificação. Entretanto, entendendo que um uso único do espaço como museu incorre no risco de um novo “abandono” e que o uso contínuo é necessário para que se garanta a manutenção, optamos então por dividir a sua utilização com a sede do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).

1 - De acordo com a Lei Estadual nº 509, de 3 de dezembro de 1981 (que dispõe sobre o Conselho Estadual de Tombamento), em seu artigo 5º, parágrafo 1º, “O tombamento provisório equipara-se para todos os efeitos ao tombamento definitivo” (RIO DE JANEIRO, 1981).

2.1 a ditadura militar brasileira

Em 31 de março de 1964 inicia-se o Golpe de Estado, que promoveu a instauração da Ditadura Militar no Brasil. Sem uma resistência estruturada e com a partida do então Presidente da República João Belchior Marques Goulart (1961-64), popularmente conhecido como Jango, para o exílio no Uruguai, a Ditadura Militar no Brasil foi instaurada com sucesso.

Entretanto, não era a primeira vez que havia uma intervenção militar por aqui, o mesmo já havia ocorrido em 1945 e em 1954, como nos relata Celso CASTRO (s/ d), e não duraram por muito tempo, sendo logo convocadas novas eleições. Contudo a Ditadura Militar de 1964 não teve as mesmas características das ditaduras anteriores, perdurando por 21 anos.

Os Militares buscaram, desde o início do Golpe, meios de legitimar e institucionalizar o regime militar diante da opinião pública, sendo assim contavam com o apoio de setores no Congresso Nacional. De modo que, logo após a tomada de poder pelos militares, eles estabeleceram o AI-1 (Ato Institucional 1) que dava ao governo militar, representado na época pelo general Humberto Castelo Branco, o poder de mudar a constituição, anular mandatos legislativos, interromper direitos políticos, demitir e/ou

aposentar qualquer pessoa contrária a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública, como nos relata CALICCHIO (s.d.) em sua análise dos atos institucionais.

Durante os anos da ditadura tivemos cinco presidentes eleitos indiretamente. Sendo eles: Humberto Castello Branco (1964-1967); Artur Costa e Silva (1967-1969); Emílio Médici (1969-1974); Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985). Tendo sido os anos de governo de Médici e Geisel conhecidos popularmente como os mais violentos e de maior repressão.

Quando Médici assume a presidência em 25 de outubro de 1969, o Congresso e diversas assembleias legislativas encontravam-se fechadas, todos os Atos Institucionais já haviam sido promulgados e tínhamos então uma versão ainda mais radical da Lei de Segurança Nacional, que caracterizou a situação como um guerra revolucionária, e passou a prever pena de morte por fuzilamento, prisão perpétua, autorizava a prisão de qualquer cidadão em regime de incomunicabilidade por dez dias, coibição de manifestações de pensamento, submetendo a imprensa escrita, o rádio, a Tv, a música e todas as demais formas de expressão à censura prévia, o que poderia acarretar - e acarretou- intimidação, processos e prisões (CALICCHIO, s.d.).

Foi sob o governo do general Médici que, de acordo com o portal

Memórias da Ditadura², o regime militar extrapolou as próprias leis e praticou diversos atos ilegais, cometeu crimes contra os direitos humanos e crimes de lesa-humanidade. Uma das práticas comuns deste período foi a tortura, física e psicológica, forma escolhida pelos militares de perseguir e combater os “opositores”. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), em seu relatório entregue em 2014 (BRASIL, 2014), estima-se que 20 mil pessoas foram torturadas pela ditadura, 434 pessoas tenham sido mortas, 8 mil indígenas tenham sido mortos pela ocupação da Amazônia e 5 mil pessoas tenham tido seus direitos políticos cassados.

2 - Memórias da Ditadura é um portal criado e gerido pelo Vlado Educação – Instituto Vladimir Herzog, com o objetivo de divulgar a História do Brasil no período de 1964 a 1985 junto ao grande público.

2 justificativa

2.2 contexto político atual

Em 2012 a então Presidente da República Dilma Rousseff (2011-2016) inaugurou, na presença de todos os presidentes que a antecederam nos - até então - 28 anos de nossa história democrática recente, a Comissão Nacional da Verdade (CNV). A inauguração da CNV em seu mandato é um ato emblemático, pois é importante lembrarmos que a presidente em exercício à data, foi uma das pessoas presas politicamente e torturada durante a ditadura militar. Ainda durante o mandato de Dilma Rousseff, a CNV entregou seu relatório final onde exige a abertura dos arquivos das Forças Armadas.

Dilma Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleita em processo democrático em 2010 e reeleita também em processo democrático em 2014. A sua reeleição ocorreu num contexto político delicado, após fortes manifestações no ano de 2013 e em um momento de crise econômica que se intensificou posteriormente. Entretanto, Dilma Rousseff não chegou ao fim de seu 2º mandato, tendo sido destituída do cargo em 2016.

Na ocasião do processo de impeachment da então Presidente Dilma Rousseff, um Deputado Federal, ao proferir o voto³ em favor de seu impeachment, homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra⁴, que a torturou durante a Ditadura Militar. Em seu discurso, o deputado cita o ano de 1964, o exército, as forças armadas e Ustra: “Perderam em 64, per-

deram agora em 2016 [...] Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”.

Em 2018, o deputado em questão foi eleito presidente da República Federativa do Brasil, em uma chapa de base militar que reverencia a memória da ditadura⁵. A eleição do antigo deputado após a fala, citada anteriormente, tendo em vistas as bases de governo às quais ele está inserido, seriam motivos o suficiente para que nos recordassem dos anos sombrios da ditadura militar. Entretanto, estes não são os únicos fatos que podemos citar do atual presidente.

Em 2020, durante um momento delicado da pandemia da Covid-19 que ainda nos assola, o então presidente apoiou ato antidemocrático que pedia o fechamento do STF (Supremo Tribunal Federal) e comemorou, junto com o vice-presidente, a ditadura militar (G1- Fantástico, 2020). Ainda na esfera política temos outro exemplo recente, ocorreu no dia 29 de março de 2021, o deputado de Goiás, Major Vitor Hugo (PSL), apresentou o projeto de lei 1074/2021 que se assemelha a Lei nº 667 de 1969, da ditadura, que instituiu poderes exclusivos ao presidente de mobilizar civis e militares em casos de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua erupção. Entretanto, a proposta não

foi adiante tendo sido recusada por todos os demais, exceto um outro deputado do Partido Republicanos (GOULART, 2021).

Contudo, não é somente na esfera política que esses exemplos ocorrem, na população em geral o mesmo ocorre havendo um número crescente de pessoas que desacreditam das práticas de tortura realizadas no período da Ditadura Militar ou que pedem o retorno do AI-5 e há ainda as que exaltam este momento e as figuras que representam esse momento de nossa história.



Figura 01 - Manifestantes com cartazes pedindo a intervenção militar e o retorno do AI-5, 2020. Fonte: <https://falauniversidades.com.br/opiniao-cartaz-do-ai-5-encontrado-com-queiroz-preocupa-democraticos/> Acesso em: 26 de mai. de 2021

3 - A votação do processo de impeachment, na Câmara dos Deputados, foi transmitido em rede nacional de televisão, ao vivo. Tendo sido amplamente divulgada a fala em questão em diversos meios de comunicação.

4 - Carlos Alberto Brilhante Ustra, foi coronel do Exército Brasileiro, ex-chefe do DOI-CODI. Tornou-se o primeiro militar condenado pela Justiça Brasileira pela prática de tortura durante a ditadura. (CHRISTOFOLETTI, 2008)

5 - O Vice Presidente, General Hamilton Mourão, publicou em seu twitter no dia 31/04/2021 um tweet celebrando o aniversário do golpe. O Ministro da Defesa, Walter Braga Netto, fez uma declaração que consta no texto “Ordem do dia alusiva ao 31 de Março de 1964” - publicado no site do Ministério da Defesa - onde diz o seguinte: “o movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil” e, assim, “devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março”.

2 justificativa

2.3 memórias da ditadura militar

A ditadura militar não é exclusividade da história política do Brasil. Ao analisarmos o cenário político da América do Sul verificamos que diversos outros países também sofreram com ditaduras militares, muitas delas até mais violentas quando comparados os números de mortos e desaparecidos do que as nossas, como o caso da Argentina (PIEPER, 2020). Entretanto há uma diferença sensível na forma como os nossos vizinhos lidam com esta memória e a forma como nós o fazemos.

De acordo com o que nos apresenta Rebeca Cabral, em sua tese de mestrado intitulada “Memórias de dor em Buenos Aires: de ex-centros clandestinos a lugares de memória e consciência” (2019), na Argentina, tão logo houve o processo de redemocratização do país, houve também o intuito de responsabilizar os torturadores e esclarecer o paradeiro de milhares de desaparecidos, com a criação da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep). Além das leis promulgadas neste sentido, houve recentemente uma preocupação que a história não fosse esquecida e com este intuito a Escola de Mecânica da Armada (ESMA) que funcionou durante o regime militar como centro clandestino de detenção, tortura e extermínio, onde milhares de pessoas foram torturadas e assassinadas, foi transformada em espaço para memória, promoção e defesa dos Direitos Humanos. Não só a ESMA (Figura 02), como diversos outros centros (Figura 03 e 04), que são locais desta memória dolorosa, têm sido

transformados e ressignificados, para que a história não se perca e não se repita.

Apesar de diversos exemplos de desdobramentos possíveis a partir da ditadura militar de nossos vizinhos da América do Sul, o Brasil segue na contramão. A ditadura militar no Brasil teve fim em 1985, somente após dez anos, em 1995, foi promulgada a Lei no 9.140/95 onde há o reconhecimento da responsabilidade do Estado pelas mortes e desaparecimentos denunciados no período do regime militar. Foi somente em 2011, 26 anos após o fim da ditadura militar, durante o governo de Dilma Rousseff, que foi instaurada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o intuito de investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas no período

da ditadura militar.

Em 2014, ainda durante o governo Dilma Rousseff, a CNV entregou seu relatório final onde conclui que houve práticas de detenção ilegais e arbitrarias, tortura, violência sexual, assassinatos, desaparecimentos forçados e ocultações de cadáveres, resultado de uma política estatal, caracterizando-se como crimes contra a humanidade. O relatório identificou 434 casos de mortes e desaparecimentos e enumerou 337 agentes públicos envolvidos. (CNV, BRASIL, 2014).

Além disto, de acordo com análise feita pelo instituto Vladimir Herzog e publicada no portal Memórias da Ditadura, o relatório recomendou 29 medidas ou políticas públicas para prevenir violações de direitos humanos



Figura 02 - Foto do edifício principal da ESMA, Cuatro Coluñas, s/d. Fonte: <<https://turismo.buenosaires.gob.ar/br/article/percurso-da-mem%C3%B3ria>>. Acesso em: 26 de mai. de 2021



Figura 03 - Virrey Cevallos, foto desde a R. Virrey Cevallos, 2017. Fonte: CABRAL, 2019.



Figura 04 - Fachada do Automotores Orletti, 2019. Fonte: CABRAL, 2019.

e assegurar sua não repetição, dentre elas diversas voltadas a responsabilização dos executores, reconhecimento por parte das forças armadas de sua responsabilidade, desmilitarização das polícias civis, proibição da realização de eventos oficiais em comemoração ao golpe de 1964, ampliar e garantir o conhecimento acerca da democracia e dos direitos humanos nos mais variados graus de instrução, criação de mecanismos de combate a tortura, revogação da Lei de Segurança Nacional e, por fim, a preservação da memória das graves violações de direitos humanos. Entretanto, atualmente, seis anos após a conclusão do relatório, somente cinco recomendações foram plenamente atendidas e seis parcialmente atendidas, seguimos assim com 18 recomendações que não foram sequer inicia-



Figura 05 - Figura 05 - Fachada da Pinacoteca e do Memorial da Resistência em São Paulo, s/d. Fonte: Arte Fora do Museu. <<https://arte-foradomuseu.com.br/memorial-da-resistencia-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 26 de mai. de 2021



Figura 06 - Monumento no Cemitério Dom Bosco, s/d. Fonte: https://www.wikiwand.com/pt/Cemitério_de_Perus. Acesso em: 26 de mai. de 2021



Figura 07 - Monumento em homenagem aos mortos e desaparecidos da ditadura militar projetado por Ricardo Ohtake, no Parque Ibirapuera, 2014. Fonte: G1 - São Paulo.

das (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, s.d.).

Fica claro, quando observamos o não cumprimento das recomendações da CNV, que sofremos de um apagamento de nossa história e consequentemente de nossa memória. A ditadura perdurou por 21 anos e teve seu fim há 36 anos, daquela época nos restam poucos registros visíveis na cidade.

Como marcas nas cidades, temos alguns poucos e singelos exemplares em sua maioria na cidade de São Paulo, sendo elas a prisão do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), atual Pinacoteca e Memorial da Resistência (figura 05), e dois monumentos, um no cemitério Dom Bosco (figura 06) e outro no Ibirapuera (figura 07), ambos de autoria de Ricardo Ohtake. Na cidade do Rio de Janeiro temos o Túnel Zuzu Angel, em ho-

menagem à estilista em questão, que buscava incessantemente informações de seu filho “desaparecido” e que sofreu um “acidente” fatal neste túnel. Dos mortos pela ditadura, são essas as lembranças físicas que possuímos. Por outro lado, em memória aos ditadores não nos faltam “homenagens”, somente em São Paulo, em 2017, ainda haviam 39 ruas com nome de ditadores, de acordo com Rodrigo Menegat (2007), no Brasil na mesma época ainda tínhamos 2.896km de ruas com nomes de torturadores - a exemplo temos a Av. Castelo Branco e a Ponte Presidente Costa e Silva - Ponte Rio-Niterói. Enquanto ruas com nomes das vítimas não somam 170km, em todo Brasil.

6 - Estima-se que cerca de 30 mil pessoas tenham desaparecido ou sido assassinadas durante o período da Ditadura Militar Argentina.

7 - Tais como o Club Atlético, o Olimpo, o Virrey Cevallos e o Automotores Orletti. Os quais pretendemos, em alguma medida, utilizar como referências projetuais.

2 justificativa

2.4 a sede do departamento de ordem política e social

O DOPS está localizado na Rua da Relação nº 40, no bairro do Centro, na cidade do Rio de Janeiro, próximo à Praça da Cruz Vermelha e da Rua do Lavradio. A edificação situa-se em um terreno de esquina, com frente para a Rua da Relação e para a Rua dos Inválidos. Tendo sido construída em 1910 e ampliada em 1922, a edificação de estilo eclético é o objeto central deste trabalho.

A edificação em questão (figura 08) foi um dos centros de encarceramento dos presos políticos da ditadura militar. Sendo não somente um local de encarceramento, mas também um local de tortura. De acordo com Marcelo Henrique da Costa⁸, em entrevista concedida a mim, os presos políticos eram levados inicialmente para a sede do DOPS onde alguns passavam por sessões de tortura já neste local, enquanto que outros, considerados de maior relevância no cenário da época, eram encaminhados para o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI CODI) atual Batalhão da Polícia do Exército (figura 09), situado na Rua Barão de Mesquita, nº 425, onde eram submetidos a extensas sessões de tortura para que revelassem as informações que possuíam.

O antigo prédio do DOPS foi concebido para ser a sede da Repartição Central da Polícia e Serviços em 1908, tornou-se - durante a Ditadura Vargas - Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS),

passando a ser sede do DOPS durante a Ditadura Militar de 1962 até 1975 e foi o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) de 1975 até 1983 (ISER, s/d, p.1, apud FERRAZ, 2018, p. 194). Após este momento e até 1991 a edificação passou a ser a sede da Divisão Anti Sequestro, passando a ser em 1991 sede da Delegacia Especial para Repressão aos Crimes de Tortura e Abuso de Autoridade até 1999, quando tornou-se o Museu da Polícia Civil. Vemos, assim, sua utilização desde sempre como aparato de segurança. Apesar dos diversos agentes que já a tiveram como sede, o período mais marcante de sua história foi sua utilização enquanto sede do DOPS.

Apesar dos horrores aos quais este momento de nossa história nos remete, ou talvez justamente por eles, há um silenciamento a seu respeito. Por tratar-se de uma memória dolorosa há o silenciamento, como no caso descrito por Michael Pollak (1989) a respeito do nazismo. Quando procuramos, percebemos que há uma gama de materiais dos mais diversos tipos a respeito do período. Entretanto, permanece um tabu nas histórias individuais, “essas lembranças [são] proibidas (.), indizíveis (...) ou envergonhadas...” (POLLAK, 1989, p. 8). De modo que, como afirma Pierre Nora (1993, p. 14), quanto “menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só se vive através delas”.

Ao mesmo tempo em que ocorre o silenciamento voluntário dos envolvidos, há também uma aceleração da história, uma urgência no apagamento de um passado já superado. De acordo com NORA (1993) este apagamento é o que faz com que não haja mais meios de memória e por isso haja a necessidade dos locais de memória. Este apagamento da memória decorrente da mundialização e do imediatismo que assola a sociedade atual, nos traz riscos, visto que uma sociedade que não rememore a sua história está fadada a repeti-la.

Posto isto, a edificação em questão enquanto Lugar de Memória - devido ao caráter simbólico do patrimônio material - carece de uso constante para sua manutenção e conservação enquanto patrimônio cultural edificado. Considerando os usos anteriores e as memórias que o compõem, o presente trabalho compreende a relevância de dar-lhe o uso museal com ênfase na memória da ditadura militar, mas abordando também o histórico da edificação durante os anos.

Contudo, entendemos também que a utilização única do espaço como museu incorre no risco de um novo “abandono”, tal qual ocorre hoje com a edificação - atual Museu da Polícia Civil - e com diversos outros museus no estado do Rio de Janeiro. De modo que, entendendo a relevância da edificação e de seu histórico e a necessidade de um uso contínuo que garanta sua manutenção, optamos por dividir o espaço ao invés de destiná-lo ex-

clusivamente ao museu. Assim sendo, buscamos outros usos que fossem congruentes com o uso escolhido inicialmente. Optamos então por dividir a sua utilização com a sede do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Esta escolha se deu por dois motivos principais: atualmente o INEPAC não possui sede própria, sendo mudado de localização constantemente, o que dificulta o acesso à informação por parte do cidadão e também acarreta riscos de perdas de documentação relevante com as mudanças, e também devido ao tombamento da edificação pelo próprio INEPAC desde 1987.

8 - Marcelo Henrique da Costa é filho de Alcir Henrique da Costa e de Flora Abreu. Alcir foi preso e torturado durante o regime militar por duas vezes. Flora foi uma das mulheres mais procuradas durante o regime militar, sob a alegação de contravenção e de contato direto com Marighella e outros emblemáticos da época. A entrevista foi concedida no dia 07 de maio de 2021 via Whatsapp.

9 - Getúlio Dornelles Vargas, presidente do Brasil em duas ocasiões, de 1930 a 1945 e posteriormente de 1951 a 1954. O governo exercido por ele de 1930 a 1945 dividiu-se em três fases: a primeira de 1930 a 1934 tendo sido conhecido como “Governo Provisório”, de 1934 a 1937 “Governo Constitucional” e de 1937 a 1945 período conhecido como “Estado Novo”. Estado Novo foi como ficou conhecido o período histórico da ditadura varguista. Este período foi marcado pelo fechamento do Congresso Nacional, rigorosas leis de censura, perseguição política e permissão da prática de tortura



Figura 08 - Fachada do prédio do antigo DOPS, s/d.
Fonte: [http://museus.cultura.gov-br/espaco/6554/%7B%7Brelation.agent.singleUrl%7D%7D](http://museus.cultura.gov.br/espaco/6554/%7B%7Brelation.agent.singleUrl%7D%7D). Acesso em: 26 de mai. de 2021



Figura 09 - Fachada do Batalhão de Polícia do Exército, à Rua Barão de Mesquita, s/d.
Fonte: <https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/rio-de-janeiro/exercito-resiste-e-mpf-move-acao-por-tombamento-de-predio-do-antigo-doi-codi>. Acesso em: 26 de mai. de 2021

3 objetivos gerais e específicos

objetivo geral:

- Preservação e Restauração do edifício sede do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) por entendê-lo como lugar de memória relacionado ao passado recente, doloroso e não superado do contexto da ditadura militar brasileira.

objetivos específicos:

- Preservação da memória coletiva da sociedade;
- Restauração do edifício;
- Projeto de adaptação dos novos usos ao edifício;
- Criação de um memorial em homenagem às vítimas, em suas diversas escalas, da ditadura militar;
- Atribuição de um espaço destinado especialmente ao INEPAC, entendendo todas as suas necessidades;
- Tornar o edifício um espaço de debates e rememoração do passado doloroso, como estratégia de não repetição;
- Evidenciar o valor social e a natureza do patrimônio de memória sensível da edificação tombada.

4 metodologia

A metodologia deste trabalho final de graduação (TFG) aborda os assuntos dentro do campo da Arquitetura e Urbanismo, dos quais se destaca a área de Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural. O estudo iniciou-se a partir do anseio pela restauração do edifício do antigo Departamento de Operações Políticas e Sociais (DOPS) por compreendê-lo como um lugar de memória relevante no cenário carioca entre as décadas de 1960 a 1980, mas não limitado a este período.

Isto posto, o trabalho se desdobra em pesquisas bibliográficas – apoiando-se em teses, artigos, livros e documentários - na busca pelo entendimento da história que se pretende revelar em conjunto a edificação, no levantamento de dados documentais e iconográficos da edificação e em como a restauração deste patrimônio poderia influir na construção de uma memória nacional, ainda que se tratando de uma memória dolorosa que tendencia a um silenciamento. Para tal, o aprofundamento teórico no conhecimento sobre as cartas patrimoniais e os teóricos do patrimônio cultural que versam sobre o assunto é fundamental. Além disso, a realização do diagnóstico da área, o estudo da legislação aplicável e o levantamento do histórico do edifício são importantíssimos para compreender as possibilidades do projeto. É importante salientar que devido ao risco de desabamento, o acesso ao interior da edificação está impossibilitado, deste modo todo o trabalho será baseado em levantamentos já existentes.

A fase prática do projeto é embasada em fundamentos da teoria do patrimônio, de modo que as decisões projetuais não se deem por pura estética ou funcionalismo, mas que se correlacione a prática com a teoria. De modo a desenvolver um significativo projeto de reutilização e requalificação do lugar visando a preservação do patrimônio de valor social por meio da edificação. Para construção de repertório, serão analisados alguns outros exemplares num caráter mais amplo, utilizando referências internacionais e referências de caráter nacional. Esta pesquisa de referências, em virtude do cenário atual, terá como ferramenta principal o meio digital. O desenvolvimento do anteprojeto se dá em paralelo com o mapeamento de danos e as pesquisas de referências, sendo sucedido pela fase prática a ser concluída durante o curso da disciplina de TFG2.

5 análise do entorno e da legislação aplicável

A edificação em questão - o prédio do antigo DOPS - fica localizada na esquina da rua da Relação e da rua dos Inválidos, estando assim no bairro do Centro, próximo ao bairro da Lapa, à praça da Cruz Vermelha e à rua do Lavradio, área central do município do Rio de Janeiro. Estando inserida na Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) da Cruz Vermelha, instrumento urbano municipal de proteção do patrimônio pertencente ao plano diretor do Rio de Janeiro¹⁰, de responsabilidade do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) que:

conjuga preservação e desenvolvimento urbano, sendo constituída de bens imóveis, passeios, ruas, pavimentações, praças, usos e atividades, cuja ambiência em seu conjunto (homogêneo ou não), aparência, seus cheiros, suas idiossincrasias, especificidades, valores culturais e modos de vida conferem uma identidade própria a cada área urbana - da Cruz Vermelha. (IRPH, 2012, p. 1)

A APAC em questão é delimitada pelo polígono conformado pelo entroncamento do viaduto São Sebastião com a Rua Clementino Fraga por esta (incluindo apenas o lado ímpar) até a Rua Benedito Hipólito, por esta (incluindo apenas o lado par) até a Rua Frederico Silva, por esta (incluindo apenas o lado par) até a Rua General Caldwell, por esta (incluindo apenas o lado ímpar) até a Rua Azevedo Coutinho, por esta (incluindo apenas o lado ímpar) até a Praça da República, por esta (incluindo apenas o lado par) até a Rua Frei Caneca. Praça da República, por esta (incluindo apenas o lado ímpar) até a Rua Visconde do Rio Branco, por esta (incluin-

do apenas o lado ímpar) até a Rua do Lavradio, por esta (incluindo apenas o lado par) até a Rua do Riachuelo, por esta (incluindo apenas o lado par) até a Rua Silvio Romero. Rua do Riachuelo (incluída) da Rua Silvio Romero até a rua Frei Caneca, por esta (incluída) até o entroncamento com a Rua Salvador de Sá, por esta (excluída) até o viaduto São Sebastião, por este (excluído) até o ponto de partida, (figura 10).

Tendo aproximadamente¹¹ 884.505 m² a área delimitada pela APAC apresenta um número significativo de bens tombados, sendo cinco edificações tombadas a nível federal, nove a nível estadual e quarenta e seis a nível municipal, totalizando assim sessenta edificações tombadas, quantidade bastante significativa (Figura 11). Além das edificações tombadas há também as que são preservadas pelo Decreto que institui a APAC e pelos Decretos complementares.

Devido sua localização, numa área central da cidade, a região conta com diversos modais diferentes de transporte, sendo possível o acesso através de trem pela estação Central do Brasil - localizada a 1,3 km, aproximadamente 17 minutos a pé - de ônibus provenientes de todas as regiões do Rio de Janeiro - localizados a 120 metros (zona norte) aproximadamente 02 minutos a pé, 350 metros (zona sul) aproximadamente 04 minutos e 500 metros (zona oeste e baixada) aproximadamente 06 minutos - de metrô pela estação Carioca - localizado a 750 metros, aproximadamente

09 minutos - e de VLT - 950 metros aproximadamente 12 minutos (Figura 12).

10 - Lei Complementar n.º 111 de 1º de fevereiro de 2011, denominado “Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro”.

11 - Medida aproximada obtida através da demarcação da área no Google Maps.

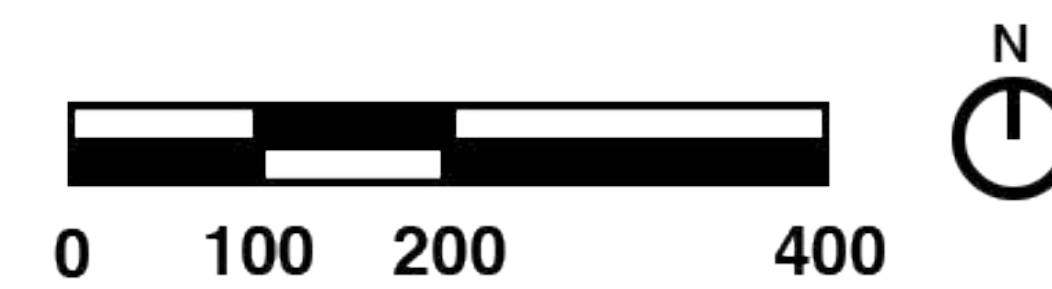
Prédio do antigo DOPS



Figura 10 - Delimitação da APAC Cruz Vermelha
Fonte: imagem produzida pela autora, baseada em imagem do Google Earth, 2021.

Legenda:

● Av. Chile ● Rua do Lavradio ● Av. Mem de Sá ● Rua da Relação ● Rua do Riachuelo



Prédio do antigo DOPS

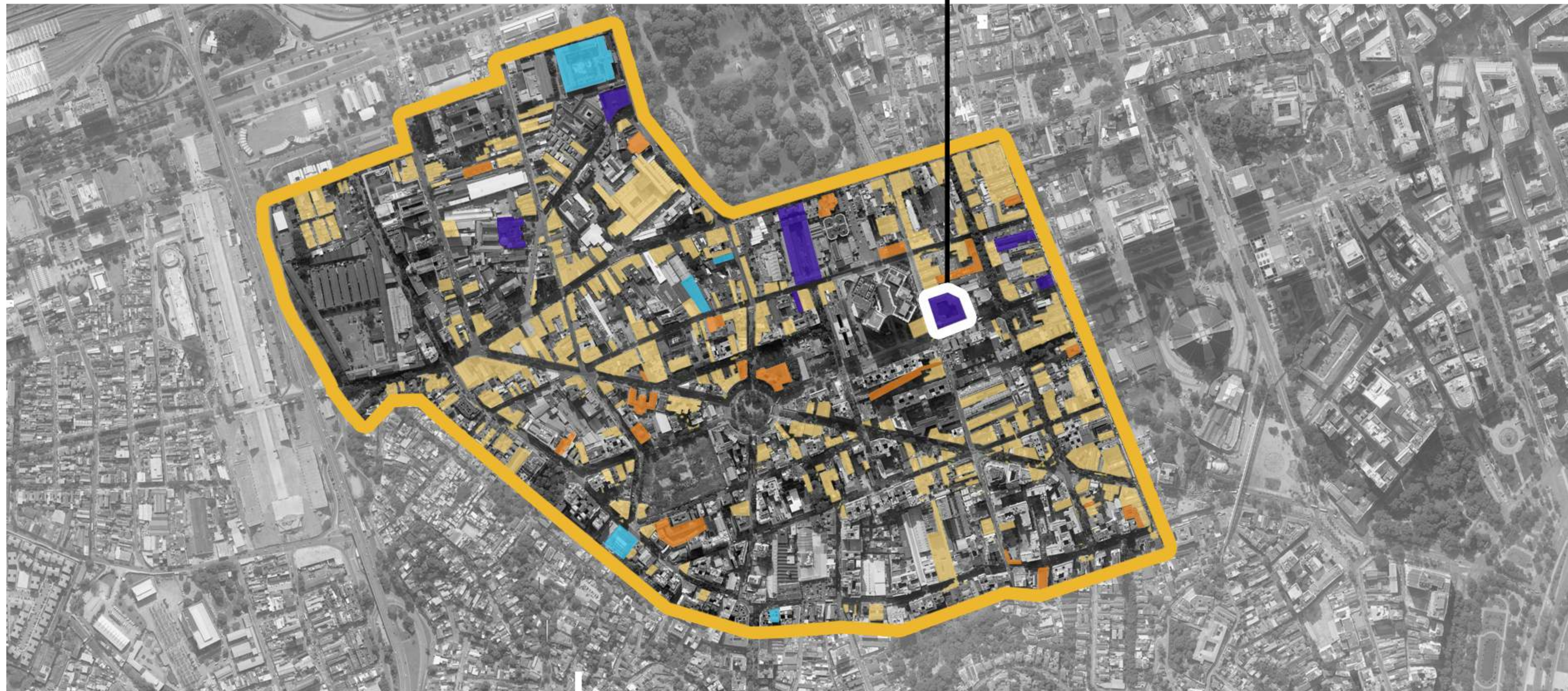
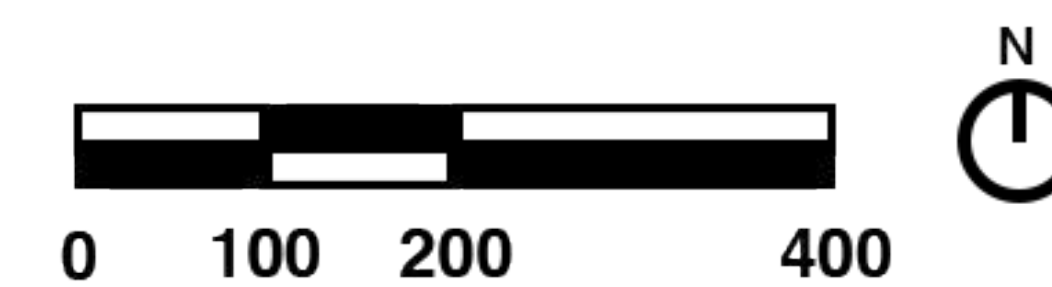


Figura 11 - Mapa com a demarcação dos bens tombados e preservados na área da APAC Cruz Vermelha
Fonte: imagem produzida pela autora, baseada em imagem do Google Earth, 2021.

Legenda:

- Bens Tombados - Federal
- Bens Tombados - Estadual
- Bens Tombados - Municipal
- Bens Preservados - APAC



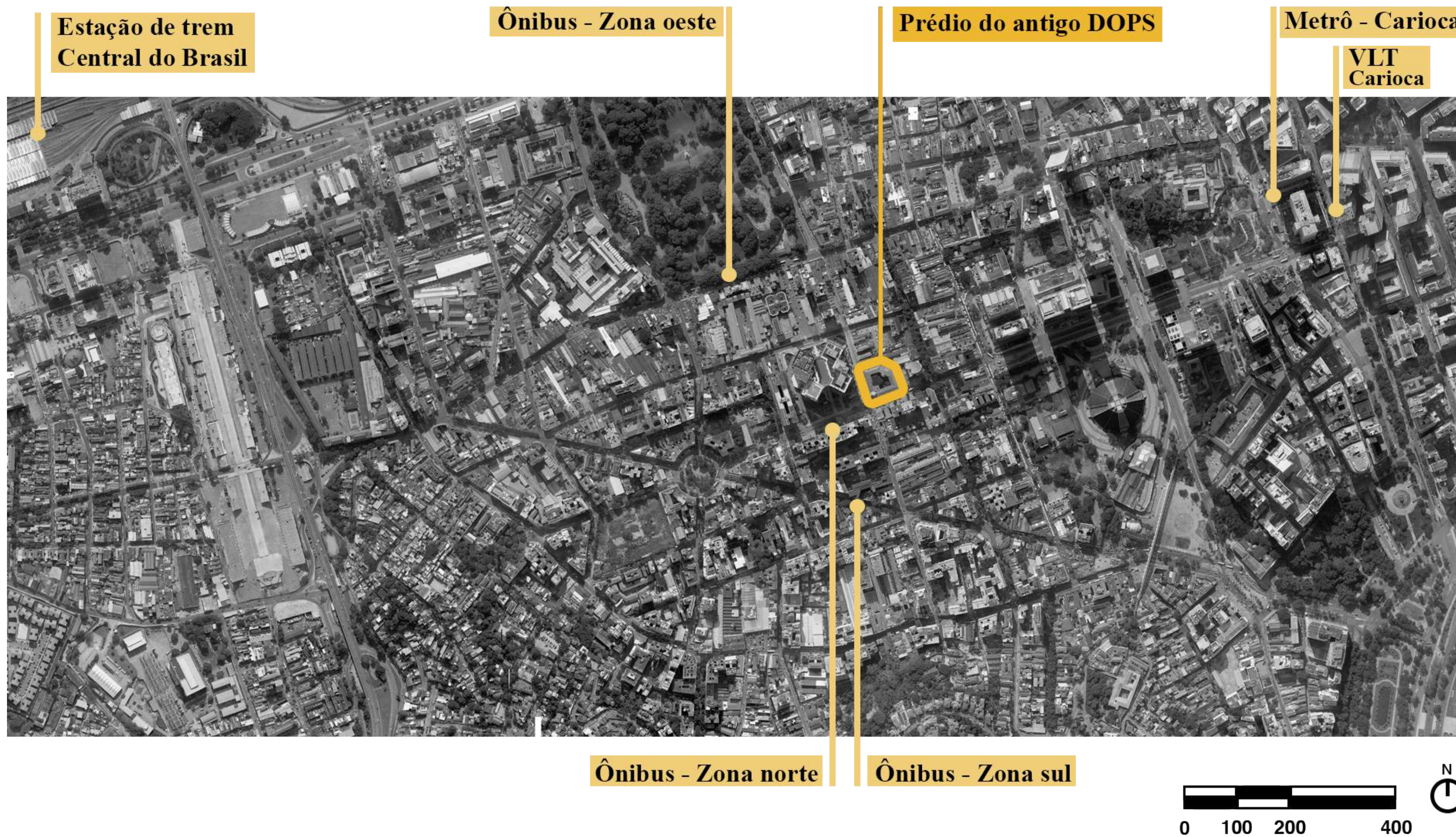


Figura 12 - Mapa com a demarcação dos pontos de acesso.
 Fonte: imagem produzida pela autora, baseada em imagem do Google Earth, 2021.

5 análise do entorno e da legislação aplicável

5.1 histórico da área

Em 1567 a cidade do Rio de Janeiro se estabelece no Morro do Castelo, entretanto no início do século XVI a cidade passa a instalar-se na várzea fronteira ao mar, implantando-se na planície existente entre os morros do Castelo, Santo Antônio, São Bento e Conceição, ficando limitado - inicialmente - pela atual Rua Uruguaiana. A região era constituída por pântanos e lagoas, deste modo para a conquista do espaço urbano se fez necessário a realização de diversos aterros, dentre eles o aterro da Lagoa do Boqueirão, para criação do Passeio Público, além do aterramento da área que posteriormente se tornou o Campo de Santana.

Data do princípio da ocupação da cidade, ainda no Morro do Castelo, os primeiros caminhos que ligavam o antigo centro urbano ao interior. Sendo um dos principais, de acordo com o IRPH (2012), o caminho do Engenho dos Padres - relevante na ocupação da área da Praça da Cruz Vermelha - que mais tarde ficaria conhecido, em meados do século XVIII, como Caminho de Mata Cavalos - atual Rua Riachuelo. Este caminho, devido às suas características de seu solo (elevado e seco) passou a abrigar as classes abastadas que ali instalaram-se em chácaras e casas ajardinadas, marcando concretamente o início da ocupação da área.

Definida por planície alagadiça, espremida entre os morros do Senado e Santo Antônio, a região apresentava no início do século XIX a presença da Rua do Lavradio, perpendicular ao Caminho de Mata Cavalos, além de parte das ruas do Senado e do Conde, atual

Frei Caneca, paralela ao Caminho de Mata Cavalos. (IRPH, 2012, p.3)

Até a chegada de D. João VI a cidade possuía os limites citados anteriormente, adentrando somente até o Campo de Santana. Com a vinda da Corte Real em 1808, ocorreu forte impacto demográfico, com a afluência de 15 mil pessoas pertencentes às altas classes sociais que a acompanhavam. Em menos de duas décadas (1822-1840), a população passou de cerca de 100.000 habitantes a aproximadamente 135 mil habitantes.

No início do século XX houve intervenções radicais na malha urbana em toda a cidade, alargamento e criação de vias e melhorias na infraestrutura existente, sob a gestão de Pereira Passos, com o intuito de interligar o Centro com diversas partes da cidade. Dentre as vias criadas estão a Avenida Central (atual Av. Rio Branco), a Rodrigues Alves e a Mem de Sá, sendo esta uma das principais ligações da área central com a Cidade Nova. No eixo desta avenida ficava a Praça Vieira Souto, hoje Praça da Cruz Vermelha. Até os dias de hoje a região conserva, praticamente, o mesmo traçado urbano da época em questão.

5 análise do entorno e da legislação aplicável

5.2 legislação aplicável

O Estado tem o dever jurídico de preservar o patrimônio cultural. É ele o garantidor por excelência do patrimônio cultural, assegurando o acesso e uso pela presente e pelas futuras gerações do país. (AMARAL, 2018). Tombado pelo INEPAC, o prédio do antigo DOPS, está sujeito à legislação estadual, estando assim submetida ao Decreto de lei no 2, de 11 de abril de 1969, onde ficam instituídas as medidas para proteção dos bens integrantes do patrimônio histórico, artístico e paisagístico do Estado da Guanabara, em seu Artigo 6º define que:

os bens tombados, ou qualquer dos seus elementos componentes, não poderão ser demolidos, salvo no caso de ruína iminente, nem modificados, transformados, restaurados, pintados ou removidos, sem a prévia autorização, em qualquer hipótese, da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, e nos termos em que ela for concedida. (RIO DE JANEIRO, 1969)

Em complemento ao decreto anterior, a Lei no 509 de 09 de dezembro de 1981, em seu Artigo 2º Inciso II, define que compete ao Conselho Estadual de Tombamento¹² (CET) emitir pronunciamento quanto à:

- 1 - à demolição, no caso de ruína iminente, modificação, transformação, restauração, pintura ou remoção de bem tombado pelo Estado;
- 2 - à expedição ou renovação, (...) de licença para obra, (...) ou para instalação de atividade comercial ou industrial em imóvel tombado pelo Estado;
- (...)

4 – à prática de qualquer ato que de alguma forma altere a aparência do bem tombado pelo Estado. (RIO DE JANEIRO, 1981)

Entretanto, apesar dos diversos dispositivos legais aos quais o patrimônio fica sujeito, nenhum deles versa especificamente sobre as permissões ou proibições às quais ficam sujeitas o patrimônio. A vista disso, devido a ausência de uma normativa fixa, todos os projetos para bens tombados pelo INEPAC devem passar por consulta prévia para obtenção de aprovação por parte do instituto. Desta forma, o embasamento teórico torna-se ainda mais necessário.

Por estar localizada em uma APAC, nos debruçamos também sobre a legislação municipal no que tange a APAC da Cruz Vermelha, Decreto 11.833, de 30 de dezembro de 1993. Através desse Decreto, são definidas as diretrizes de uso e ocupação do solo, incluindo a compatibilização dos critérios de proteção dos bens preservados ou tombados com seu entorno, com o objetivo de manter as suas características ambientais, econômicas e sociais e valorizar e conservar as edificações e os conjuntos arquitetônicos de interesse cultural e paisagístico da área.

Quanto ao uso, o decreto supracitado define que o uso residencial é adequado em toda a área, permite a construção de edificações de uso misto - desde que as unidades habitacionais fiquem agrupadas e possuam acesso independente dos demais usos - e aprova as alterações de uso - respeitan-

do os elementos morfológicos originais da fachada, os telhados e a volumetria.

12 - Órgão consultivo e de assessoramento do Governo do Estado do Rio de Janeiro, integra a estrutura da Secretaria de Estado de Cultura e, no desempenho de suas atribuições, atua em estreita colaboração com o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – Inepac

5 análise do entorno e da legislação aplicável

5.3 análise quanto a densidade e os usos

A área em análise faz parte da II Região Administrativa (RA) – Centro, que por sua vez pertence à Área de Planejamento (AP) I¹⁴. Sendo assim, de acordo com o Data Rio (2019) a RA quando analisada - em comparação às demais regiões administrativas que compõem a área de planejamento - seria a terceira mais numerosa em relação a domicílios e a quarta mais numerosa em relação a população, utilizando como base os dados obtidos em 2010. Contudo, devido à proximidade geográfica do objeto de estudo, incluiremos a XXIII Região Administrativa - Santa Teresa para análise. Vinculando estes dados com os dados apresentados pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (2009) temos então que a região analisada possui um dos maiores índices de habitantes por hectare, com uma taxa de 72,56 hab/ha quando analisada individualmente, e 82,72 hab/ha quando incluindo o bairro de Santa Tereza. Os dados obtidos no Data Rio também apontam um crescimento populacional na região, comparando 2000 com 2010.

Em outra análise confeccionada pelo Data Rio (2019) é apresentado o número de estabelecimentos por atividade econômica segundo as áreas de planejamento, regiões administrativas e bairros, observamos que a II Região Administrativa é a que possui maior número de registros em comparação com todas as demais regiões administrativas, contando com 15.958. Dentre elas predominam as atividades relacionadas ao comércio e

administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos (28,89%); comércio varejista (25,76%); e os serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação (15,95%) ficando deste modo evidenciado o perfil comercial da região.

Correlacionando os dados anteriores podemos dizer que a região administrativa possui um caráter comercial muito forte com uma taxa de atividade comercial por hectare de 28,14%. Entretanto, dentro de sua área de planejamento, é uma das regiões administrativas com um dos maiores índices de habitantes por hectare, com uma taxa de 72,56%. De forma elucidativa, apresentamos o mapa de usos da região (figura 13) confeccionado com base nas visitas realizadas ao local de forma presencial e virtual, através da plataforma do Google Maps.

Por estar uma região mais afastada do eixo principal da Avenida Rio Branco e da Avenida Presidente Vargas, “nunca sofreu um grande processo de revitalização para recuperação dos imóveis e para o incremento econômico e social necessários” (PERA et al, 2016). Contudo, a região e suas adjacências possuem potencial para ser um local mais atrativo para o comércio e para o turismo cultural no Centro, visto que a área conta também com pontos de interesse da população como hospitais, faculdade, igrejas, áreas de lazer e cultura, edifícios comerciais, entre outros (Figura 14).

Além dos já citados usos, é importante salientarmos os usos relacionados à cultura existentes. Há apenas 180 metros da edificação, na mesma rua, encontra-se a sede do Cordão do Bola Preta, um dos mais tradicionais blocos de carnaval do Rio de Janeiro, um pouco mais adiante, a cerca de 215 metros, tem-se o cruzamento da Rua da Relação com a Rua do Lavradio, onde ocorre tradicionalmente todo primeiro sábado do mês a Feira do Rio Antigo.

Compreendemos então que, com base nos usos existentes voltados à cultura, ao uso comercial e também à habitação, a área possui potencial de ativação e uso durante a semana e também aos finais de semana. Deste modo entendemos que a proposição de um espaço de memória nesta região parece-nos adequada.

13 - Fazem parte da AP I: Região Administrativa I - Portuária; Região Administrativa II - Centro; Região Administrativa III - Rio Comprido; Região Administrativa VII - São Cristóvão; Região Administrativa XXI - Paquetá; e Região Administrativa XXIII - Santa Teresa.

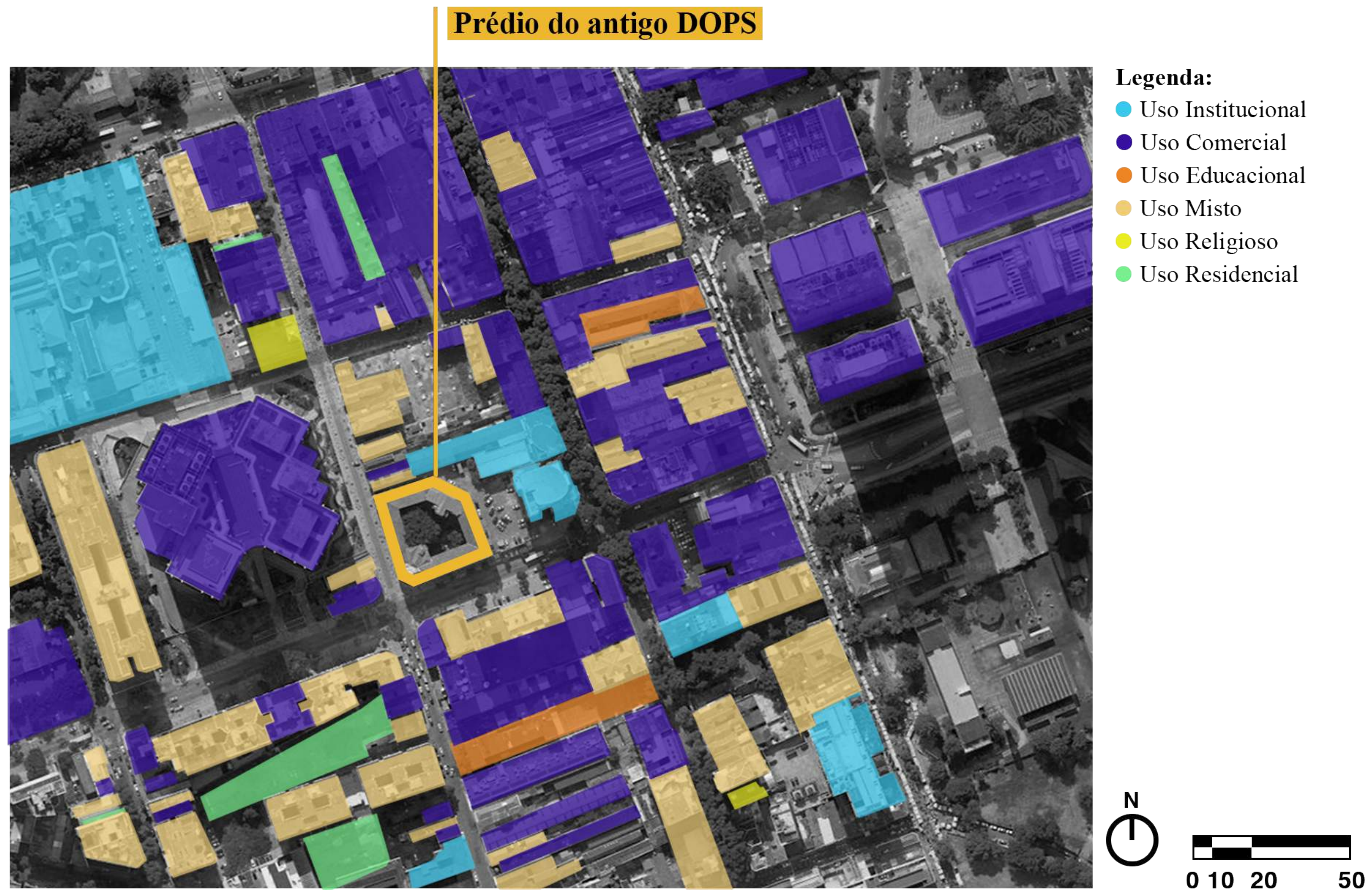


Figura 13 - Mapa com a demarcação das edificações no entorno.
Fonte: imagem produzida pela autora, baseada em imagem do Google Earth, 2021.

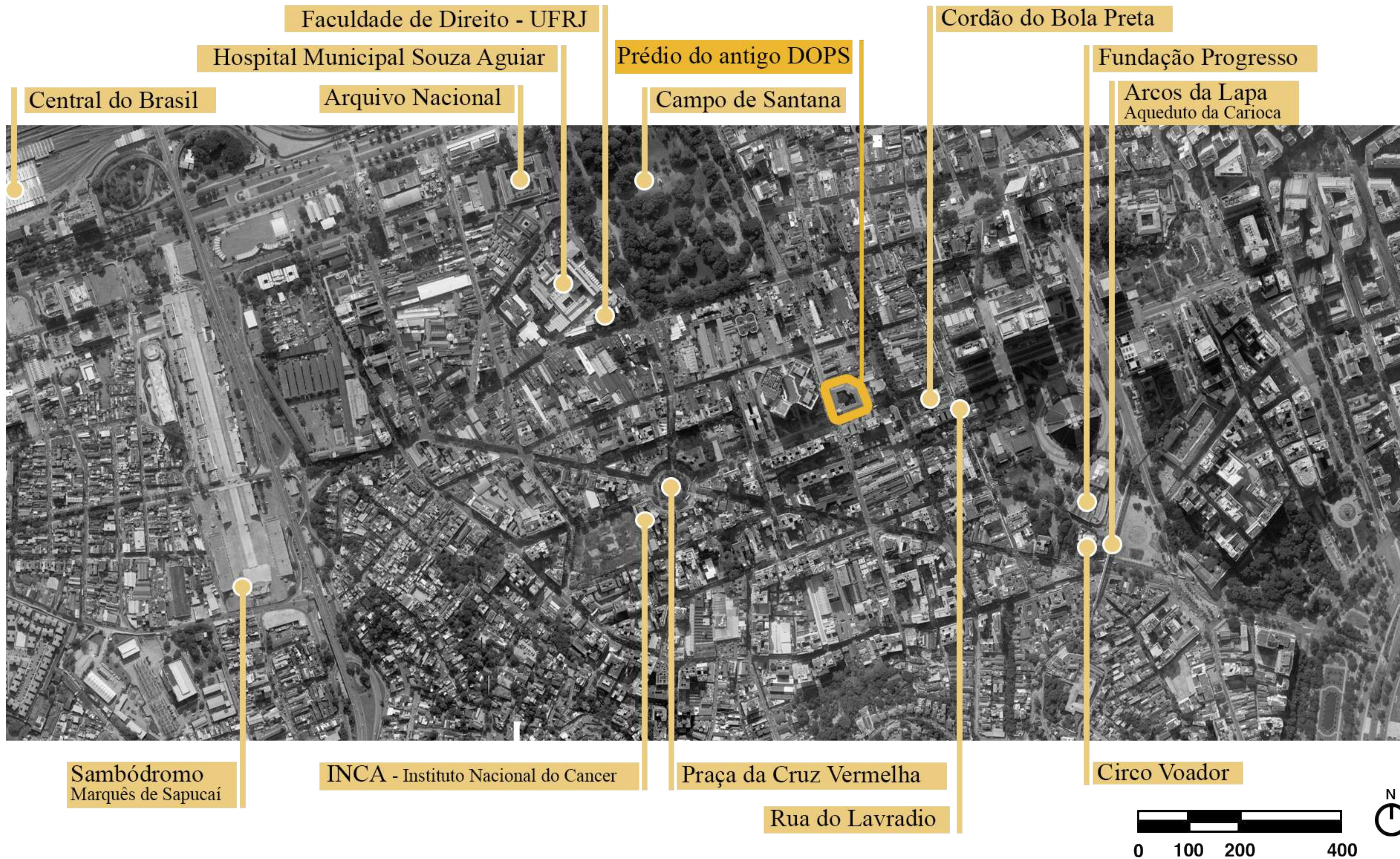


Figura 14 - Mapa com aos pontos de interesse do entorno. Fonte: imagem produzida pela autora, baseada em imagem do Google Earth, 2021.

6 embasamento teórico

Segundo Iris Baldini Elias (2007, p.?), “faz parte da história da humanidade tentar preservar os objetos que lhe são, de alguma forma, valiosos, seja por motivos funcionais, estéticos, religiosos ou políticos”. Assim sendo, nos desdobramos sobre os estudos de diversos teóricos do restauro para melhor compreendê-los e para melhor aplicá-los dentro da realidade do objeto de estudo. Nos debruçamos sobre a teoria do restauro científico, ou filológico, de Camillo Boito, sucedido por Gustavo Giovannoni, sobre a teoria do restauro crítico, baseado em Cesare Brandi e sobre as cartas patrimoniais e demais documentos do ICOMOS (International Council of Monuments and Sites - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

O objeto de estudo, sendo um bem tombado, é reconhecido como patrimônio cultural e também um lugar de memória, por se tratar de um prédio histórico que se configura como marco de um momento relevante na história política de nosso país. Devido a toda a memória que compõem o local e toda a luta política que pauta a utilização dele, seu restauro e o novo uso proposto estão em consonância com a Declaração do México (1982) no que tange a afirmação da identidade cultural por entender esta como uma “dimensão fundamental para o fortalecimento de identidade das nações” (UNESCO, 1982, p.3). Tratando ainda sobre a dimensão da

identidade cultural retomamos as ideias explicitadas na Conferência de Nara (ICOMOS, 1994) em relação a busca pela identidade cultural:

a busca de uma identidade cultural é, algumas vezes, perseguida através da afirmação de um nacionalismo agressivo e da supressão da cultura das minorias, a principal contribuição fornecida pela consideração do valor de autenticidade na prática da conservação é clarificar e iluminar a memória coletiva da humanidade (ICOMOS, 1994, p. 1)

Desde a construção da torre da Petrobrás pela WTorres, em 2009, a edificação está interdita devido a abalos estruturais. Contudo, devido a toda memória vinculada à edificação nos apropriamos da restauração científica, ou filológica, proposta por Camillo Boito, que compreende que a restauração é às vezes um mal necessário. Assim como Boito, compreendemos os monumentos como documentos históricos onde as “pátinas” do tempo e as partes que foram incorporadas à edificação durante os anos devem ser conservadas pois são partes autênticas da obra em questão. Defendendo assim a consolidação das partes existentes em lugar de sua reconstrução de modo a manter a existência do monumento e sua autenticidade.

Todavia, a intenção de restauro não se pauta exclusivamente na estética. Dessa forma buscamos os conceitos de Giovannoni - que dá continuidade ao trabalho iniciado por Boito - que compreende como necessário

um estudo documental e arquivístico que possibilite o conhecimento histórico das modificações às quais o monumento foi submetido, criando assim um equilíbrio entre a verdade histórica e a estética pretendida. De modo a atender os três pontos de vista levantados por Giovannoni:

[...] o ponto de vista erudito, que não quer que seja perdido o traço mais diminuto das fases construtivas e artísticas pelas quais passou o monumento, [...]; o ponto de vista do arquiteto, que visa à unidade arquitetônica (bem diferente da unidade de estilo), que quer, em outras palavras, que o monumento se torne novamente vivo e tenha sua função artística restabelecida; [...], o ponto de vista do cidadão simples, que tem pelos monumentos de sua cidade uma particular afeição [...] (GIOVANNONI, 2013, p. 183)

Brandi surge, posterior aos dois teóricos citados anteriormente, num momento pós Segunda Guerra Mundial, onde diversos monumentos foram devastados. É dentro deste contexto que Brandi elabora a sua Teoria da Restauração. No momento em que o restauro é concebido como ato histórico-crítico, Brandi propõe que as relações entre estética e histórica se resolvam em uma dialética, é sobre esta proposição que nos embasamos para concepção do projeto a ser realizado, por compreendermos assim como Brandi que não se pode entender a obra de arte como desvinculada do tempo histórico, nem o documento histórico como algo destituído de uma configuração.

Segundo a definição de Brandi, o restauro é ação de caráter cultural, oposta àquelas derivadas de razões fundamentalmente pragmáticas, que se transforma em ato histórico-crítico, alicerçado na análise da relação dialética entre as instâncias estética e histórica de uma dada obra. Fundamenta-se, pois, no reconhecimento que se faz da obra de arte em seus aspectos materiais, figurativos e documentais. (KÜHL, 2007, p. 206)

Entendendo os Lugares de Memórias (NORA, 1993) como os meios físicos para a ancoragem da memória, eles seriam o que resta e que se perpetua de um outro tempo, são os espaços onde a memória se fixou e serviriam como uma nova forma de apreender a memória. Estes lugares existem pois não há mais memória espontânea, porque não habitamos nossa memória e por isso se faz necessário lhes consagrar lugares. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea.

Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria... Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-lo. Se vivemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai e vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhes são devolvidos. (NORA, 1993, p. 13)

Para melhor compreensão deste conceito é importante salientar que

Pierre Nora compreende memória e história como oposição, para ele a memória

é vida... sempre em evolução... elo vivido no eterno presente... é afetiva [já a história] é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais... representação do passado... pertence a todos e a ninguém... operação intelectual que demanda análise e discurso crítico. [Por fim], a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9)

A edificação em questão já esteve sob a guarda de diversos agentes de segurança e já passou por modificações desde sua construção inicial, como declarado em seu próprio tombamento. Foram todas as ocupações que ocorreram neste espaço e todas as ações empreendidas nele que o conformaram e conformam a memória coletiva. Ao tratar da memória do lugar, e da memória coletiva da humanidade, tratamos diretamente do cerne do trabalho proposto, a medida que este pretende dar visibilidade a uma memória coletiva dolorosa e por isso silenciada. Entendendo que a memória do lugar é parte constituinte do mesmo, nos voltamos a Declaração de Quebec (2008) no que tange o espírito do lugar - isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar (ICOMOS, 2008, p.2) - e o patrimônio intangível - memórias, narra-

tivas e afins.

Devido a ampliação do conceito de patrimônio e a ideia de espírito do lugar foi possível a inclusão de espaços ligados a guerras, ao totalitarismo e outras barbáries como patrimônio a fim de preservar o seu valor histórico e social. Este patrimônio ao qual Ascensión Hernández Martínez (2019) dá o nome de patrimônio incômodo, é um espaço que merece atenção visto que a consagração dele não deve de forma alguma sacralizar um culto em torno deles. Entretanto, eles possuem um poderoso valor educativo e moral de modo que se caracterizam como um elemento crucial que conecta o passado com o presente e possuem grande capacidade de evocar histórias e despertar memórias. São lugares que surgem da necessidade de examinar criticamente a história recentes para decidir o que fazer com os seus restos materiais, de forma a lhes devolver a capacidade de se narrar, tal como foi feito de forma exemplar na Alemanha, conservando para educar e não para doutrinar e também para que a história não se repita. Assim sendo as intervenções e conservações realizadas devem conservar seus valores documentais, materiais e simbólicos, não se trata então de uma restauração estética, mas sim de veracidade “não estamos ante uma restauração de um movimento artístico histórico artístico” (MARTÍNEZ, 2019, p. 264).

Deste modo, na edificação do antigo DOPS o patrimônio intangível é

um dos grandes motivos tanto para o seu tombamento, como mencionado anteriormente, quanto para sua preservação. Assim sendo, o restauro em questão visa uma rememoração da edificação fazendo um recorte dos anos da ditadura. Visando deste modo salvaguardar a memória constituída por este local, sem ter o intuito de criar falsos históricos, baseando-se nos documentos existentes para realizar as intervenções propostas e resgatar - ainda que de maneira sutil - todas as memórias que o compuseram. Através de um percurso narrativo que leve o visitante a imergir nas memórias deste lugar.

14 - O conceito de “pátina” também é utilizado, e valorizado, por Brandi por representar o testemunho do tempo, por ser “o rastro do tempo sobre a obra”. (CARBONARA, 2006 p. 13)

7.1 histórico da edificação

Localizada na Rua da Relação nº 40, no bairro do Centro, na II Região Administrativa – Centro, na cidade do Rio de Janeiro, próximo à Praça da Cruz Vermelha e da Rua do Lavradio, a edificação situa-se em um terreno de esquina com frente para a Rua da Relação e para a Rua dos Inválidos. O prédio está inserido na Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) - Cruz Vermelha, criada pelo Decreto 11.883 de 30 de dezembro de 1992.



Figura 15 - Localização do terreno, 2021

Fonte: imagem produzida pela autora, baseada em imagem do Google Earth, 2021.



Figura 16 - Foto antiga da fachada do prédio do antigo DOPS, s/d. Fonte: – Lugares de Memória | DOPS Rio de Janeiro

Projetado pelo arquiteto Heitor de Mello, um dos mais renomados arquitetos do início do século XX, carioca, nascido em 12 de setembro de 1875, filho do conceituado almirante Custódio de Mello e de Edelvira Pereira Pinto de Mello, tinha oito irmãos. Ingressou no curso de Arquitetura na antiga Escola Nacional de Belas Artes onde posteriormente foi professor, ministrando a disciplina “Composição de Arquitetura, Seu Desenho e Orçamento” em 1913. Casou-se com Silvia Peixoto de Mello e tiveram duas filhas. As atividades profissionais iniciaram em 1898, ainda estudante do Curso de Arquitetura. Em seus primeiros projetos elaborou e dirigiu as construções da casa do comandante (demolida); do Quartel de Infantaria da Marinha (existente); da residência dos oficiais e da oficina de eletricidade (demolidos). Posteriormente montou e dirigiu um dos escritórios de arquitetura e construção mais solicitados da época tendo como clientela a elite carioca. Mello foi responsável pelos projetos de diversos outros edifícios públicos do período, tais como o Quartel de Infantaria da Marinha, o Palácio Pedro Ernesto, atual Câmara Municipal do Rio de Janeiro no Centro, a Nona Delegacia de Polícia no Catete, o Hospital Central do Exército em Benfica, entre outros. Em relação ao objeto de estudo:

o edifício deveria refletir o significado da função policial mesclando exuberância do monumento, sofisticação e severidade, pelo “poder

de admiração que certos prédios devem gerar no público”, para alçar a atividade policial à esfera de cientificidade e para reafirmar simbolicamente o exercício da manutenção da “segurança pública” (PRADAL, 2017, p.56)

A Repartição Central de Polícia não foi construída apenas para ser uma delegacia ou cadeia local. Ali, deveria funcionar também todo um complexo de instalações: Instituto Médico Legal, o Gabinete de Identificação e Estatística, a Secretaria de Polícia, diversas delegacias auxiliares, um depósito de presos, um albergue para indigentes em trânsito, sede da Guarda Civil, Corpo de Segurança Pública e Inspetoria de Veículos. Em suma, uma complexa infraestrutura policial, que marcava uma forte mudança no pensamento policial que existia no País até então: a polícia deveria não mais "prender para investigar", mas sim "investigar para prender". (CASTRO, 2007, p. 3)

Inaugurado em 05 de novembro de 1910 a edificação de estilo eclético, com três pavimentos, de caráter monumental - para a época - combinava fachada ornamentada, salões, uma alta cúpula, vitrais e mármore. Inicialmente a edificação foi concebida de modo a ocupar simetricamente as duas frentes do terreno de esquina, assim em 1910 o projeto consistia em duas alas em L que faziam frente à Rua da Relação e a Rua dos Inválidos. Já em 1922 - de acordo com o tombamento realizado pelo INEPAC - foram construídas mais duas alas, também em L, fechando o quadrilátero

e configurando um pátio central - demarcando o caráter panóptico da edificação (Figura 17).



Figura 17 – Imagem 3D com indicação da construção inicial, 2021. Fonte: Google Earth

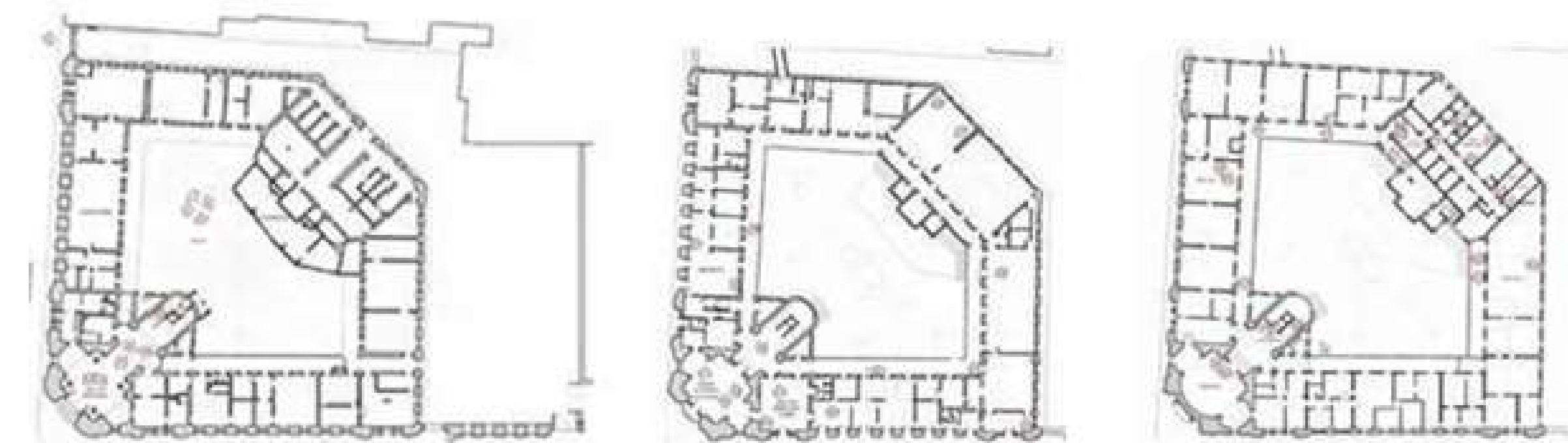


Figura 18 – Plantas baixa dos três pavimentos, s/d. Fonte: Documentário – Lugares de Memória DOPS Rio de Janeiro

Tombado em 07 de maio de 1987 pelo INEPAC no processo de número E-18/300.071/87 - configura-se como um tombamento provisório, isto é, o processo de tombamento dentro do INEPAC ainda não foi finalizado e por esta razão ainda não é um tombamento definitivo. Contudo, este tombamento provisório possui a mesma eficácia de proteção legal, pois serve como reconhecimento público do valor cultural do bem, tendo caráter preventivo e, no que diz respeito aos efeitos de tombamento, equipara-se ao tombamento definitivo de acordo com a Lei Estadual nº 509 de 03 de dezembro de 1981 (que dispõe sobre o Conselho Estadual de Tombamento).

O prédio situado à rua da Relação nº 40 possui um histórico bastante extenso vinculado à figura da repressão e da Polícia. No início do século XX, enquanto o Rio de Janeiro ainda era a capital do Brasil, este prédio foi sede da Repartição Central de Polícia, servindo de repressão à vadiagem, à capoeira e às religiões afrodescendentes. Durante a Ditadura Vargas (período do Estado Novo) o prédio pertenceu à Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPPS), já na ditadura militar sediou o “Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS-GB) e o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) até 1983 (ISER, s/d, p.1, apud FERRAZ, 2018, p. 194).

Abrimos aqui um parêntese para falarmos, brevemente, sobre a re-

pressão exercida às religiões afrodescendentes, entre os séculos XIX e XX. Como nos relata e esclarece Alves (2019), apesar de legalmente haver na época o estabelecimento da liberdade religiosa pela Constituição de 1981, a prática era oposta. Havia ostensiva repressão às casas religiosas africanas utilizando o Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal de 1870, que proibia a reunião de negros e negras que pudesse ofender a moral e os bons costumes, ou o Código Penal de 1890, que criminalizava essas casas, de modo a legitimar a repressão exercida e a apreensão de objetos do sagrado afro religioso. Os objetos apreendidos pela Polícia da Corte e posteriormente pela Polícia Civil, tornaram-se a Coleção Magia Negra, sendo o primeiro patrimônio etnográfico tombado pelo SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1938, sendo exposta no Museu da Polícia Civil até 1999 - quando ocorre a mudança da sede para o prédio histórico da Rua da Relação, 40.

O ponto primordial no parêntese suscitado anteriormente, é a propriedade da Polícia Civil sobre um acervo riquíssimo de uma história que não lhe pertence e que de forma muito oposta, foi por ela confiscado e tido sob a perspectiva do crime. Este acervo foi, durante muito tempo, alvo de disputa entre lideranças afro religiosas e a Polícia Civil sobre a liberação das peças deste acervo, tendo sido criado para isto o movimento chamado

Campanha Liberte Nosso Sagrado. Após diversos diálogos a Campanha articulou com o Museu da República o recebimento das peças; houve então uma nova reunião entre a Campanha e a Polícia Civil, onde o delegado, a muito custo, aceitou liberar o acervo, a partir de um grupo de trabalho junto ao Ministério Público Federal e o IPHAN e, por fim, a reunião de resolução com o Ministério Público Federal (MPF), onde, após nova vistoria realizada pelo IPHAN determinou que o Museu da Polícia Civil não possuía condições técnicas para abrigar os objetos. Em 21 de setembro de 2020 o Museu da República recebeu o acervo Magia Negra, conforme matéria publicada na CNN Brasil (2020).

7 o objeto

7.2 análise da edificação

A edificação projetada e construída por Heitor de Mello em estilo eclético fartamente decorado com balcões, colunas, estátuas e outros elementos do período possui uma clara demarcação de embasamento, corpo e coroamento, onde os três pavimentos seguem ordens diferentes. No térreo, as janelas são protegidas com grades de ferro em serralheria decorada, no segundo pavimento há balcões com peitoril balaustrada (em concreto armado), sendo as janelas rasgadas até o piso e com esquadrias de madeira pintada, As janelas do terceiro pavimento são também rasgadas até o piso, com peitoril e grade metálica.

Suas fachadas mais externas - Rua da Relação e da Rua dos Inválidos - mantém uma simetria em suas duas alas, tomando a cúpula como eixo. Na fachada abaixo da cúpula, voltada de frente para a esquina existe uma grande janela em arco, com vitral e um balcão nobre decorado, encimado por um pontão com imagens antropomórficas em baixo relevo. Ao lado do arco, duas estátuas alusivas à justiça. Observando as fachadas laterais da edificação nota-se que a construção destas ocorreu em um momento distinto das fachadas principais, criando um contraste bastante duro entre elas. As fachadas que compõem o volume edificado posteriormente são pouco ornamentadas, o que demarca claramente - até hoje - a diferenciação das partes. (Figura 19).

Inicialmente a edificação era constituída apenas por uma das duas alas



Figura 19 – Fachada paralela à rua dos Inválidos. Fonte: Acervo próprio, 2021.

que atualmente o compõem. A ala inicial era a ala em L que faz frente às ruas da Relação e dos Inválidos. A construção da segunda ala também em L - mas esta com um bisel - traz a edificação um pátio interno com duas torres nos cantos uma circular na entrada e outra, retangular, do lado oposto, onde há uma ampliação no térreo. Ao redor do pátio há varandas, com grades metálicas.

Através do relatado acima podemos afirmar que a construção possui a conformação de panóptico. Essa configuração foi proposta arquiteturalmente primeiramente por Jeremy Bentham e passou-se a ser muito utilizada em quartéis, penitenciárias, conventos, fábricas, hospitais e escolas, pois consiste em um modelo de observação contínua, onde tudo pode ser vigiado e controlado, reforçando assim os mecanismos disciplinares, opondo-se ao modelo até então em voga da masmorra, onde a tudo se trancafia, se esconde e se priva de luz. Trata-se de uma edificação circular não no sentido literal, mas uma edificação que é construída no perímetro do lote, de modo a criar um vazio central onde é concebido um ponto de observação. No caso da edificação do DOPS, ela se opõe ao tradicionalismo do panoptismo por não haver esta construção central, contudo as suas fachadas interiores avarandadas permitem a visibilidade de todo o conjunto, o que só reforça o efeito mais importante desta tipologia “Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua

em sua ação” (FOUCAULT, 1993, p. 224). De modo que é compreensível a escolha desta configuração para esta edificação, visto que as duas alas construídas em 1922 foram construídas de modo a servirem de penitenciária.

Possuindo aproximadamente 5.583,57 m² dividido em duas alas com três pavimentos cada, a edificação tinha seus usos demarcados pelas fases de construção. A ala construída originalmente em 1910 comportava a Delegacia em si, fazendo parte dela a sala do Delegado, a sala de documentação entre outras áreas correlatas. Já a ala construída posteriormente abrigava dois espaços prisionais distintos no térreo: o Depósito de Presas São Judas Tadeu, área destinada ao encarceramento feminino, celas, solitárias, celas maiores e coletivas onde as presas podiam se reunir, e uma cozinha. Já no terceiro pavimento se localizava a carceragem masculina, com celas solitárias (denominadas “ratão”, em função de seu estado de conservação), celas coletivas (chamada de Maracanã) e, também, salas de interrogatórios, equipadas com revestimento acústico, onde os presos eram torturados. O fluxo entre os pavimentos da ala secundária se dava através de uma escada interna que já não existe mais no local, de acordo com relato de Felipe Nim, integrante do grupo Ocupa DOPS, em uma transmissão realizada através do Youtube. Devido aos seus usos distintos há dois acessos por ambos os lados da edificação, um na rua da Relação

esquina com a rua dos Inválidos, como fachada principal e acesso notoriamente marcado pela configuração arquitetônica, temos o acesso a Delegacia, já pelo lado diametralmente oposto tendo acesso pelo estacionamento ocorre o acesso a penitenciária, de forma mais discreta e fora do alcance dos olhos da rua.

O interior da edificação se apresenta de forma muito heterogênea, havendo áreas de grande luxo, com lambris de madeira, portas decoradas e áreas mais simples, com um padrão de qualidade muito menor, além de possuir diversas subdivisões realizadas com “divisórias modernas” como nos relata Castro (2007).

7 o objeto

7.3 situação atual

7.3.1 fachadas externas

Em 2014 por ocasião da obra da Petrobras que abalou a estrutura dos edifícios adjacentes, foi realizada uma obra de recuperação na fachada da edificação, contudo devido a falta de definição do destino da edificação - alvo de disputa entre a Polícia Civil que reivindica o direito ao espaço quanto aos movimentos como o ocupa DOPS que reivindicam o uso deste local como lugar de memória - a restauração ocorreu somente a nível da fachada. Hoje após aproximadamente 6 anos ela apresenta alguns sinais de degradação apesar da ausência de manutenção da mesma. É possível verificar a existência de pixações (figura 26), trincas (figura 23), vidros quebrados (figura 25), sujidades, presença de microorganismos e também de vegetação (figura 24) crescendo no telhado da edificação.



Figura 23 - Superior esquerda, detalhes da situação atual da fachada. Vegetação existente na fachada da esquina das ruas da Relação e dos Inválidos. Fonte: Acervo pessoal

Figura 24 - Superior direita, detalhes da situação atual da fachada. Vidro quebrado na fachada da rua da Relação. Fonte: Acervo pessoal

Figura 25 - Inferior esquerda, detalhes da situação atual da fachada. Frase escrita na fachada da rua dos Inválidos. Fonte: Acervo pessoal

Figura 26 - Inferior direita, detalhes da situação atual da fachada. Trinca existente na fachada da rua da Relação. Fonte: Acervo pessoal

7.3.2 interior

Em contraponto a seu exterior que apresenta poucos danos significativos o interior reflete o total abandono ao qual a mesma vem sendo relegada, a vegetação invadiu a edificação (figura 36), o mosaico meticuloso do piso do átrio no térreo mal pode ser visto (figura 33), como se o tempo invadissem o espaço e o levasse consigo, um apagamento constante do que outrora fora este espaço.

Como relatado no Laudo de Vistoria 01/2007 por Adler Homero Fonseca de Castro

[algumas] das salas apresentavam sinais de mutilação, com lambris arrancados e deixados no local, reboco danificado, mais impactante, com uma laje dividindo o espaço íntimo de um dos ambientes em dois níveis, chegando a cortar um arco de porta. Segundo nos foi informado, essas mutilações seriam de autoria do arquivo público estadual, quando pretendeu "adaptar" o prédio para suas necessidades. (CASTRO, 2007, p. 3)

No dia 22 de julho de 2021 foi realizada uma nova vistoria na edificação com vistas a dar prosseguimento ao processo de tombamento pelo IPHAN. Nesta vistoria foram tiradas diversas fotos do interior da edificação que nos permitem ter uma visão real e atual do estado de conservação dela. Enquanto que a fachada apresenta alguns poucos pontos de in-

tervenção necessários, o mesmo não pode ser dito de seu interior.

A começar pelo pátio interno onde podemos verificar o desprendimento de partes do reboco das paredes e de diversas peças cerâmicas; a propagação de diversas espécies vegetais, não somente no piso como também nas paredes; galhos de árvores, folhas e demais sujidades de mesma espécie ocupam boa parte do pátio interno; instalações elétricas expostas, conduítes expostos e/ou quebrados; acúmulo de entulho neste local; e vidros quebrados.

Ao adentrarmos a edificação os problemas se repetem, instalações elétricas expostas; desprendimento de reboco, peças cerâmicas e do forro (figuras 32 e 34); infiltrações; buracos na laje, com armação exposta; pintura extremamente desgastada de portas, paredes e afins; vidros quebrados; piso de madeira danificados (figura 31); vedações e divisórias improvisadas; vedação de aberturas originais; cobertura do piso original entre todos os pontos que podem ser levantados graças a riqueza das fotos tiradas na vistoria supracitada.

Por conseguinte, o presente trabalho se desdobra no intuito de restauração e preservação através da adaptação de uso do edifício. Entendendo que o edifício, para manter a preservação física e dos valores simbólicos, precisa deste uso constante. Segundo a Carta de Veneza de 1964:

A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua desti-

nação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou decoração dos edifícios. É somente dentro deste limite se deve conceder esse poder autorizar as modificações exigidas pela evolução nos usos e costumes (ICOMOS, 1964, p.2)

Tendo como questão principal o prolongamento da vida do edifício através da sua utilização, preservando o máximo possível dos aspectos materiais e imateriais que o compõem e o caracterizam como lugar de memória. Em um esforço de "salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico" (ICOMOS, 1964, p. 2).

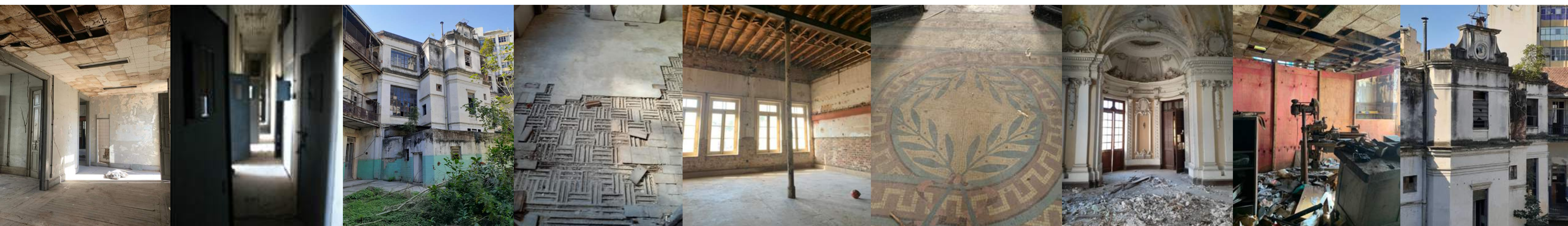


Figura 27

Figura 28

Figura 29

Figura 30

Figura 31

Figura 32

Figura 33

Figura 34

Figura 35

Figura 27 - Foto do interior da edificação, forro deteriorado e ausente, 2021. Fonte: IPHAN

Figura 28 - Foto do interior da edificação, corredor das celas solitárias, 2015. Fonte: Notícia R7

Figura 29 - Foto do pátio interno da edificação, 2021. Fonte: IPHAN

Figura 30 - Foto do interior da edificação, pisos de taco soltando e parte recomposta com massa, 2021. Fonte: IPHAN

Figura 31 - Foto do interior da edificação, paredes sem revestimento, tijolos aparentes, 2021. Fonte: IPHAN

Figura 32 - Foto do interior da edificação, piso em mosaico, 2021. Fonte: IPHAN

Figura 33 - Foto do interior da edificação, forro desabado e paredes descascando, 2021. Fonte: IPHAN

Figura 34 - Foto do interior da edificação, comodo utilizado como depósito, 2021. Fonte: IPHAN

Figura 35- Foto do interior da edificação, vegetação crescendo na fachada, 2021. Fonte: IPHAN

8.1 análise das referências

8.1.1 campo de concentração de Auschwitz

Auschwitz é na realidade um complexo que compreende três subcampos: Auschwitz I, para trabalhos forçados, que chegou a manter 135 mil presos, Birkenau (Auschwitz II) onde ocorreu o extermínio de 1,6 milhões de pessoas e Buna-Monowitz (Auschwitz III) um conjunto de 46 campos de trabalho forçados (CYTRYNOWICZ, 1995)

No local onde funcionou Auschwitz I, atualmente existe um museu que já recebeu mais de 30 milhões de visitantes de todo o mundo. De acordo com Igor Venceslau (2020) a visitação deste campo permite uma experiência que simula o tratamento sofrido pelas vítimas com os locais e tipos de execução, que ultrapassa a tradicional contemplação passiva que caracteriza os museus.

Em Auschwitz II – Birkenau, as construções foram conservadas e ainda existem também mais de 13 km de cercas, 3,6 mil pilares de concreto e aproximadamente 300 ruínas, entre elas o que sobrou das quatro câmaras de gás e crematórios. Sendo assim há a possibilidade de entrar nas prisões, nos espaços de tortura, no habitat dos que foram moradores

daquele local e que carregam diversas potencialidades de percepção sentimental. O museu apresenta uma estética desconfortável e claustrofóbica, desde a arquitetura das construções dos prédios, até à própria expografia disponibilizada através da disposição informativa de seu conteúdo. (MACHADO, 2016)

O silêncio é a principal companhia dos grupos de visitantes. Neste subcampo além das construções há diversos objetos que pertenciam às vítimas do holocausto: roupas, calçados, óculos, objetos de higiene pessoal, cartas, brinquedos como bonecas e carrinhos. Birkenau abriga também uma biblioteca com acervo de mais de 30.000 livros e base de pesquisa digital, onde é possível encontrar mais de meio milhão de registros. A plataforma online possibilita o acesso aos arquivos de mais de 100 mil prisioneiros, além de fornecer aos internautas as informações e visitas virtuais ao memorial.

Há ainda no local o muro onde foram executados à bala dezenas de pessoas todos os dias, os alojamentos do campo que eram estruturas insalubres de cimento, onde várias pessoas dividiam o mesmo lugar para dormir, um corredor onde há fotografias de vítimas do extermínio. Neste corredor é possível selecionar uma das fotos para, a partir daí, passar por uma simulação da maneira como foi morto, Venceslau (2020) nos relata sua experiência, onde a foto selecionada por ele e narrada abaixo, conta a

história de Stanislaw Koza.

um alfaiate polonês morto em 1942 às vésperas de completar 24 anos de idade, após passar um ano no campo de concentração. Ele foi executado numa câmara de gás, para onde fomos todos. A câmara foi fechada, numa escuridão total. Se só se via uma luz na parte superior, por onde uma cápsula da bomba é lançada por um funcionário do museu e a abertura fechada, causando um ruído angustiante dentro da câmara de gás. Ali se permanece por alguns minutos. Muito choro pode ser escutado e, na saída, a visitação está encerrada. Nenhuma palavra mais pronunciada. (VENCESLAU, 2020).

8.1 análise de referências

8.1.2 Casino de Oficiales, Ex ESMA - BA, Argentina

O antigo Casino de Oficiales do Centro Clandestino de Detención, Tortura y Extermínio de la Escuela de Mecánica de la Armada – ESMA (Cassino de Oficiais do Centro Clandestino de Detenção, Tortura e Extermínio da Escola de Mecânica da Armada -ESMA), situado no complexo de 32 edifícios da ESMA ocupando uma área de 17 hectares, localizado no bairro de Nuñez, ao norte de Buenos Aires, Argentina (figura 37). Concebido para sediar cursos profissionalizantes a jovens aspirantes a oficiais da Marinha, foi durante os anos de 1976 e 1984 o maior centro de detenção da América Latina, por onde passaram cerca de 5.000 pessoas e das quais cerca de 500 sobreviveram. Sendo um dos primeiros centros clandestinos a ser reconhecido pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) (CABRAL, 2019).



Figura 36 - Fachada do ex Casino de Oficiales. Fonte: GEHRKE, 2017.

Assim como o objeto de nosso estudo, o complexo foi palco de uma grande disputa de interesses divergentes relativos ao seu uso. Havia as forças armadas que ainda ocupavam o complexo e não tinham interesse de desocupa-lo, o poder público (político) com o intuito de demolição do complexo com vistas de “deixar para trás as antinomias do passado” (ARGENTINA, Decreto no 8/1998, traduzido por Rebeca CABRAL) e também havia um debate sobre a transformação do espaço em um lugar de memória.

Contudo, após muitos entraves jurídicos, promulgação de leis e decretos, e diversos outros entraves, em 2000 foi aprovada por unanimidade a Lei no 392/2000 revogando a cessão dos edifícios do complexo e apontando a construção de um Museu de la Memoria no local.

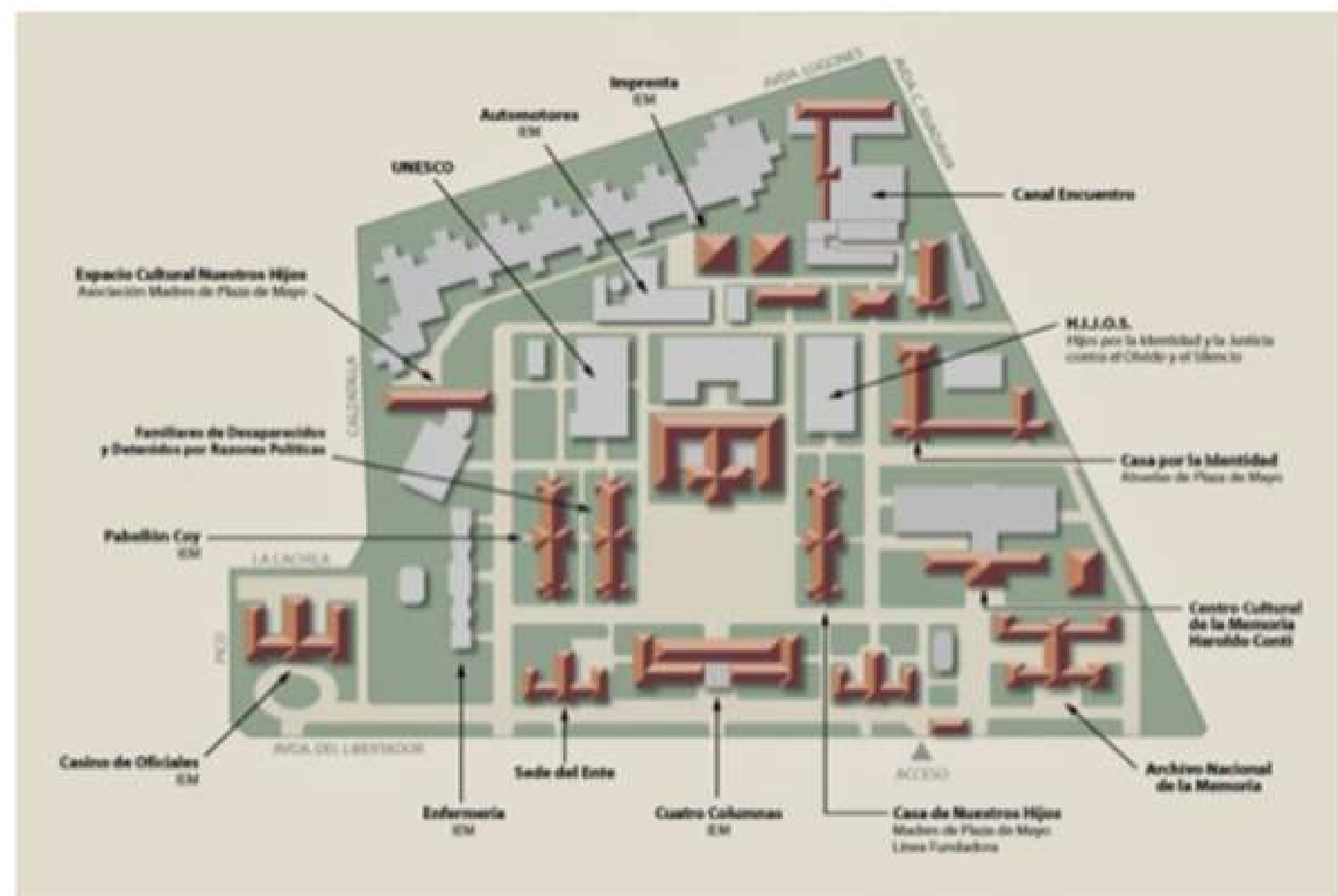


Figura 37 - Mapa de ocupação dos edifícios da ESMA (2014).
Fonte: CABRAL, R.M. 2019

Somente em 2004 iniciou-se o processo de retirada da marinha do complexo. Quando concluído o esvaziamento do complexo por parte da armada, o Casino foi entregue vazio e sem as divisões da época da ditadura. Iniciou-se então um debate com vistas a compreender como seria trabalhado aquele espaço de modo a servir com os propósitos desejados de propagação de conhecimento e da história do país. Entendendo que o espaço vazio pouco contribuiria para a disseminação da história do local, foi proposta uma primeira intervenção por Alejandra Naftal que consistia em painéis de madeira apoiados no chão onde eram expostas plantas baixas, descrições dos locais e testemunhos - a única intervenção permitida pelos organismos de Direitos Humanos (DDHH) e o Instituto Espacio para la Memoria (IEM).

Com a declaração do Casino de Oficiales como Monumento Histórico Nacional por meio de decreto ficou definido que o Espacio de la Memoria e a Comisión Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricos (CNMMYLH) ficariam responsáveis pela definição das intervenções a serem realizadas no espaço. Com isso, em 2015 foi inaugurado o projeto proposto por Naftal, junto com uma equipe multidisciplinar, de uma nova intervenção que, assim como a anterior, apontava para uma não intervenção no edifício, não simulação de um campo de concentração, não embelezamento, mas sim uma construção de um percurso baseada em um

sistema de estações. Com duas frentes conceituais centrais uma voltada ao grande público com o objetivo de provocação e uma segunda de preservação do local como entregue em 2004 reforçando o valor simbólico do vazio deixado pelos desaparecidos. (CABRAL, 2019, p. 112)

Conforme relatado por Cristiano Geheke (2017), o prédio de três andares, incluindo o sótão, abriga 17 salas expositivas, cada uma destas apresenta ao visitante a história da ditadura, os antecedentes que propiciaram a implantação da ditadura e/ou o uso que era feito do espaço durante a ditadura. Todas as salas possuem intervenções que variam de uma para outra, há salas que possuem projeções de vídeos da época, fotos, reportagens e testemunhos; outras apresentam diversos painéis de vidro e concreto que orientam o caminho a ser seguido ao mesmo tempo que servem de suporte para orientações aos visitantes, reprodução de textos, testemunhos e mapas, informações do uso original do espaço, as práticas realizadas entre outros; há espaços “vazios” para que a visualização do espaço se aproxime ao que os prisioneiros encontravam quando trazidos para este local (figura 39); há projeções mapeadas que visam a recriação visual de como seriam efetivamente os espaços (figura 38); e também espaços que possuem um mobiliário que convida a sentar e apreciar, enquanto que em contrapartida há um ruído incômodo que não propicia a permanência no local (figura 40).

De acordo com o relato de Gehrke(2017) e as imagens que ele nos traz, podemos afirmar que a edificação passou por um processo de reabilitação, entendendo esse processo como um conjunto de operações que visa a conformidade com exigências funcionais mais severas do que aquelas para as quais o edifício foi concebido, ou seja, é o processo que visa “torná-lo utilizável de acordo com os padrões atuais” (GEHRKE, 2017, p. 582). Em seu relato o autor reforça a deterioração do edifício e o fato de que as obras de restauração foram pontuais, restringindo-se a correção de problemas no telhado, mas mantendo as paredes desgastadas pelo tempo exatamente como encontradas no momento em que o espaço foi expropriado, em algumas delas há vestígios deixados por ex-prisioneiros. (Figura 41).

Visando a conservação do edifício, uma vez que o uso atual é bastante diverso das funções para as quais o mesmo foi projetado, foram instaladas passarelas em madeira e metal nas principais salas, de modo a criar um percurso e não comprometer o edifício, nem as evidências nele contidas devido ao fluxo de visitação. Essas estruturas são visivelmente diferentes da edificação de modo a demarcar a intervenção realizada, mas de modo que não se sobressaíam e de forma que sejam reversíveis.

No que tange a questões da manutenção dos valores históricos, da preservação de todas as evidências existentes, relativas à forma como foi

construído, as tecnologias utilizadas e as particularidades de sua execução foram preservados, o que fica bastante visível em praticamente todos os cômodos onde é possível ver os problemas na pintura, bem como pequenas rachaduras. (GEHRKE, 2017, p. 583)



Figura 38 – Foto da sala Pañol. Utilização de projetores para trazer a ambiência original do local. Fonte: GEHRKE, 2017.

Figura 40 – Foto da sala Pecera. Criação de uma estrutura indicando o trajeto a ser seguido. Fonte: GEHRKE, 2017. GEHRKE, 2017.



Figura 39 – Foto da sala Pieza de embarazadas, pouca/nenhuma intervenção e forma de intervenção inovadora. Fonte: GEHRKE, 2017.



Figura 41 – Foto da sala Casa del Almirante, evidenciando as paredes e o forro desgastados e as placas expositivas. Fonte: GEHRKE, 2017.

8.1 análise de referências

8.1.3 Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos - Santiago, Chile

Construído em 2010, o Museu da Memória e dos Direitos Humanos, em Santiago, no Chile, fruto de um concurso de arquitetura, é de autoria do escritório Estúdio América de São Paulo pelos arquitetos Mario Figueroa, Lucas Fehr e Carlos Dias. O concurso é realizado a partir das demandas de organizações da reparação possível das injustiças cometidas pela ditadura militar e da urgência de contar com um espaço para resguardar os arquivos doados por diferentes instituições.

O edifício se configura como uma grande caixa retangular suspensa, translúcida durante o dia e completamente transparente à noite. No intuito de traduzir a metáfora de uma instituição que objetiva a reconciliação com o passado. Contudo este projeto se apresenta não como uma referência arquitetônica, mas sim como uma referência de programa, exposição e museografia.

A coleção é composta por: recortes de jornais da época, trechos de cartas, objetos, relatos, artesanatos e um amplo material audiovisual e sonoro que se desenrola através de telas interativas, contendo vídeos, fotografias e uma base de dados de vítimas dos centros de detenções. Esses materiais audiovisuais em totens são os responsáveis por recriar uma atmosfera de sons e imagens que tornam a experiência sensorial mais próxima da época retratada do passado. Deste modo, esses dispositivos estabelecem as relações entre os objetos, as obras expostas e os espaços que

as contêm, assim como todo o conjunto de fatores museográficos físicos e não físicos.

Ao adentrar ao edifício, no andar térreo composto unicamente pelo hall de entrada há uma parede com um gigantesco mapa mundi (figura 42) que apresenta as diferentes comissões da verdade ao redor do mundo em detalhes, especificando as datas de início e fim de cada uma das comissões, os desdobramentos a partir delas entre outras informações. Acima do hall de entrada, no segundo pavimento há diversas salas distintas com temáticas próprias, todas perpassando pela mesma temática, e por fim no terceiro pavimento há, como parte da exposição fixa, exposição de arpilleras, artesanato chileno realizado por mulheres que tiveram filhos e maridos desaparecidos na ditadura, e também contém exposições de arte temporárias.

Como um todo, a coleção foi organizada em torno de eixos temáticos e cronológicos que dão conta dos principais momentos do período entre 1973 e 1990. Trata-se de sete zonas que representam: O golpe de Estado de 1973; término do estado de direito e a criação de uma nova institucionalidade autoritária; a repressão, as execuções, os desaparecimentos e a tortura; a solidariedade internacional e a condenação do regime militar; a ausência, a memória e a luta do povo chileno; o regresso e a esperança; o compromisso da sociedade com o Nunca Mais.

O acervo museográfico, como dito anteriormente, se baseia em materiais documentais e com os documentos indiciais, no intuito único de honrar com o compromisso com uma realidade visível que mostre as provas de seus acontecimentos, e que essas possam de certa forma revelar o que desejou se esconder criminalmente. Isto posto, podemos dizer que há uma hipervalorização do arquivo, no intuito de objetivá-lo, ou seja, valer-se da narrativa daquilo que aconteceu como realmente foi, num claro esforço de eliminar as subjetividades na construção do relato do passado que ainda instauram muitos questionamentos no presente. (LIMA e CARVALHO, 2019)



Figura 42 – Foto do mapa mundi e das placas sobre as comissões da verdade de cada local. Fonte: website do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos.

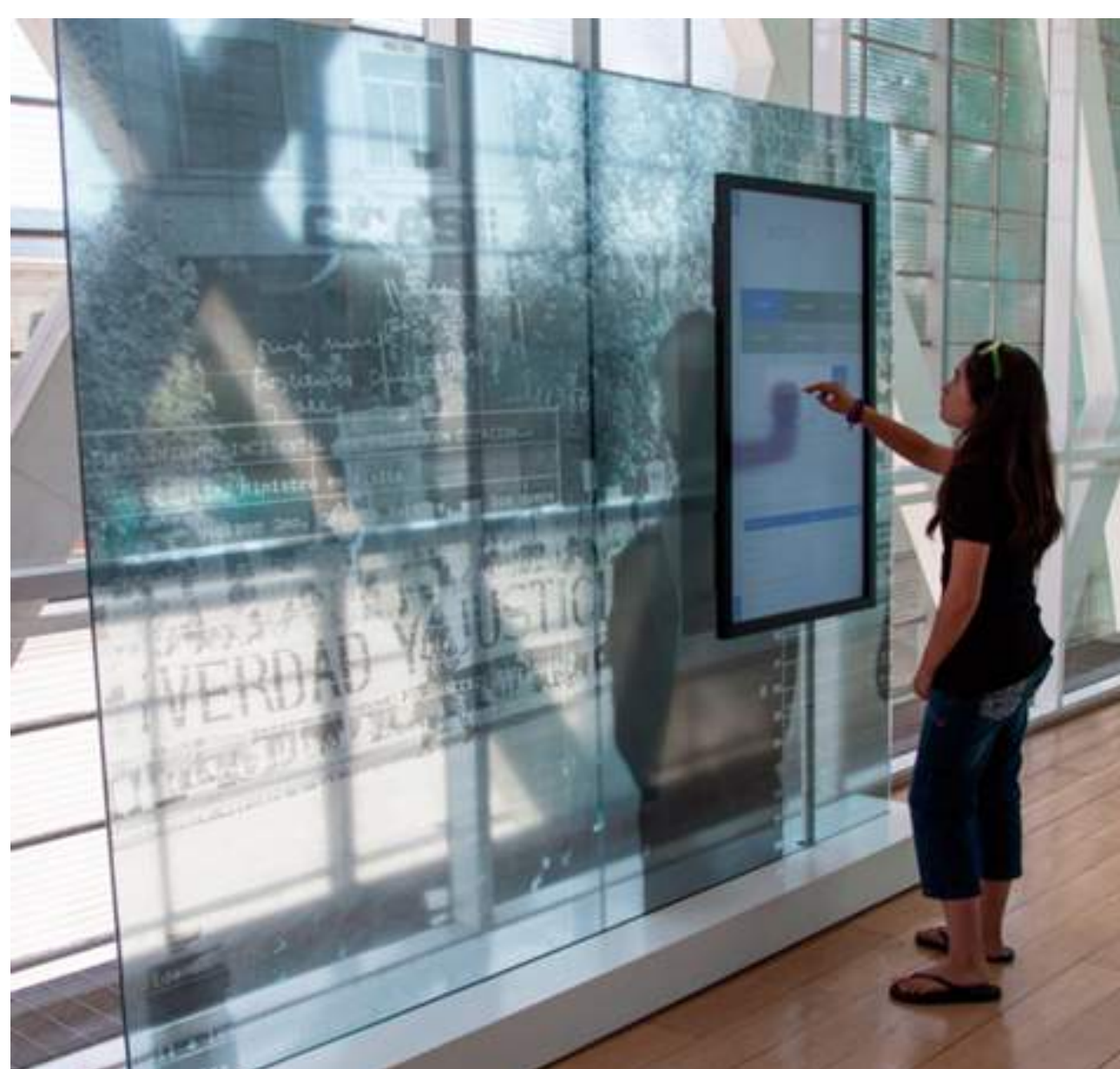


Figura 43 – Placa interativa. Fonte: website do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos.



Figura 43 – Sala Sete de Setembro, em memória a todas as vítimas, com luminárias que simulam velas no entorno e fotos delas na parede oposta, conformando um espaço de reflexão e homenagem. Fonte: website do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos.

8.1 análise de referências

8.1.4 o Cais do Valongo - RJ, Brasil

O Cais do Valongo foi o principal porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e nas Américas, sendo também o maior porto receptor de escravos do mundo (IPHAN). Localizado na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, foi construído em 1811 pela Intendência Geral de Polícia da Corte do Rio de Janeiro.



Figura 45 – Cais do Valongo. Fonte: IPHAN.



Figura 46 – Placa no Cais do Valongo. Fonte: Site da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Revelado em 2011 durante as obras do Porto Maravilha, foi transformado, em 2012, em monumento preservado e aberto à visitação pública, conforme sugerido pelas Organizações dos Movimentos Negros. Passando a integrar a Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1º de março de 2017.

O que representa o reconhecimento do seu valor universal excepcional, como memória da violência contra a Humanidade representada pela escravidão, e de resistência, liberdade e herança, fortalecendo as responsabilidades históricas, não só do Estado brasileiro, como de todos os países membros da Unesco. É, ainda, o reconhecimento da inestimável contribuição dos africanos e seus descendentes à formação e desenvolvimento cultural, econômico e social do Brasil e do continente americano. (IPHAN, s/d)

Atualmente o Cais do Valongo está aberto ao público, visível a todos como a lembrança de um período negativo da história do nosso país, assim como nosso objeto de estudo. Contudo, o vazio, o espaço arqueológico por si só, ainda que com suportes físicos como placas e textos descritivos sobre o espaço e sobre as práticas são capazes de abarcar as vivências daquele espaço? Somente a existência destes resquícios nos proporcionam bases suficientes para nos narrar e narrar a história como estratégia de não repetição?

As respostas a esta pergunta são particulares, mas o IPHAN parece crer

que somente este espaço não é o suficiente, visto a proposição da criação do Centro de Interpretação do Cais do Valongo, a ser construído no imóvel conhecido como Docas Pedro II, com o objetivo principal de “orientar visitantes e turistas sobre a história do Cais do Valongo, reconhecido pela Unesco como sítio arqueológico” (IPHAN).

8.1 análise de referências

8.1.5 Casa de Cultura Luiz Gonzaga - Recife, Brasil

A antiga Casa de Detenção de Recife, atual Casa de Cultura Luiz Gonzaga, foi por mais de um século a mais importante penitenciária de Pernambuco. Inaugurada no dia 25 de abril de 1855, a edificação com 8.400 m², é um projeto de autoria do engenheiro e urbanista José Mamede Alves Ferreira, responsável por outras obras importantes na cidade, como o Hospital Pedro II e o Ginásio Pernambucano.

Com uma planta cruciforme (figura 47), configurando-se como um modelo panóptico, possui as alas norte, sul, leste e oeste construídas em alvenaria, com três ordens de celas de ambos os lados, servidas por estreitas passarelas de madeira, apoiadas sobre “cachorros” de ferro fundido. Uma cúpula hexagonal marca o encontro dos quatro blocos.



Figura 47 –
Vista aérea da
edificação. Fonte:
Tripadvisor

Em 1973, por determinação do governador da época, Eraldo Gueiros Leite, a Casa de Detenção foi fechada e os detentos foram transferidos. Essa mudança havia sido planejada anteriormente pelo artista plástico Francisco Brennand, na época em que era o chefe da Casa Civil do Governo do Estado. Sua transformação em Casa de Cultura data de 1976 tendo sido o projeto de renovação e adequação do edifício idealizado pela arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi e o arquiteto Jorge Martins Júnior. Atualmente o Centro de Cultura abriga dois painéis do pintor pernambucano Cícero Dias, que representam as Revoluções Pernambucanas de 1817 e 1824. Além do Teatro Clênio Wanderley, do Palco Nelson Ferreira e mais de 110 lojas de arte e artesanato que ocupam as antigas celas. Esse projeto de renovação e adaptação de uso é interessante pela dimensão e usos variados, contudo cabe ressaltar que este possui um viés bastante distinto do projeto em questão. Enquanto a Casa de Cultura surge num intuito de suavizar a memória “traumática” relacionada a edificação pelo seu passado e ressignificá-la, devolvendo-a à sociedade de uma forma diametralmente oposta ao uso original, o projeto proposto visa a rememoração da história da edificação pelo seu histórico traumático. Contudo, é interessante a análise desta referência, com vias de compreender as adaptações realizadas, as possibilidades de diretrizes a serem seguidas, bem como as adaptações que são necessárias pelo novo uso e pelo mo-

mento atual que demanda instalações bastante diversas daquelas do momento da construção.

Isso posto, vimos a resignificação das celas como local de venda de artesanato e desta forma propagação de cultura em contraponto ao local de cárcere e penitência, mantendo unicamente uma cela a 106 (figura 49) de forma original. Assim como vemos a instalação do elevador no centro da edificação, o que de certa forma, rompe com o modelo panóptico clássico sobre o qual a edificação foi construída, o que nos põem a pensar e criticar quais os limites podemos e devemos transpor em nome do projeto proposto.



Figura 48 – ao lado - Corredor e elevador da Casa de Detenção. Fonte: Tripadvisor.

Figura 49 – abaixo - Cella original da Casa de Detenção. Fonte: Tripadvisor



8.2 programa de necessidades

8.2.1 o INEPAC

Primeiramente é imprescindível que entendamos como se estrutura organizacionalmente o INEPAC, para que com base nestes conhecimentos possamos esboçar o que entendemos ser o programa de necessidades.

Criado em 1975 o INEPAC sucedeu o primeiro órgão de preservação do patrimônio cultural - a nível estadual - a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHA) criado por decreto em 1963. O instituto tem por objetivo a preservação do patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro, por meio de estudos, pesquisas, catalogação, fiscalização, inventários, vistorias de obras e bens tombados, prestando assessoria técnica às prefeituras municipais, instituições públicas e comunitárias. Para tal ele é composto por uma equipe multidisciplinar formada por profissionais das áreas de arquitetura, história, ciências sociais, museologia, e outras áreas do conhecimento.

No organograma representado abaixo temos a Diretoria representada pelo INEPAC do qual fazem parte o Diretor Geral do INEPAC, três assessores técnicos (nomeados pelo diretor) e pelos diretores técnicos que representam os quatro departamentos que compõem a estrutura organizacional, vinculados a Diretoria temos o setor administrativo composto por quatro integrantes e o Conselho Estadual de Tombamento (CET), composto por doze membros.

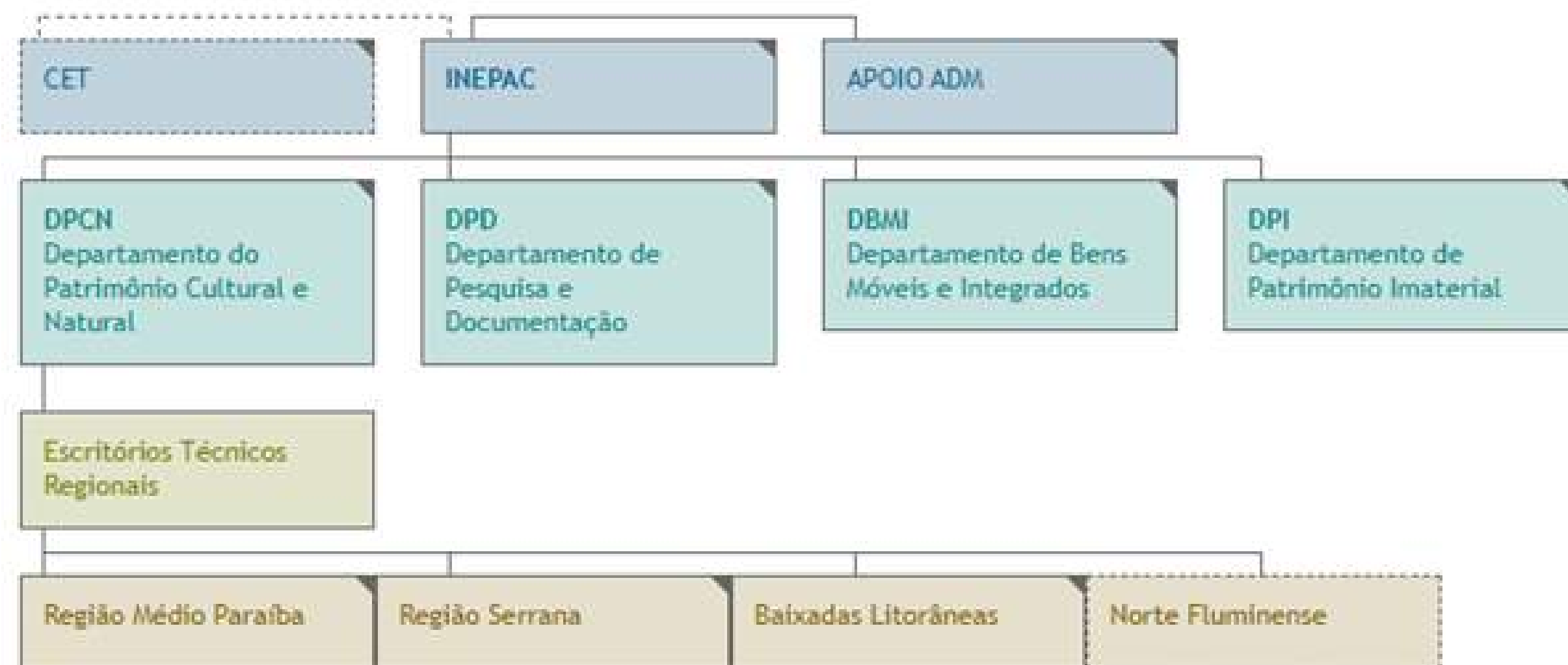


Figura 50 – Organograma do INEPAC. Fonte: Site INEPAC

Os quatro departamentos que compõem o INEPAC são o Departamento do Patrimônio Cultural e Natural (DPCN) desenvolve trabalhos de acompanhamento e controle dos assuntos relativos à proteção dos bens culturais e naturais tombados pelo Estado; o Departamento de Pesquisa e Documentação (DPD) responsável pela manutenção e salvaguarda do acervo referente ao patrimônio cultural material, além de desenvolver pesquisas sobre os municípios do Estado do Rio de Janeiro e seus bens culturais; o DBMI (Departamento de Bens Móveis e Integrados) responsável pela catalogação dos bens móveis e integrados do Estado do Rio de Janeiro, bem como a pesquisa, a publicação, o cadastramento e a fiscalização dos bens culturais; e o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) responsável por pesquisar, registrar e divulgar as manifestações

culturais, pela natureza dinâmica destas as informações necessitam de constante atualização

Atualmente os setores possuem a seguinte composição: O DPCN possui um diretor técnico, nove arquitetos, dois assessores e dois estagiários, totalizando quatorze integrantes e sendo o maior departamento do INEPAC; O DPD possui um diretor técnico, um técnico, um historiador e um estagiário, totalizando quatro pessoas; O DBMI é composto por uma diretora técnica, uma museóloga e duas estagiárias, totalizando também quatro integrantes; por fim o DPI possui um diretor técnico, um historiador e um estagiário, sendo o menor departamento atualmente com apenas três integrantes.

No dia 09 de julho de 2021, estive pessoalmente na Biblioteca Parque - onde atualmente encontra-se o INEPAC - neste momento tive a oportunidade de conversar com a Thais Antoniazzi representante do DPCN, com os diretores técnicos dos outros três departamentos e pude também ter acesso a parte do acervo do INEPAC. Após esta conversa e com uma compreensão do cenário ideal para cada um dos setores foi possível desenhar o programa de necessidades para o INEPAC.

Assim sendo, ficou entendido que todos os setores acreditam ser melhor que haja uma separação entre eles, em oposição ao que ocorre atualmente. As salas dos setores devem de modo geral possuir um posto de trabalho

com tamanho adequado para a função realizado para cada um dos funcionários, espaço para armazenamento de material e uma pequena mesa de reunião para alinhamentos internos, e para o DPCN foi entendida a necessidade de além desta uma mesa de reunião média para que fosse possível a abertura de plantas. Além destes pontos em comum foi entendido também a necessidade do DBMI de possuir uma mapoteca e área reservada para a parte de conservação também. Para a diretoria também deve haver uma sala individual, bem como um espaço para o setor de apoio, uma recepção, salas de reunião comuns a todos e salas de reunião exclusiva para a diretoria e para o CET, um auditório, uma área adequada para o acervo - que atualmente encontra-se em um pavimento diferente daquele em que estão localizados as estações de trabalho, num cômodo que mede aproximadamente 60 m² de modo que a localização e a manipulação dos arquivos fica bastante dificultada - e ainda deve ser considerada uma área que comporte o acervo do INEPAC, atualmente no Ingá, o arquivo completo e a biblioteca.

8.2 programa de necessidades

8.2.2 o museu

O programa de necessidades do museu tem como base os projetos apresentados na seção de referências e visa a transformação total do espaço apropriando-nos da utilização de peças interativas, cenários, vídeos, reportagens e áudios diversos, de modo a criar uma imersão total do visitante estimulando diversos sentidos durante o trajeto.

Devido a natureza da edificação e num intuito de re significação do espaço, preservação da memória e sem o intuito de redução da história a apenas um dos capítulos desta. O projeto museal será estruturado em setores de modo a construir uma linha narrativa que englobe desde os primórdios da história rememorando desde a construção da edificação, passando pela reestruturação da polícia, pela ditadura de Vargas até chegarmos aos antecedentes da ditadura, aproveitando o ensejo para trazer uma visão geral histórica da ditadura em outros países pelo mundo, detalhando posteriormente o momento da ditadura militar de 1964, trazendo para este espaço até então do opressor um espaço memorial em homenagem a todos os que ali foram oprimidos - as vítimas da ditadura - utilizando como base o cenário real onde esta ocorreu, e por fim um espaço que inspire a esperança após o trajeto tão denso percorrido.

Contudo apenas o programa conforme descrito acima, por si só, não contempla todas as nuances necessárias para execução deste projeto. Entendendo que não se trata apenas de um espaço interpretativo, o acervo do

museu será composto por recortes de jornais da época, plantas explicativas, relatos obtidos durante a Comissão Nacional da Verdade e para tal é preciso que além das divisões propostas englobe-se nelas espaços físicos para exposição de vídeos, espaços para projeções mapeadas, suportes audiovisuais, tais como utilizados na sala Pecera da Ex ESMA, espaços contemplativos, espaço para venda de souvenir, espaços destinados a palestras e coisas afins, bem como um espaço que inspire a esperança em novos momentos, que represente a esperança que motivava diversos ativistas utilizando diversos suportes diferentes seja com frases, com músicas ou quaisquer outros meios que se apresentem.

8.2 programa de necessidades

8.2.3 outros usos

Considerando a área da edificação existente e os programas já citados anteriormente, compreendemos que existia a possibilidade de agregar novos usos a edificação, a fim de garantir o manutenção da mesma através da utilização por públicos diversos.

Assim sendo, propomos também a implementação de usos que se relacionem diretamente com os programas iniciais para tal há a proposição de uma livraria que tenha como principal mote as temáticas que no passado foram oprimidas neste local desde sua concepção até os últimos dias de funcionamento, mas também que possua forte vínculo com o INEPAC; e da existência de uma área destinada exposições temporárias no museu, de modo a dar maior visibilidade às artes e críticas produzidas quanto a repressão história e ainda existente.

Contudo, além dos programas diretamente relacionados aos programas iniciais são propostos também dois outros usos no intuito de agregar valor a edificação e mantê-la em uso constante por uma gama diferenciada de usuários. Sendo eles a uma cafeteria com o intuito de atrair o público existente na região que durante a semana - composto majoritariamente de trabalhadores dos arredores, mas também o público que utiliza este espaço aos finais de semana seja devido a feira de antiguidades do Lavradio ou que residam no entorno ou ainda que tenham o interesse em conhecer o espaço - e um coworking comunitário visto a carência de espaços de tra-

balho públicos no centro do Rio de Janeiro, pois apesar da grande quantidade de bibliotecas, museus e acervos - exceto pelo Centro Cultural da Justiça Federal (CCJF) - em todos os locais é necessário que se esteja sendo feita uma consulta a algum material para que seja possibilitada a utilização do deste espaço, e mesmo no local CCJF, não há a possibilidade de acesso a internet, somente nos computadores locais e para acesso a informações próprias.

8 o projeto

8.3 diretrizes do projeto de restauro

Compreendendo a definição das diretrizes do projeto de restauração como a etapa onde são estabelecidas as delimitações sobre os critérios da proposta de intervenção. Consideraremos como base para elas a conservação da autenticidade da obra, onde qualquer adição deve ser reconhecível e diferente das preexistências, que devem ser tomadas como base, desse modo deve-se evitar ao máximo as imitações ao estilo, onde forem indispensáveis pequenas modificações, proporem-se expressões equilibradas e discretas possuidoras de uma valência expressiva da cultura contemporânea, de modo a evitar os “falso históricos”. Entendendo os sinais da passagem do tempo como valores históricos e estéticos, devem-se ainda evitar os embelezamentos e as obras cosméticas ou as modernizações generalizadas. É imprescindível também que seja respeitado o princípio da reversibilidade das intervenções.

O projeto de restauro perpassa por compreender todas as fases que compõem a história da edificação, que se inicia em 1910, no momento de sua construção com a concepção de um novo modelo de polícia mais voltada para a inteligência, passando por diversas outras polícias incluindo as dos períodos de ditadura as quais o nosso país esteve sob comando, transformando-se posteriormente em Museu da Polícia Civil e em outubro de 2000, cedida pelo governo do Estado ao Arquivo Público Estadual. Devido às suas diversas utilizações o projeto foi sendo adaptado a reali-

dade de cada momento, tendo tido a inclusão de mezaninos em diversos cômodos, a retirada de três das cinco escadas que existiram - considerando projeto e execução -, a instalação de divisórias em eucatex ou similar e mais recentemente, com a utilização do espaço para armazenamento do acervo e sua utilização temporária como Arquivo Público, diversos de seus aposentos foram deteriorados e/ou descaracterizados, tendo por exemplo os lambris das paredes arrancados, vãos de portas fechados e afins.

Assim sendo, o projeto de restauro deve visar a remoção de todas as adições realizadas no espaço pela ocupação da edificação pelo Arquivo Público, além de todas as instalações adicionais ao projeto que possam de alguma forma representar um risco para os futuros ocupantes da edificação. Os pisos devem ser recompostos em sua totalidade, tais como eram originalmente, por entendê-los como elementos relevantes na concepção do projeto. Os forros, que em sua maioria já se encontram ausentes, devem ser mantidos somente onde se encontrarem em estado possível de manutenção e/ou recuperação. Os elementos que foram subtraídos da edificação quando possível deverão ser reintegrados à edificação, quando da impossibilidade de tal realização deve ser previsto a instalação de elemento similar, mas de fácil identificação como elemento novo.

8 o projeto

8.4 setorização e fluxos

A edificação, como dito anteriormente, possui aproximadamente 5.583,57 m² dividido em duas alas com três pavimentos cada, inicialmente construída para ser a Repartição Central da Polícia, a edificação abrigaria um novo conceito de delegacia que englobava IML, área de análises específicas e um setor de encarceramento. Para a setorização de usos nos apropriamos da utilização da edificação na época da ditadura militar como base de proposição.

No princípio, o primeiro pavimento abrigava, na ala construída em 1910, sala de armas, corpo da guarda, o alojamento dos praças, o albergue noturno, o corpo e a secretaria da guarda civil, o quarto do médico e um anfiteatro. A ala construída posteriormente abrigava as dependências do IML, o depósito de presas São Judas Tadeu, que originalmente não era destinado exclusivamente a mulheres (figura 52). Levando-se em conta a divisão de usos no período da ditadura, o projeto utiliza o acesso situado na esquina da rua da Relação com a rua dos Inválidos como ponto de acesso principal e divisor de fluxos, ao nos direcionarmos para o lado esquerdo da edificação (alojamento dos praças) temos o acesso ao museu, utilizando os aposentos da delegacia para contar a história da edificação, ao ir adentrando a edificação neste sentido teremos então o fio condutor do museu que nos levará até o momento do início da ditadura, que deve iniciar ao adentrar o depósito de presas. Todavia, se optarmos para o traje-

to a direita ao termos acesso a parte comercial da edificação onde é previsto uma livraria que seja voltada para a temática do museu, isto é, que tenha como principal mote as temáticas que no passado foram oprimidas neste local desde sua concepção até os últimos dias de funcionamento, mas também que possua forte vínculo com o INEPAC, disponibilizando os volumes produzidos por este e/ou similares, sendo a administração de responsabilidade do próprio museu. Além da livraria é proposto também nesta parte da edificação uma loja de souvenir que deve atender tanto ao museu quanto ao INEPAC, além de uma cafeteria que deve atender ao público em geral (figura 54).

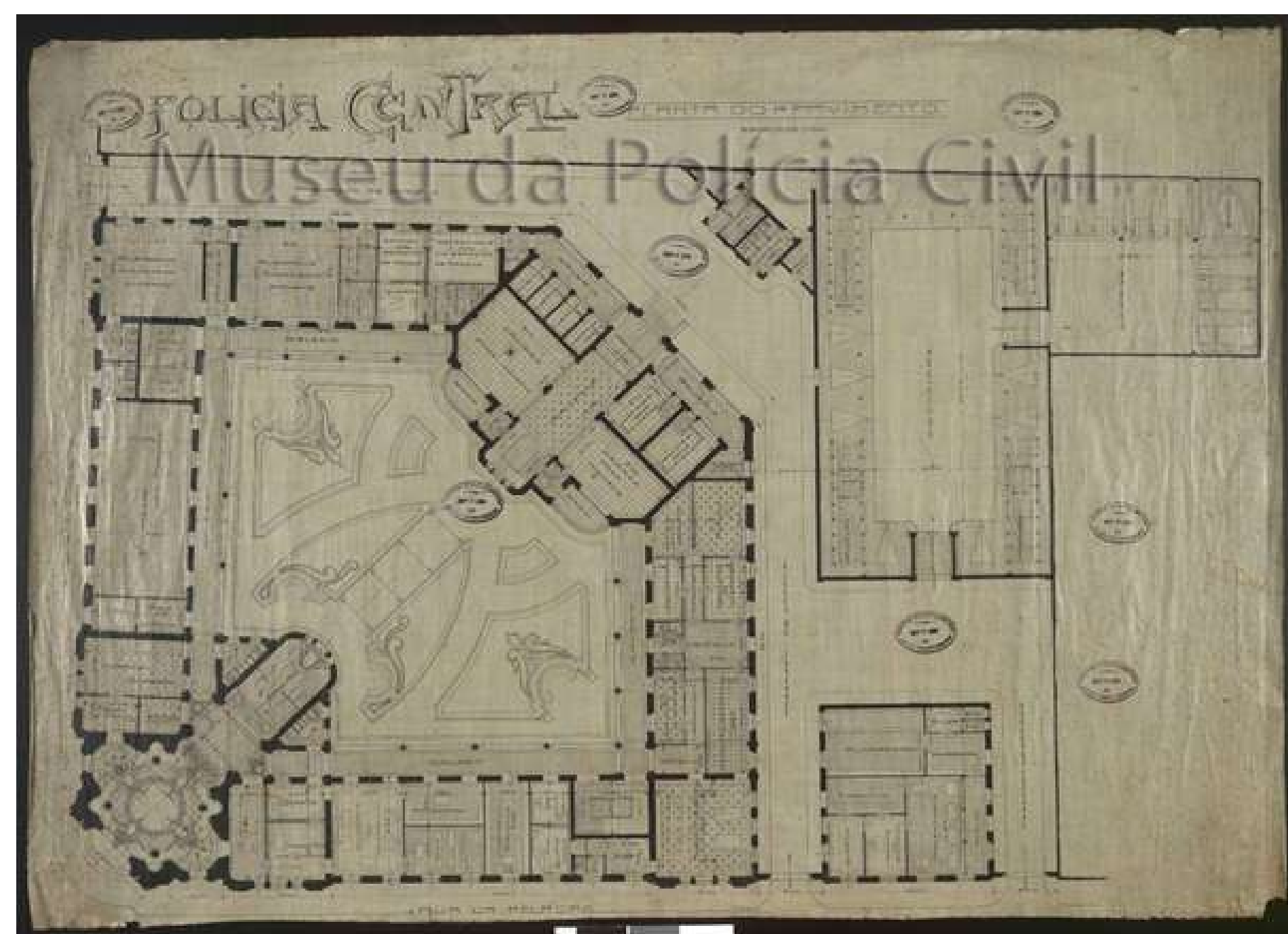


Figura 51 - Planta baixa da edificação em 1924. Fonte: IPHAN

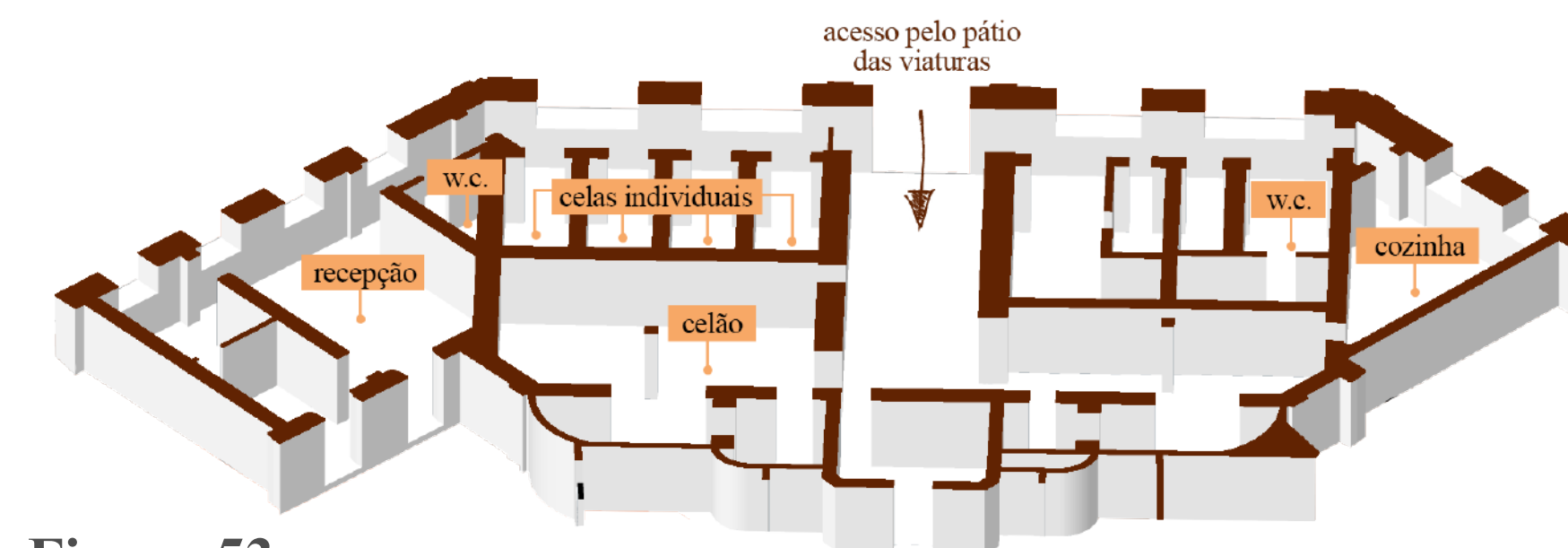


Figura 53

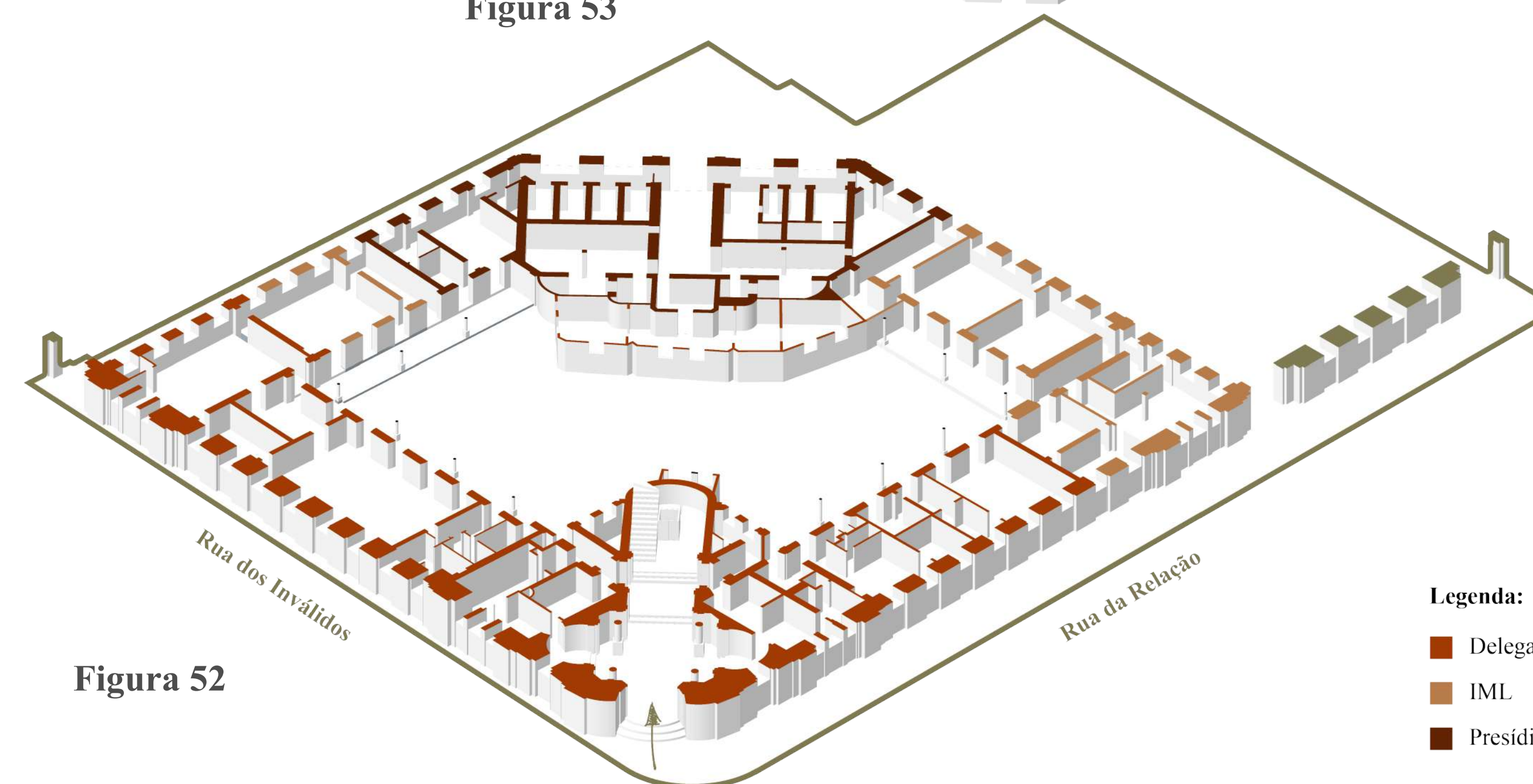


Figura 52

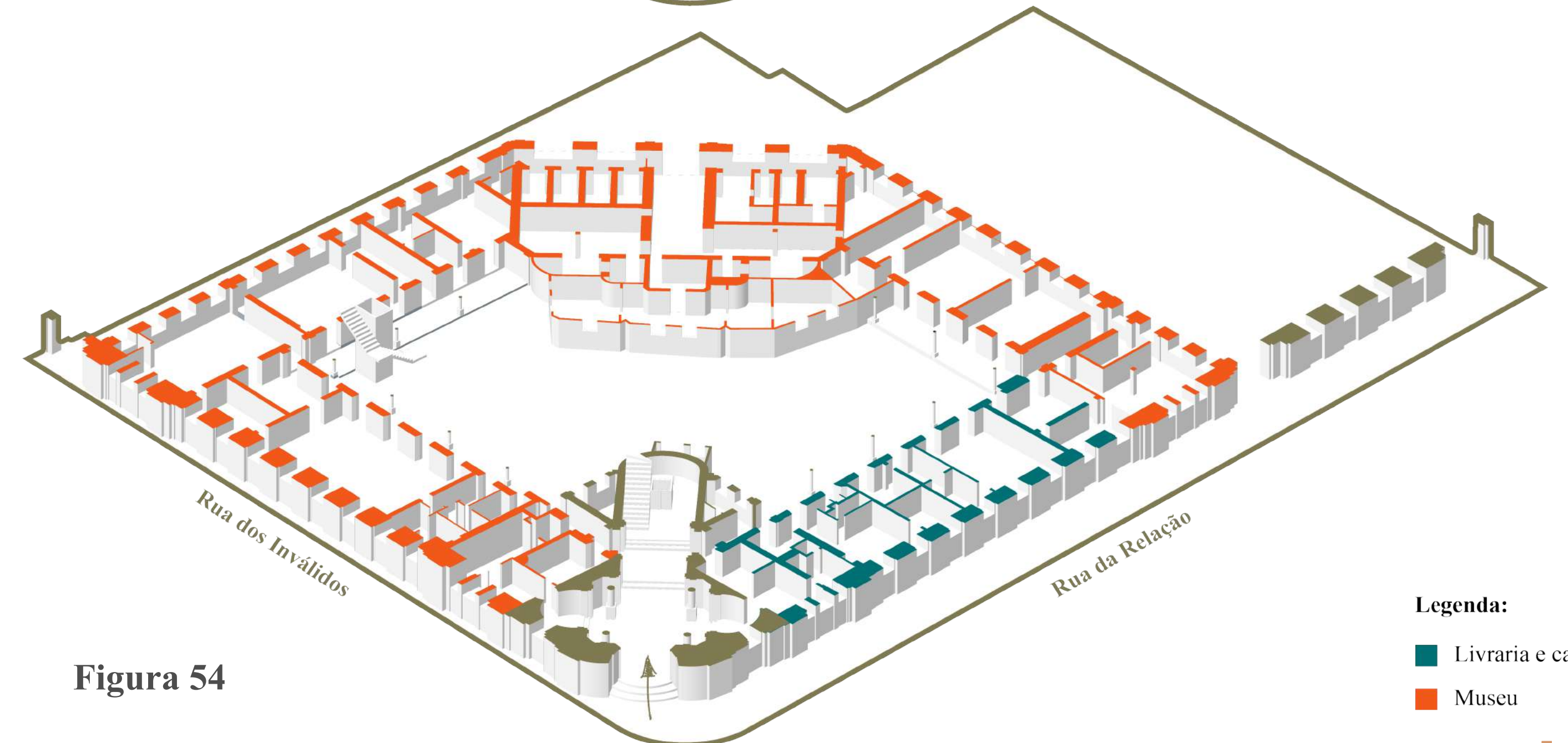


Figura 54

Com um caráter mais administrativo, o segundo pavimento abrigava exclusivamente as dependências da delegacia (figura 55). Utilizando isto como ponto inicial, mantivemos o caráter de uso deste pavimento, destinando-o quase que em sua totalidade ao INEPAC (figura 57), incluindo a área de acervo, exposição e o auditório, destinando somente uma área de 156 m² para o museu, sendo esta área destinada ao uso administrativo do museu e da edificação como um todo, não possuindo caráter público (figura 56).

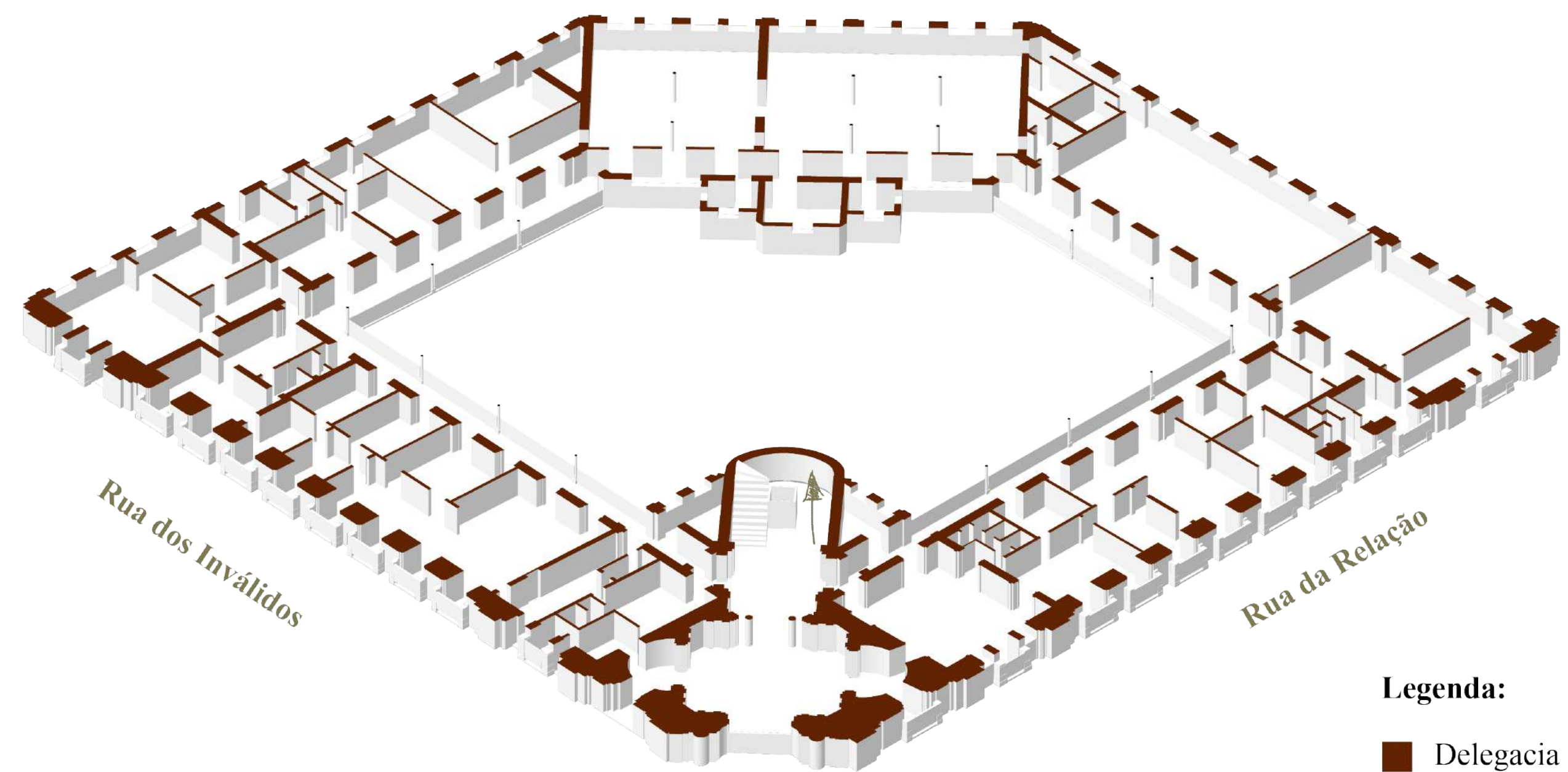


Figura 55 - Diagrama axonométrico com a divisão do 2º pavimento na época da ditadura militar. Fonte: Elaborada pela autora

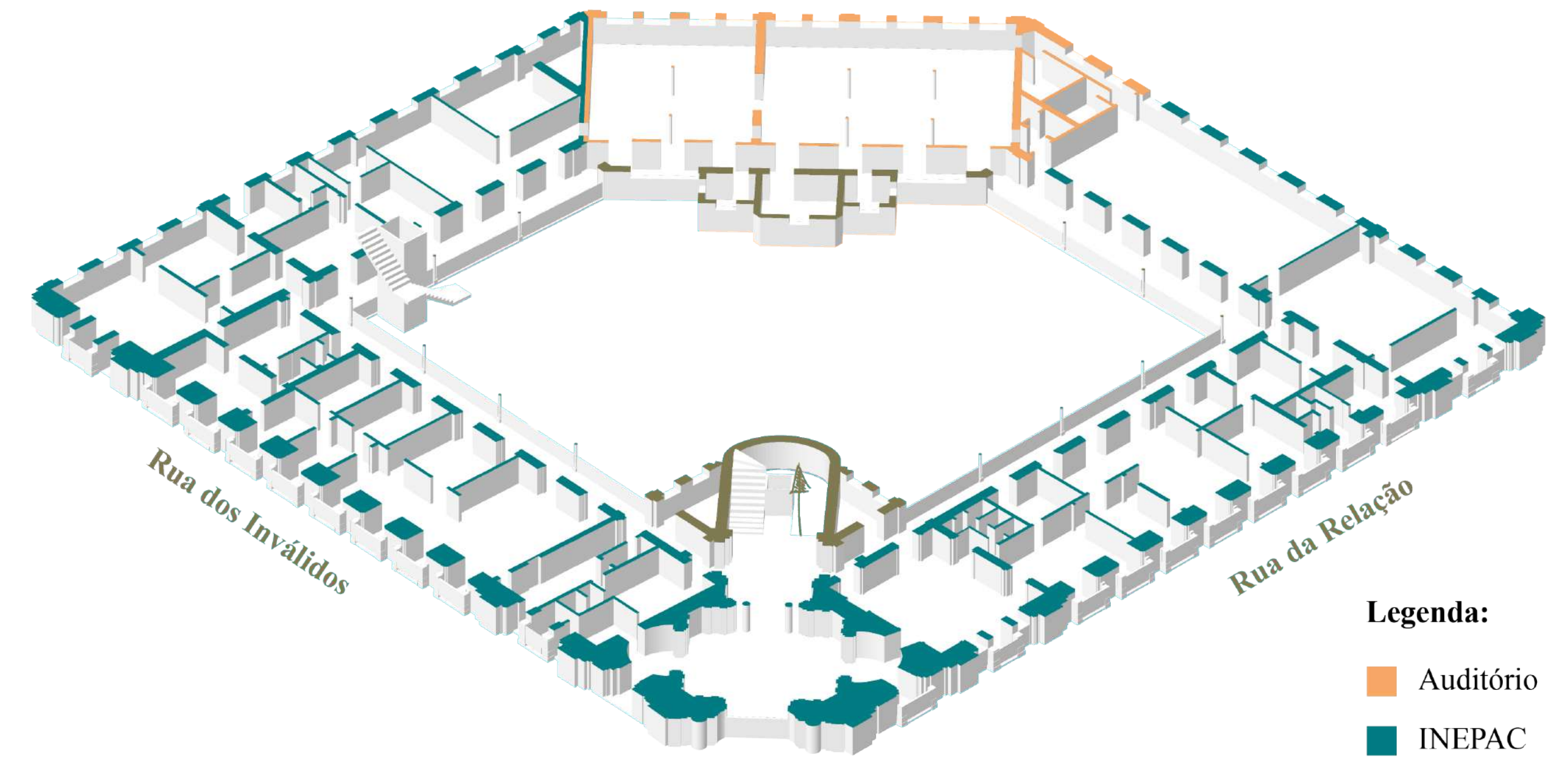


Figura 56 - Diagrama axonométrico com a setorização proposta do 2º pavimento. Fonte: Elaborada pela autora

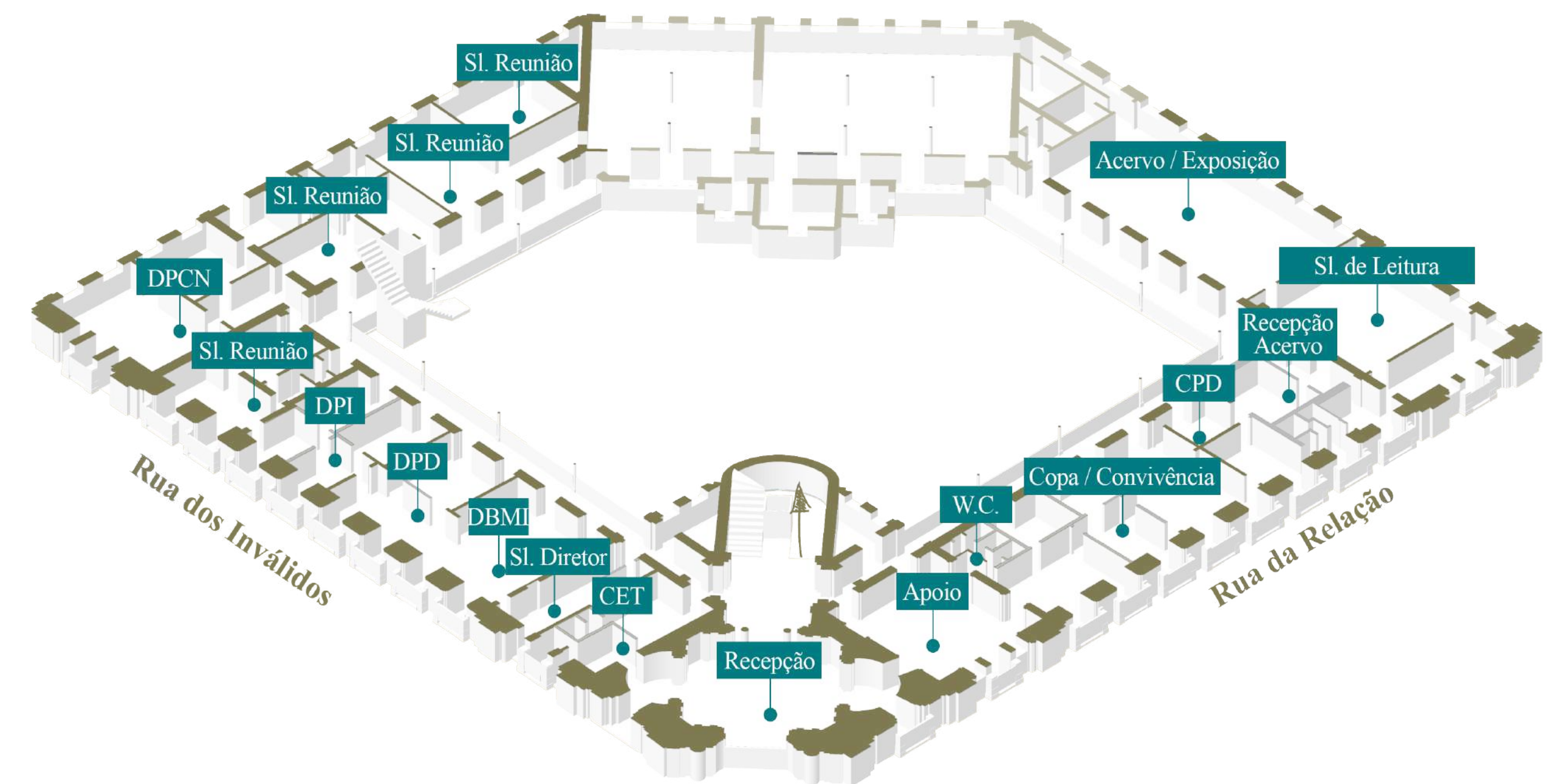


Figura 57 - Diagrama axonométrico com a divisão do 2º pavimento na época da ditadura militar. Fonte: Elaborada pela autora

Já o terceiro pavimento possuía uma divisão similar ao pavimento térreo, onde a ala original abrigava os aposentos da delegacia e a ala secundária abrigava a área de encarceramento - onde diversas pessoas foram torturadas e mantidas em isolamento durante a ditadura militar (figura 58). Assim sendo, esta ala abrigará o museu dando continuidade à história iniciada no pavimento térreo e concluindo-a, compreendendo também a proposta de uma área de exposições temporárias com temáticas relativas às do museu. Já a área destinada a delegacia (figura 58) passará a abrigar a cinemateca à esquerda e uma área de coworking a direita, no intuito de diversificar os usos, trazer públicos diversos e contínuos garantindo assim a utilização constante e desta forma manutenção do espaço (figura 60).

Por fim, transformaremos o pátio das viaturas, local por onde os presos políticos eram levados na época da ditadura militar, em um espaço de estar e lazer voltado para a população local, seja a população residente ou a população flutuante que ocupa este espaço a trabalho, de modo a ressignificar toda a edificação, trazendo cultura e vida a este espaço hoje abandonado e com um passado tão delicado em nossa história.

Figura 58 - Diagrama axonométrico com a divisão do 3º pavimento na época da ditadura militar. Fonte: Elaborada pela autora

Figura 59 - Diagrama axonométrico, funcionamento da carceragem masculina do DOPS. Fonte: Elaborada pela autora

Figura 60 - Diagrama axonométrico com a divisão proposta do 3º pavimento. Fonte: Elaborada pela autora pela autora

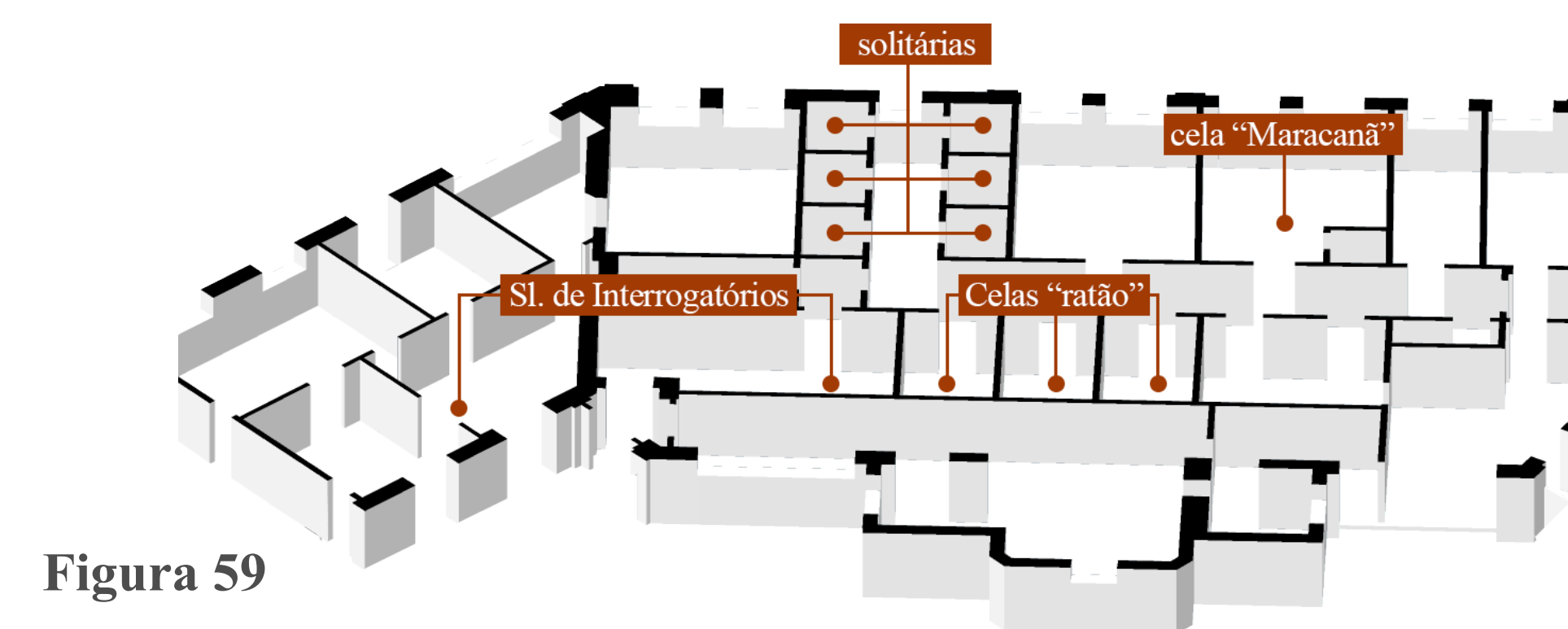


Figura 59

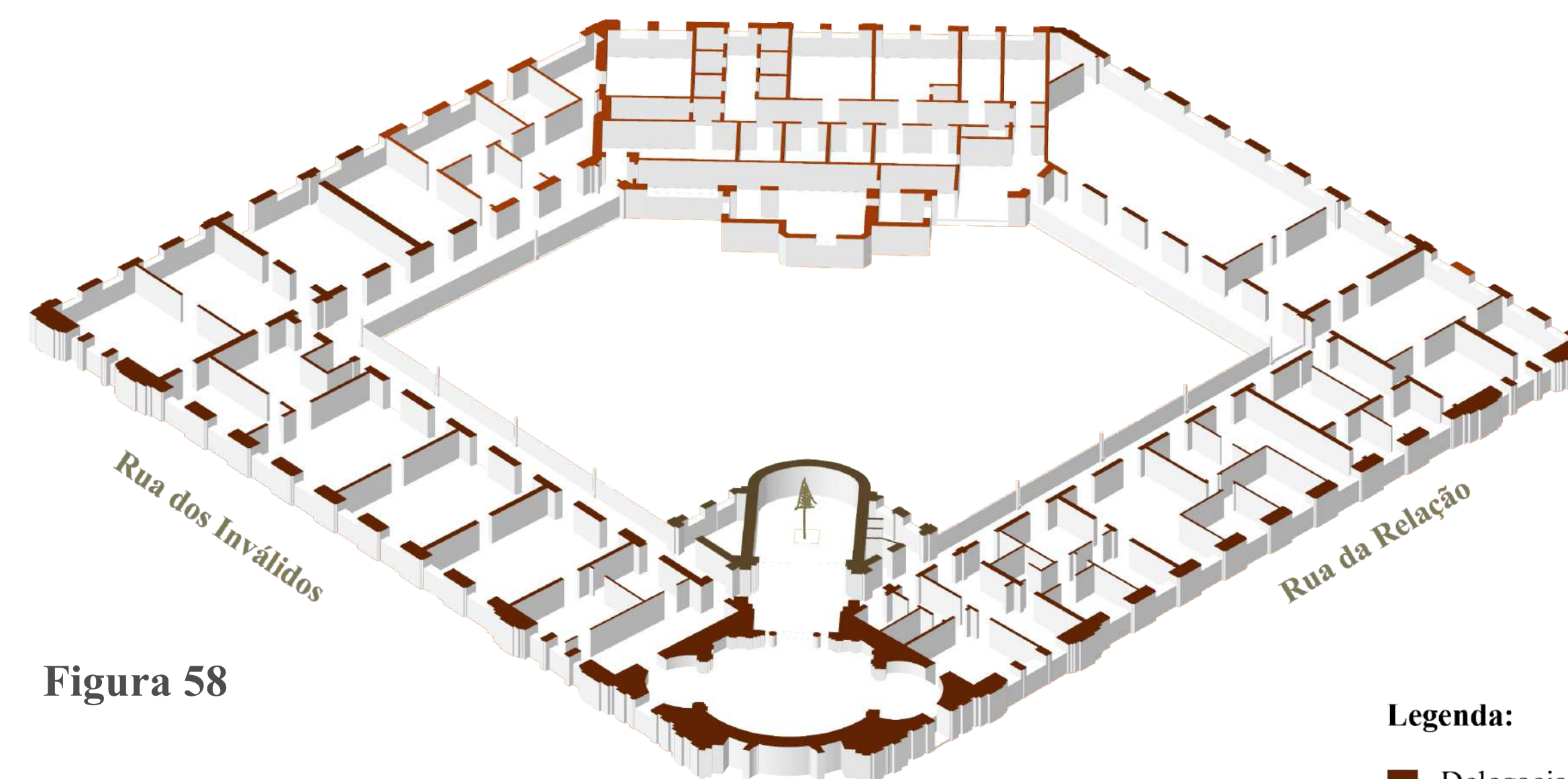


Figura 58

Legenda:
■ Delegacia
■ Presídio

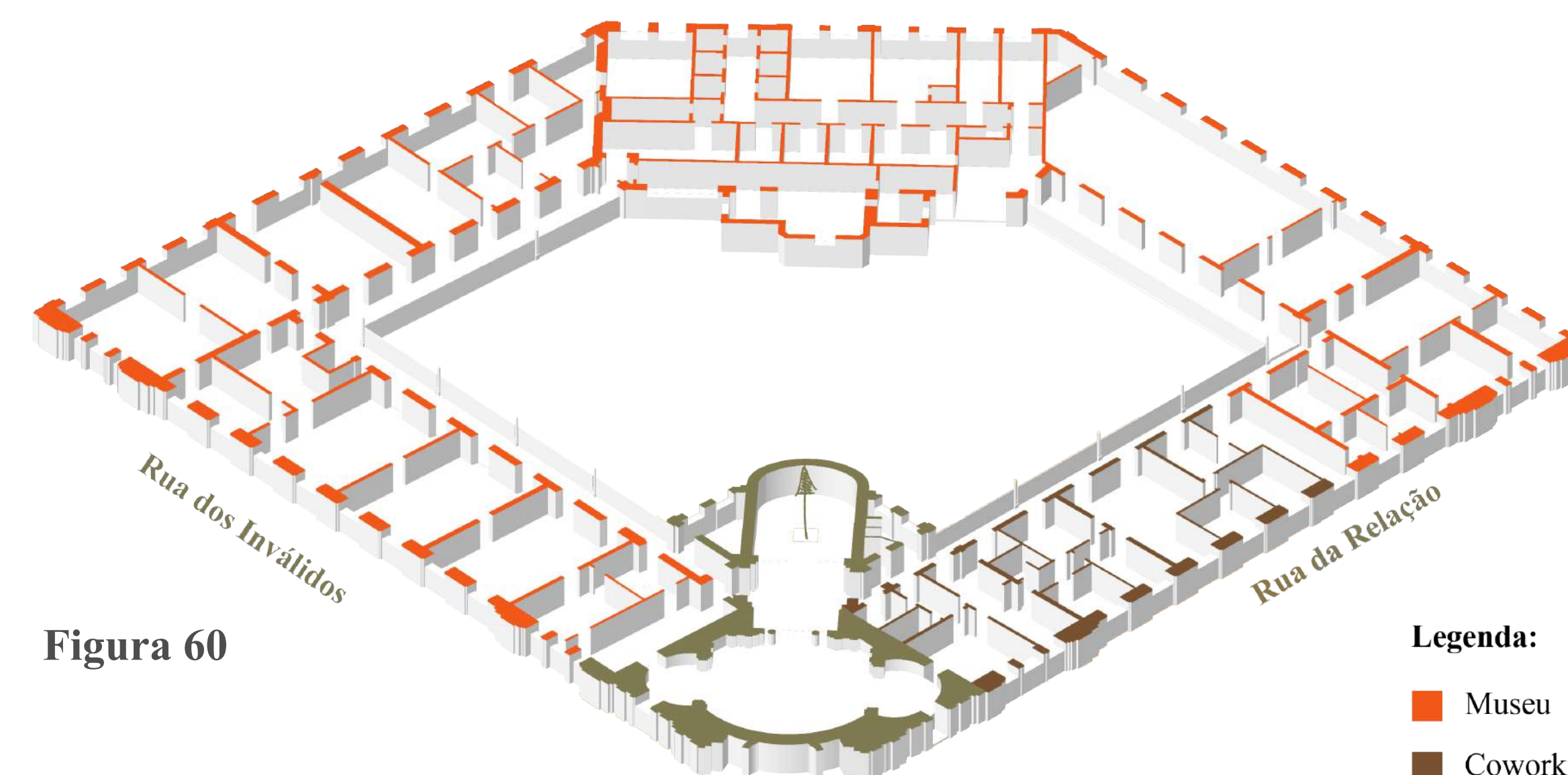


Figura 60

Legenda:
■ Museu
■ Coworking

8 o projeto

8.5 sobre o acervo

A linha narrativa estruturante do museu se baseia na cronologia histórica que mescla os fatos históricos de conhecimento amplo e público, as proposições de uma nova estrutura policial, as práticas de repressão e diversas outras práticas indizíveis realizadas pela polícia no interior e no exterior da edificação no intuito de expor a verdade sobre a história.

O trajeto que se inicia no térreo e se encerra no terceiro pavimento, começa a sua narrativa com a construção da edificação abordando o momento histórico bem como a história do arquiteto que o idealizou trazendo fotos e documentos dele e da época (figura 61), passando pela concepção da nova polícia que era proposta no momento, com um viés de inteligência e análises diversas, posteriormente são apresentadas as plantas baixas, cortes, elevações e afins da edificação (figura 51 e 62), explicitando o funcionamento dos espaços.

Adentrando a história política do país entraremos no momento da Era Vargas, onde será abordado as diversas formas de repressão, já praticadas neste período, pela polícia englobando a repressão à vadiagem e a apreensão de diversos itens que posteriormente foram integrados ao patrimônio cultura carioca, ainda nesta etapa será abordada a ditadura varguista ocorrida durante o período conhecido como Estado Novo, esta parte possui a intenção de explicitar que a ditadura militar não foi a primeira ou a única ditadura sobre a qual já estivemos. O acervo desta área

será composto basicamente por imagens da época (figura 63), possíveis recortes de jornais e suportes deste gênero.

Finalizando a seção de Vargas iniciaremos as partes mais delicadas deste museu, o momento da ditadura militar. Começaremos pelos antecedentes dela, onde será apresentado o contexto político e socioeconômico que propiciaram a sua implementação, seguindo a linha narrativa será apresentada a instauração da ditadura militar de 1964, os Atos Institucionais que foram promulgados e acabaram por, de certa forma, institucionalizar a tortura como elemento de repressão e de obtenção de informações e a representação do movimento estudantil (figura 65). O escopo que engloba a parte da ditadura militar propriamente dita, bem como a institucionalização da tortura, será abordado em detalhes e na área onde estes atos eram praticados, tendo como base relatos de pessoas que ali estiveram além do suporte arquitetônico que compunha os locais.

Contudo o percurso não se encerra no ápice da ditadura, ele segue demonstrando os desdobramentos após o fim da ditadura, o processo de redemocratização, a criação e conclusão da Comissão Nacional da Verdade no Brasil. Depois deste ponto apresentaremos outras Comissões da Verdade ao redor do mundo, no intuito de reafirmar que não é uma história exclusivamente brasileira, assim como a forma como a CNV foi conduzida aqui, não é a única forma a ser realizada.

Por fim, o percurso coloca o visitante numa sala memorial, em homenagem a todas as vítimas da ditadura militar, entendendo este espaço como um espaço de reflexão, mas também um espaço de esperança. Ao encerrar este trajeto o visitante é convidado a adentrar a cinemateca que terá como principal mote a apresentação de filmes com a temática da repressão, sejam filmes com a temática da ditadura militar, holocausto, apartheid ou afins, como uma forma de valorização da cultura.

Deste modo o acervo do museu se apropria de fatos históricos e fontes confiáveis para se embasar ao mesmo tempo que se utiliza de diversos suportes distintos como fotos, plantas, cortes, relatos, recursos audiovisuais e sensoriais para fazer com que o visitante se sinta imerso naquele espaço.

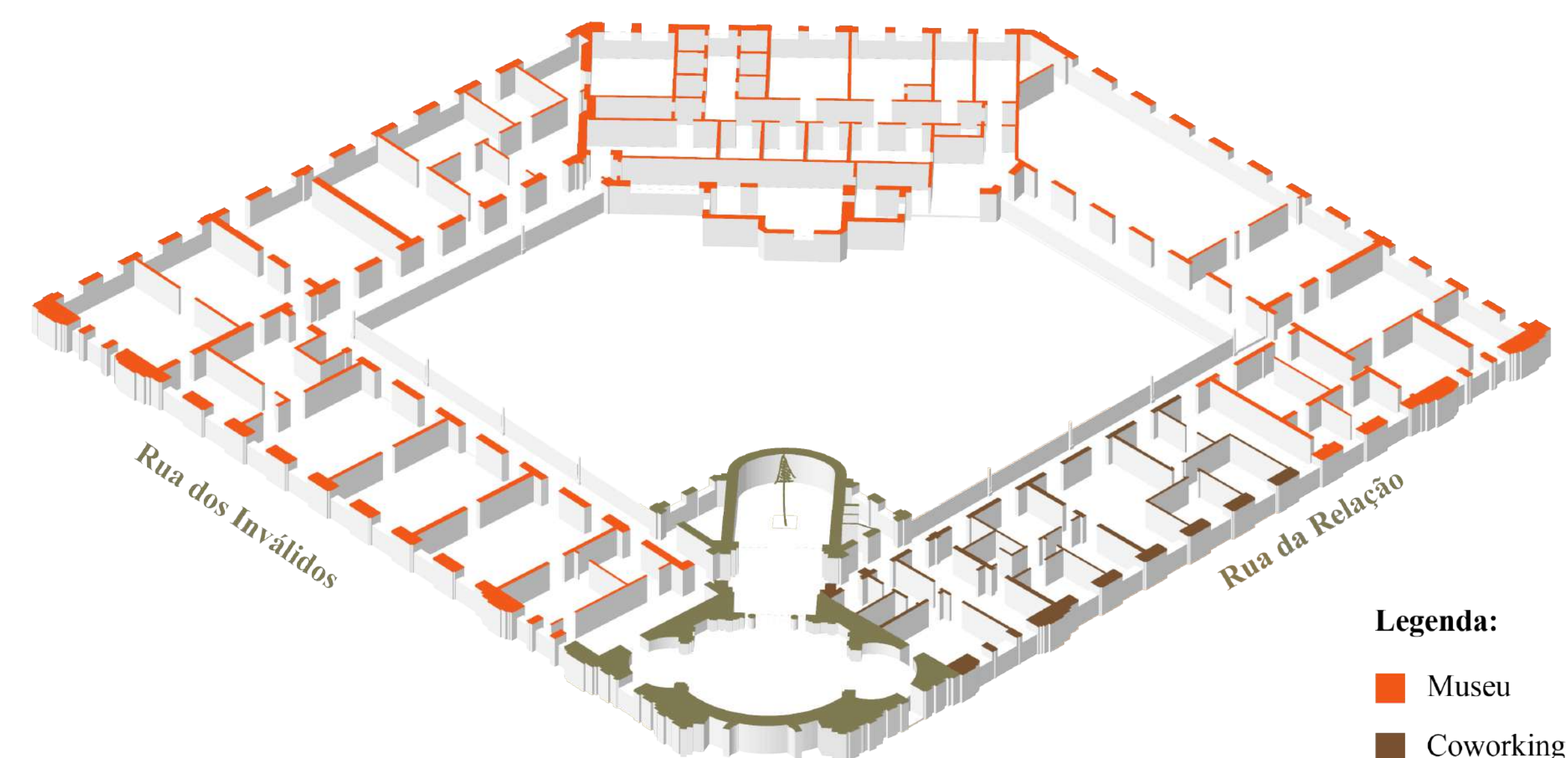




Figura 61 - à esquerda - Documento de identidade do arquiteto Heitor de Mello. Fonte: Terra, Alcione (2004).



Figura 62 - à direita - Detalhamento da cúpula do prédio. Fonte: IPHAN

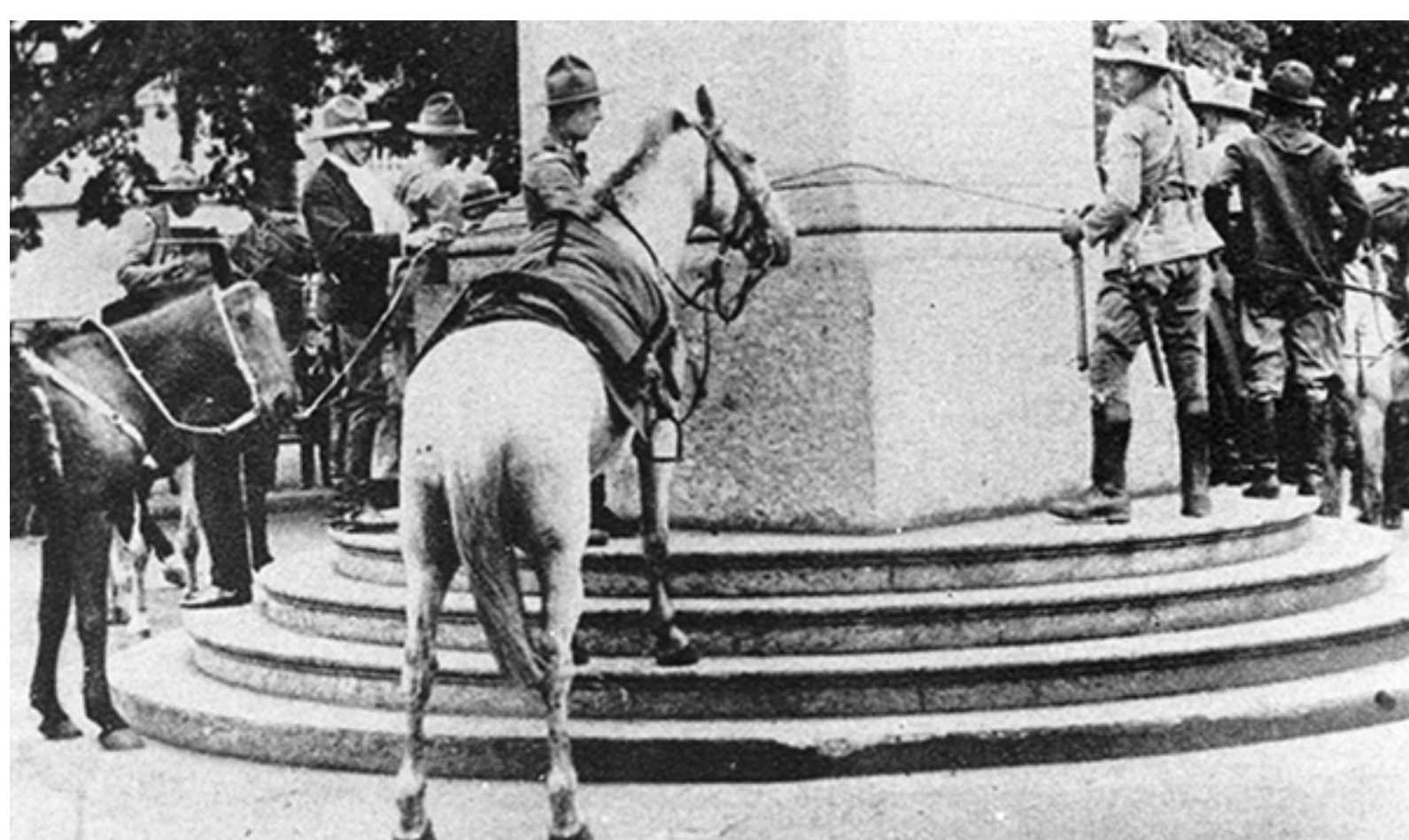


Figura 63 - Cavalos amarrados ao obelisco na Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro. Fonte: Almanaque Cultural.



Figura 65 - Jovem pichando a fachada do Teatro Municipal na passeata de 1968. Fonte: Memorial da democracia

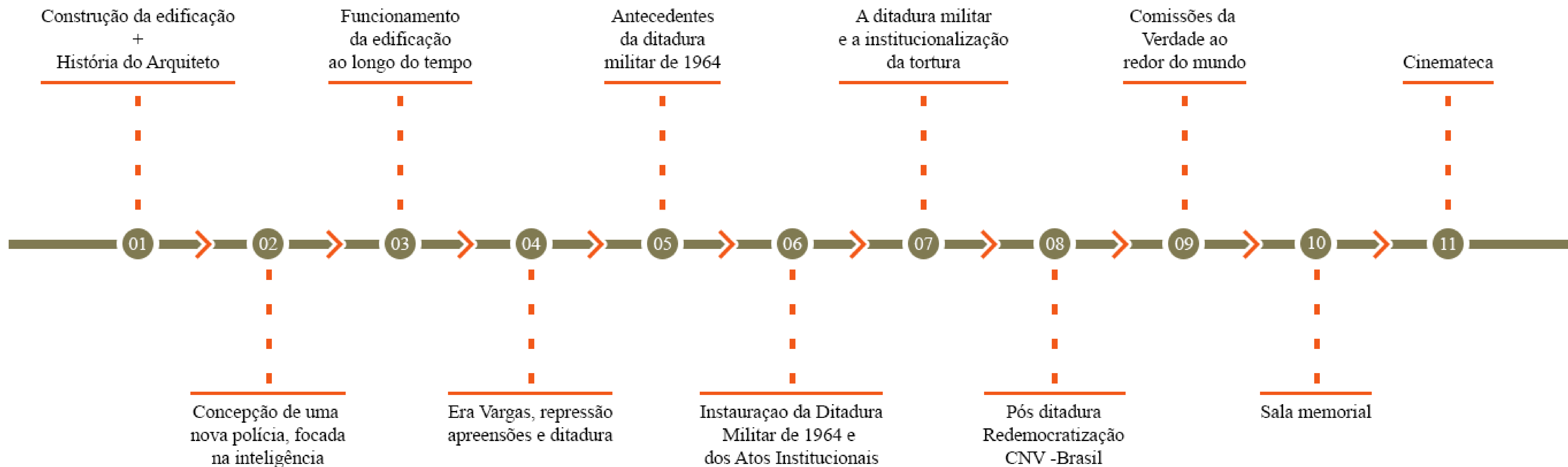


Figura 67 - Estrutura da linha narrativa do museu. Fonte: Imagem elaborada pela autora

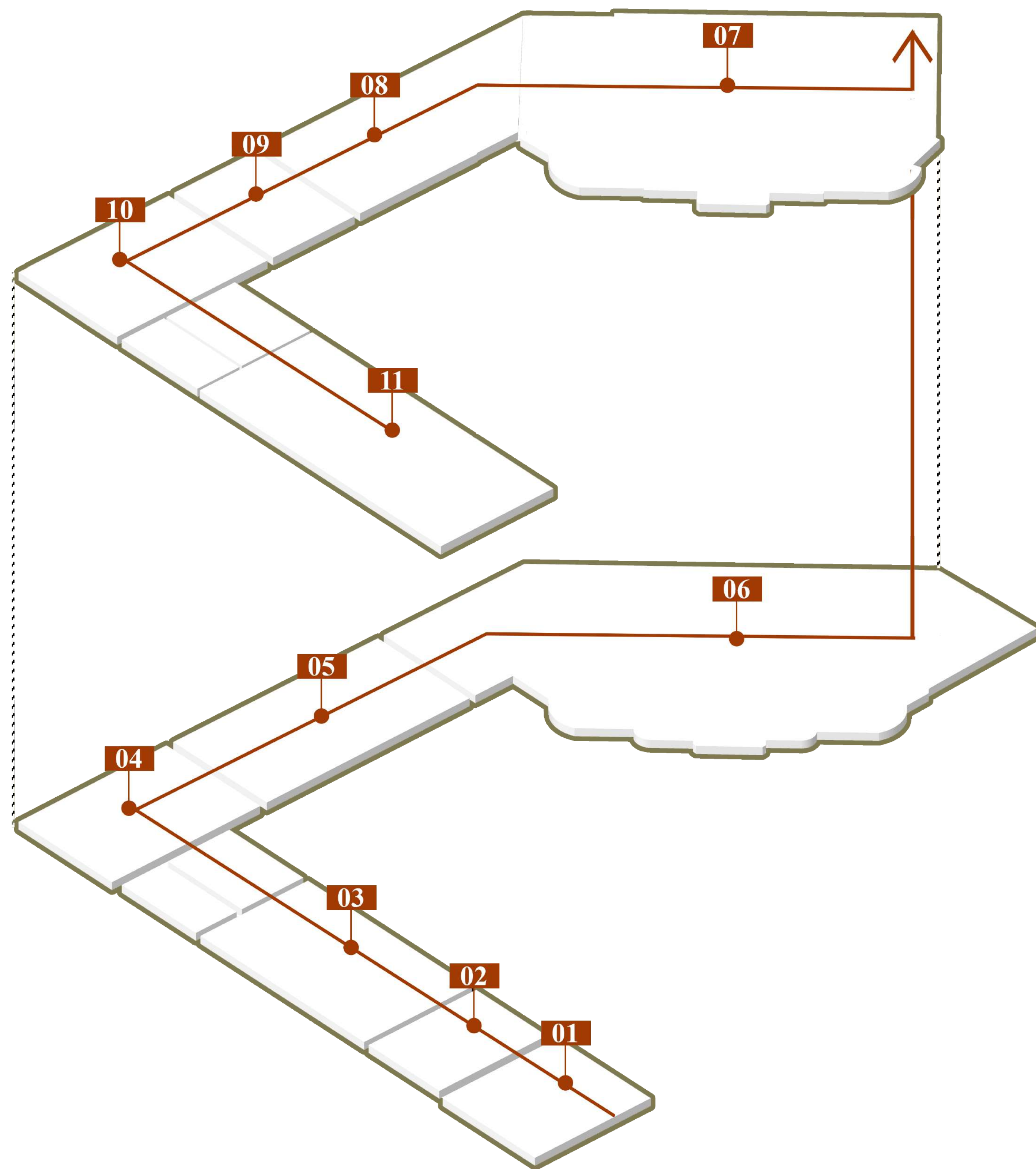


Figura 68 - Diagrama conceitual da estrutura narrativa do museu. Fonte: Elaborada pela autora

8 o projeto

8.6 memorial de projeto

O projeto em questão visa a preservação de um exemplar da arquitetura eclética nacional, não somente pelo seu valor arquitetônico, ainda que este não o falte, mas principalmente pela preservação de seu valor social enquanto lugar de memória.

Assim sendo propomos um projeto de readaptação de uso, de modo a ressignificar o espaço e trazer usos contínuos de modo a garantir o manutenção da integridade da edificação. Inicialmente o projeto objetivava a transformação de uso passando de sede do museu da Polícia Civil a um espaço memorial voltado à ditadura militar brasileira, ocorrida em 1964, e na sede do INEPAC. Contudo, no decorrer do processo projetual compreendemos que o espaço de quase 6.000 m² deveria abarcar mais programas além destes dois iniciais, de modo a agregar mais diversidade trazendo assim uma ampla gama de pessoas para sua utilização. Desta forma o projeto final engloba além dos dois programas iniciais, um café, uma livraria junto a uma loja de souvenir, um “coworking”, uma área de exposição temporária, um auditório, a área administrativa do museu, além das áreas técnicas e áreas para as equipes de campo (limpeza, brigada de incêndio, manutenção e equipe de segurança).

O projeto do museu, descrito anteriormente, visa a narrativa da história tanto da edificação quanto da política do país, no intuito de trazer luz a uma época tão obscura e pouco divulgada de nossa história recente

como uma estratégia de não repetição, em contraponto a estratégia adotada atualmente de apagamento e silenciamento. Devido ao tipo de material expográfico do museu, utilizando como parâmetro as dimensões de outros museus e o manual de subsídio para criação de museu a reserva técnica foi dimensionada de modo a atender o museu contemplando assim uma área de 118,17 m². Para a área administrativa do museu utilizamos como base a equipe existente no Museo de la Memoria e de los Derechos Humanos, no Chile, levando-se em consideração somente o escopo pertinente a ambos os museus, deste modo definiu-se que o escopo da administração seria composto por um diretor executivo, uma secretária executiva, uma secretária administrativa, duas pessoas responsáveis pelo financeiro, três museógrafos, uma pessoa responsável pelo TI, duas pessoas responsáveis pelo marketing e relações públicas, três pessoas responsáveis pelo acervo e por investigações e duas pessoas responsáveis pelos estudos de extensão e produção, totalizando assim 15 pessoas na administração.

O objetivo de trazer para este espaço o INEPAC foi dar ao instituto um lugar fixo, visto que atualmente ocupa parte da Biblioteca Parque no Centro do Rio de Janeiro de maneira provisória e já esteve em diversos outros endereços. Para elaboração do projeto foram realizadas entrevistas com os responsáveis de cada uma das áreas do INEPAC, conforme descrito detalhadamente anteriormente. Para o dimensionamento da equipe do

INEPAC consideramos os quantitativos ideias para cada setor de acordo com o que foi informado nas entrevistas, de modo que diversos setores se comparados com o efetivo atual possuem mais postos de trabalhos.

Como programas complementares temos no térreo a livraria que será também uma loja de souvenir que se objetiva ser temática, de modo que boa parte do seu acervo deva ser composto pelos materiais produzidos pelo INEPAC e por temáticas relativas ao museu, logo após a livraria e num intuito de unir a experiência da aquisição do livro com o desfrute dele, há uma cafeteria – que pode ser utilizada por todos. O terceiro pavimento abrigará um coworking público que pretensamente será administrado pelo próprio museu, a existência deste espaço se deve a ausência de locais públicos gratuitos no Centro do Rio de Janeiro onde as pessoas possam utilizar livremente sem que estejam realizando consulta a algum material.

Atualmente o prédio não possui o caráter público, o que juntamente com a pandemia, impossibilitou a visitação. Não obstante ao impeditivo físico de visitação, devido ao processo de tombamento em tramitação pelo IPHAN, foi possível ter acesso a imagens atuais do interior da edificação, o que apesar de não se equiparar a visitação traz os subsídios necessários para as proposições deste trabalho. Desta forma ficou definido que todas as divisórias existentes de caráter mais recente serão removidas, quanto a

remoção das alvenarias existentes, o projeto buscou ao máximo evitar essas subtrações contudo em alguns pontos se fez necessário, nesses casos o objetivo principal é preservar as características arquitetônicas relevantes que possivelmente existam nelas. De acordo com o material analisado a maior parte desses elementos se caracteriza como sancas ou ornamentos em alturas mais elevadas, para garantir a abertura do espaço físico sem descaracterizar tanto a arquitetura prévia, será realizado feito - assim como é realizado no museu Rodin – a abertura da parede deixando um “dente” (figura 70) na alvenaria de modo a preservar esses elementos decorativos e demarcar a existência da alvenaria, para o local da alvenaria no piso, é previsto que o piso seja recomposto, mas não com o intuito de esconder o local original da parede (figura 71), mas sim demarcando a sua existência prévia.

Por fim, com base nos diversos usos diferentes que a edificação abrigará se faz necessário um controle dos fluxos de modo a limitar certos acessos e ao mesmo tempo direcionar um certo percurso proposto. Portanto, a fim de atingir esses dois objetivos e prezando pelo manutenção das características fundamentais da edificação o projeto propõem que todas as esquadrias sejam mantidas em seus lugares de origem, mas que se elejam esquadrias a serem mantidas permanentemente fechadas de modo a limitar os fluxos e construir caminhos e narrativas.

Destarte compreendemos que o projeto engloba diversos programas, atraindo públicos distintos com o objetivo de mantê-lo vivo – e íntegro - e desta forma manter viva também todas as histórias que o compõem, ajudando assim na construção de uma narrativa nacional sobre a nossa própria história num intuito de trazer luz a um período ainda tão velado, através da preservação do patrimônio pelo seu valor social.

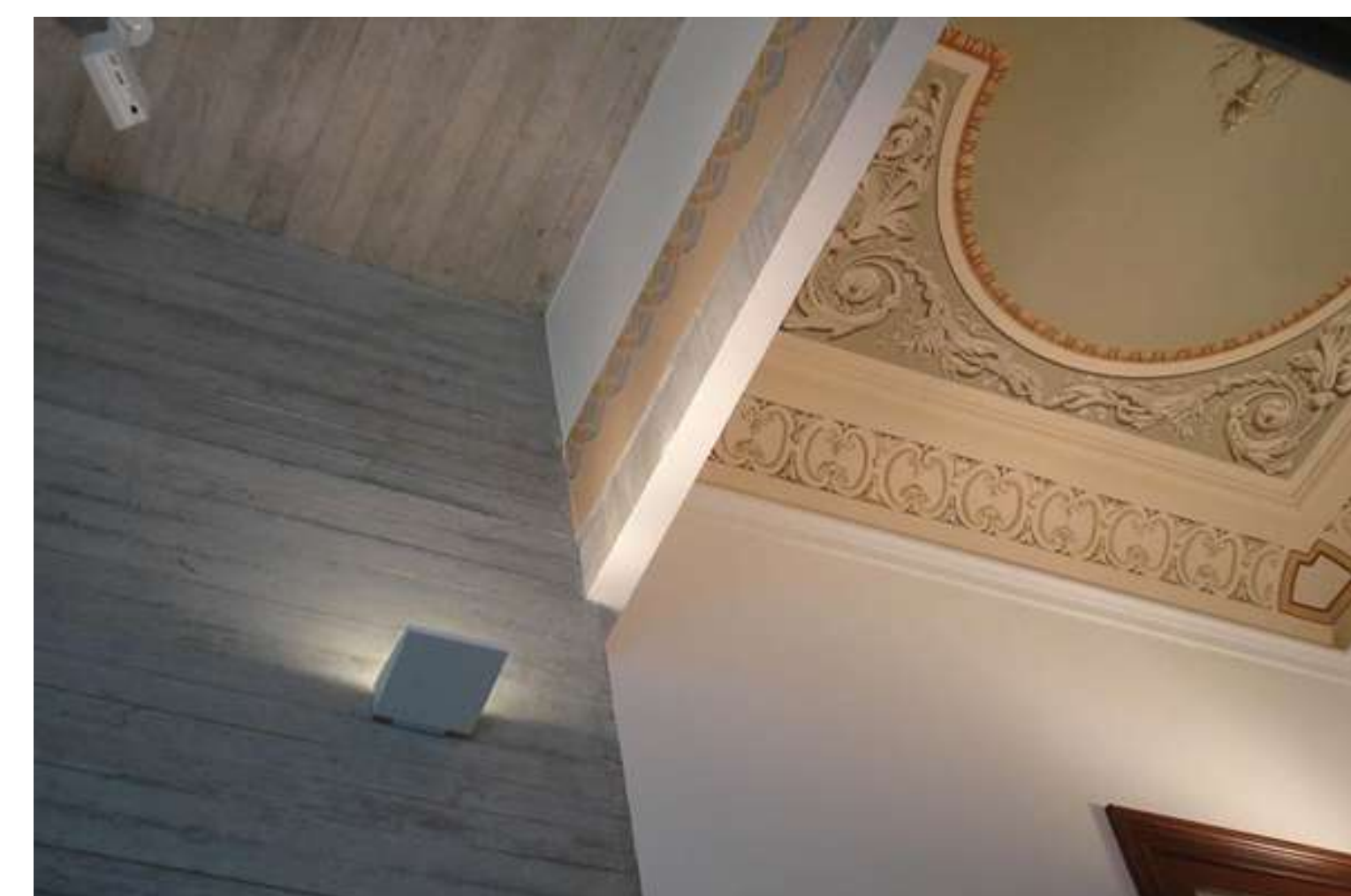


Figura 70 - “Dente” deixado após demolição da alvenaria existente. Fonte: Escritório Brasil Arquitetura

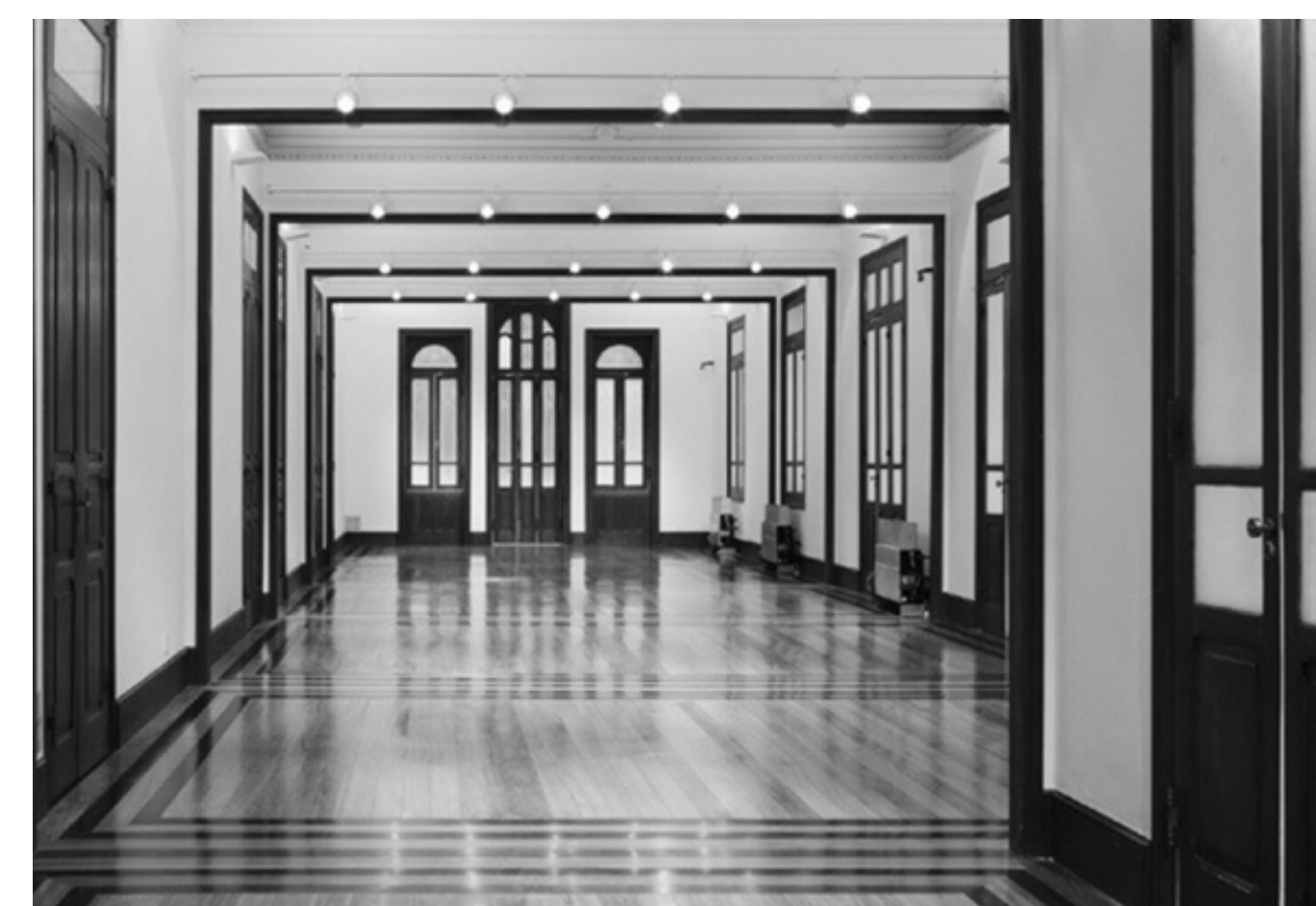


Figura 71 - Sala de exposições criada no segundo pavimento a partir da demolição das paredes internas. Fonte: Acervo do escritório Brasil Arquitetura

diagrama de fluxos

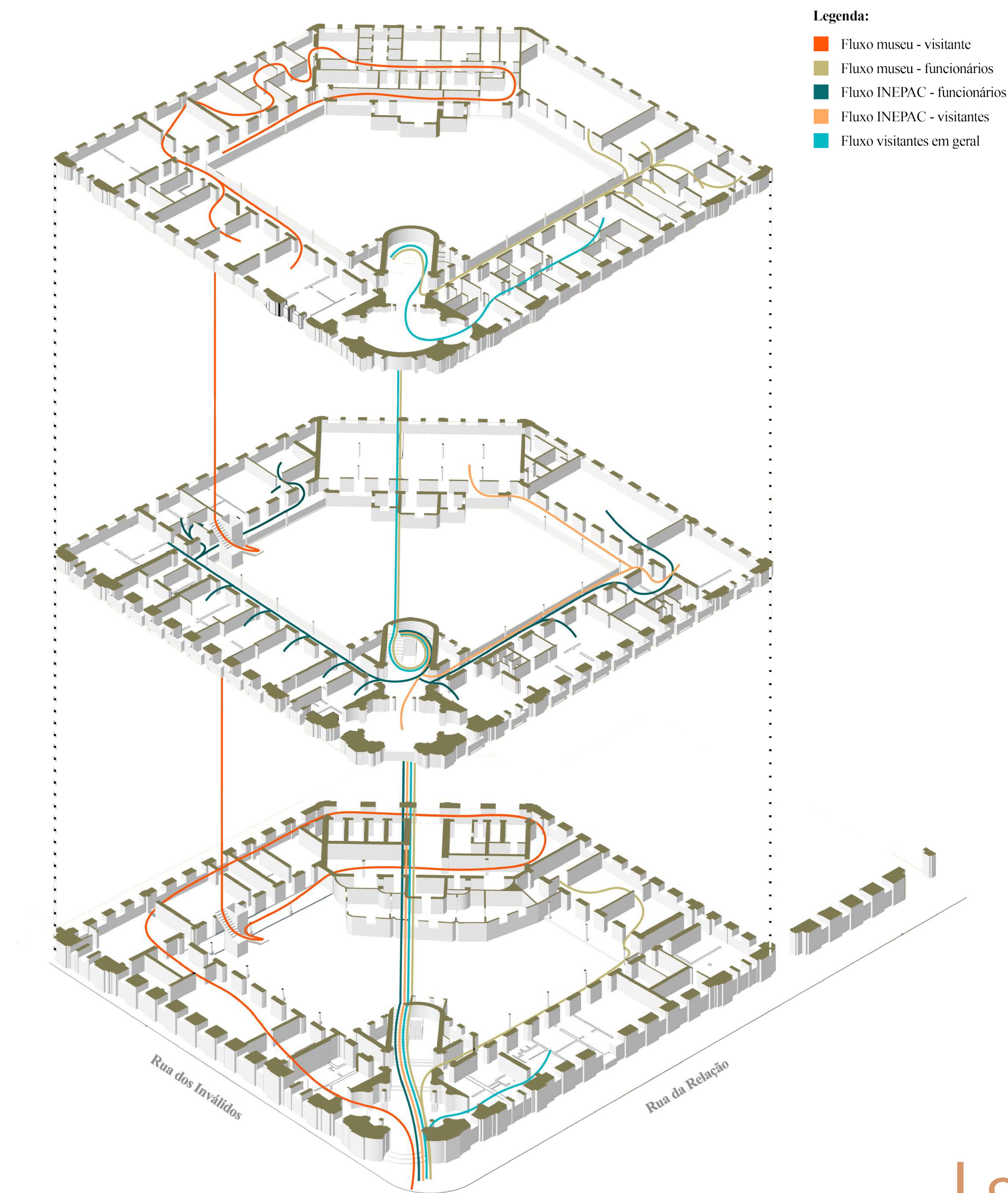




Figura 73 - Planta baixa com layout do 2º pavimento. Fonte: Imagem elaborada pela autora



Figura 74 - Planta baixa com layout do 3º pavimento. Fonte: Imagem elaborada pela autora

perspectivas |



| perspectiva interna da sala memorial



| perspectiva do pátio externo, antigo estacionamento.



| perspectiva do pátio interno

9 bibliografia

ALVES, Luiz Gustavo. **A situação da “Coleção Magia Negra” e o cenário dos processos de restituição de objetos**. Em: ANPUH Brasil - 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565059462_ARQUIVO_trabalhoANPUH.pdf>. Acesso em: 28 de mai. de 2021

AMARAL, B. H. R. **As normas que protegem o patrimônio cultural brasileiro**. Consultor Jurídico - MP no Debate. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-set-10/mp-debate-normas-legais-protagem-patrimonio-cultural-brasileiro>>. Acesso em: 29 de mai. de 2021

BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê editorial, 2008, p. 31 – 63.

BOLSONARO volta a apoiar ato antidemocrático contra o STF e o Congresso, em Brasília. G1 - Fantástico, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/05/03/bolsonaro-volta-a-apoiar-ato-antidemocratico-contra-o-stf-e-o-congresso-em-brasilia.ghtml>>. Acesso em: 25 de mai de 2021

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl; apresentação Giovanni Carbonara; revisão Renata Maria. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004. p. 25 – 53.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. **Volume I**. Brasília: CNV, 2014. 976p. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>

BRASIL. Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.140%2C%20DE%2004%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201995.&text=Reconhece%20como%20mortas%20pessoas%20desaparecidas,1979%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.>. Acesso em: 15 de mai. de 2021

BRASIL, Ministério da Defesa. **Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964**. Brasília, DF, 31 de março de 2021 Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964-2021>>. Acesso em:

28 de mai. de 2021

CALICCHIO, Vera. **Atos Institucionais**. FGV CPDOC, s/ data. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>. Acesso em: 16 de maio de 2021.

CAMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Tabela 01(a) - Área, População e Densidade por Regiões Administrativas e Macrozonas de Ocupação Urbana do Município do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/pd2009/relatoriosIP-PUR/relatorio_IPPUR_tabela1a.PDF>. Acesso em: 29 de mai. de 2021

CARBONARA, Giovanni. **Brandi e a restauração arquitetônica hoje**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Revista *Desígnio*, 2006, n. 6, p. 35-47.

CASTRO, Celso. **O golpe de 1964 e a instauração do regime militar**. FGV CPDOC, s/ data. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>>. Acesso em: 16 de maio de 2021.

CHOAY, Françoise. **Para além de Ruskin e de Viollet-Le-Duc, Camillo Boito**. In: CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo:

Unesp, 2006, p. 136 –143.

CHOAY, Françoise. **A invenção do patrimônio Urbano**. In: CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2006, p. 155 – 179.

CHRISTOFOLETTI, Lilian. **Juiz condena Ustra por seqüestro e tortura**. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 de out. de 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1010200834.htm>>. Acesso em: 25 de mai. de 2021

CUNHA, Cláudia dos Reis e. **A atualidade do pensamento de Cesare Brandi**. Vitruvius, Resenhas Online, São Paulo, ano 03, n. 032.03, ago. 2004. Disponível em: . Acesso em: março de 2021.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Auschwitz e o turismo da memória**. Revista USP, São Paulo p.146-153, junho/agosto 1995.

DATA RIO. **Domicílios, população residente, suas variações relativas e densidade domiciliar, segundo as Áreas de Planejamento (AP) e Regiões Administrativas (RA) - 2000/2010**. 2019. 2019. Disponível

em: <<https://www.data.rio/documents/f3d052-da90444e0ab5173a95286dd825>>. Acesso em: 29 de mai. de 2021

DATA RIO. **Número de normas por atividade econômica segundo as Áreas de Planejamento (AP), Regiões Administrativas (RA) e Bairros no Município do Rio de Janeiro em 2005-2019**. 2019. Disponível em: <<https://www.data.rio/documents/26dabff74b114564bb5a0d4f9e73586b/about>>. Acesso em: 29 de mai. de 2021

ELIAS, I. B. **Aspectos históricos da conservação e restauro de objetos de caráter cultural a partir do século XIX**. Informativo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. São Paulo, ano 03, n. 14. Em out. de 2007. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info14/i-restauro.htm>>. Acesso em: 25 de mai. de 2021

FERRAZ, Joana Darc Fernandes & Campos, L. P. **Lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais**. Rio de Janeiro, 2018. Cadernos De Sociomuseologia, nº 11-2018 (vol 55). Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/6367>> Acesso em: 27 de mar. de 2021

FICO te devendo uma carta sobre o Brasil. Direção de Carol Benjamin. Brasil: Canal Brasil, 2020. (85 min)

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

GEHRKE, C. **Análise do Projeto de Reabilitação do Casino de Oficiais do Centro Clandestino de Detención, Tortura y Extermínio de la Escuela De Mecánica de la Armada – Esma. Buenos Aires/Argentina.** In: Cadernos do LEPAARQ Vol. XIV, nº27, 2017, p. 571 - 584

GIOVANNONI, Gustavo. **Verbete: Restauro dos Monumentos.** In: Gustavo Giovannoni: textos escolhidos. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, Ateliê Editorial, 2013, p. 191-204.

GONÇALVES, José Reginaldo. **Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais.** In: Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988. p. 264-275.

GOULART, Josette. **Deputados articulam projeto que dá poderes de guerra a Bolsonaro.** Veja, 30 de mar. de 2021. Disponível em:

<<https://veja.abril.com.br/blog/radar-economico/deputados-articulam-projeto-que-da-poderes-de-guerra-a-bolsonaro/>> . Acesso em: 25 de mai. de 2021

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Biblioteca Vértice, 1990.

ICOMOS, International Council on Monuments and Sites. **Carta de Veneza.** Tradução DGPC. [s. l.]: DGPC, 1964. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>. Acesso em: abril de 2021.

ICOMOS, International Council on Monuments and Sites. **Declaração do México, 1982.** Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/-Declara%C3%A7%C3%A3o-Confer%C3%Aancia-Mundial-sobre-Pol%C3%ADticas-Culturais-Mondiacult-M%C3%A9xico-1982.pdf>> Acesso em: maio de 2021.

ICOMOS, International Council on Monuments and Sites. **Conferência de Nara, 1994.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ck->

finder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf> Acesso em: maio de 2021.

ICOMOS, International Council on Monuments and Sites. **A Declaração de Quebec sobre a Preservação do Espírito do Lugar**, 2008. Disponível em: <https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf> Acesso em: maio de 2021.

INEPAC. **Antigo DOPS - Departamento de Ordem Política e Social. Rio de Janeiro**. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/270 Acesso em: 06 de mar. de 2021

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **Memórias da ditadura**. Períodos da ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/periodos-da-ditadura/>>. Acesso em: 16 de mai. de 2021.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional . **Cais do Valongo - Rio de Janeiro (RJ)**, s/d. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>>. Acesso em: 24 de ago. de 2021

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Cesare brandi e a teoria da restauração**. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, [S. l.], n. 21, 2007, p. 197-211. Disponível em: . Acesso em: mar. 2021.

KÜHL, B. M. **Notas sobre a Carta de Veneza**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, [S. l.], v. 18, n. 2, 2010, p. 287-320. Disponível em: . Acesso em: março 2021.

MACHADO, L. C. S. **A Releitura Sígnica de uma Memória Traumática: o Museu de Auschwitz-Birkenau**. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2497-1.pdf>>. Acesso em: 15 de ago de 2021

MATRÍNEZ, A. H. **¿Patrimonio conflictivo, patrimonio siempre en conflicto?** Un reto para la gestión cultural en la Europa del siglo XXI. In: BRAVO, M. C.; CASTRO, I. M.; GARCIA, W. R. Represión, exilio y posguerras. Las consecuencias de las guerras contemporáneas en el arte español. Madri: Editorial CSIC, 2019. p. 245 - 264.

MENEGAT, Rodrigo. **Nas ruas do Brasil a ditadura ainda vive.** A Pública, 2017. Disponível em: <<https://apublica.org/2017/10/nas-ruas-do-brasil-a-ditadura-ainda-vive/>>. Acesso em: 17 de março de 2021

MONTANER, Josep Maria; Muxí, Zaida. *Arquitetura e Política.* São Paulo, Gustavo Gili, 2014, p. 143 – 155.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. In: Projeto história, São Paulo, no.10, p.7-28, dez. 1993.

PAVAN, Juliana Silva. **A adaptação de uso dos lugares de memória:** ação de preservação ou de esquecimento?. In: RIBEIRO, ROSINA TREVISAN M. Patrimônio cultural e preservação no Brasil: Perspectiva interdisciplinar e narrativas contemporâneas. 1. ed. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2021. p. 260-283.

PIEPER, Oliver. **Ditadura da Argentina:** impunidade mais de 40 anos depois. In: Deutsche Welle. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/3g5HI>>. Acesso em: 25 de mai. de 2021

PODER 360. **Mourão, ministros do STF e deputados se dividem sobre golpe de 1964 nas redes.** 2021. Disponível em: <[\[w.poder360.com.br/historia/mourao-ministros-do-stf-e-deputados-se-dividem-sobre-golpe-de-1964-nas-redes/\]\(https://www.poder360.com.br/historia/mourao-ministros-do-stf-e-deputados-se-dividem-sobre-golpe-de-1964-nas-redes/\)>. Acesso em: 28 de mai. de 2021](https://ww-</p></div><div data-bbox=)

PRADAL, Fernanda Ferreira. **A “justiça de transição” no Brasil:** o caso do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=36281@1>> Acesso em: 27 de mar. de 2021

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social.** In: Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio.** In: Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

RIO DE JANEIRO. Lei Estadual nº 509, de 3 de dezembro de 1981. Dispõe sobre o Conselho Estadual de Tombamento e dá outras providências. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img//site/LegislacaoEstadual_11out05.pdf> Acesso em: 25 de maio de 2021

RIO DE JANEIRO. **Lei Complementar nº 111 de 1º de fevereiro de 2011**. Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=178079>>. Acesso em: 27 de mai. de 2021

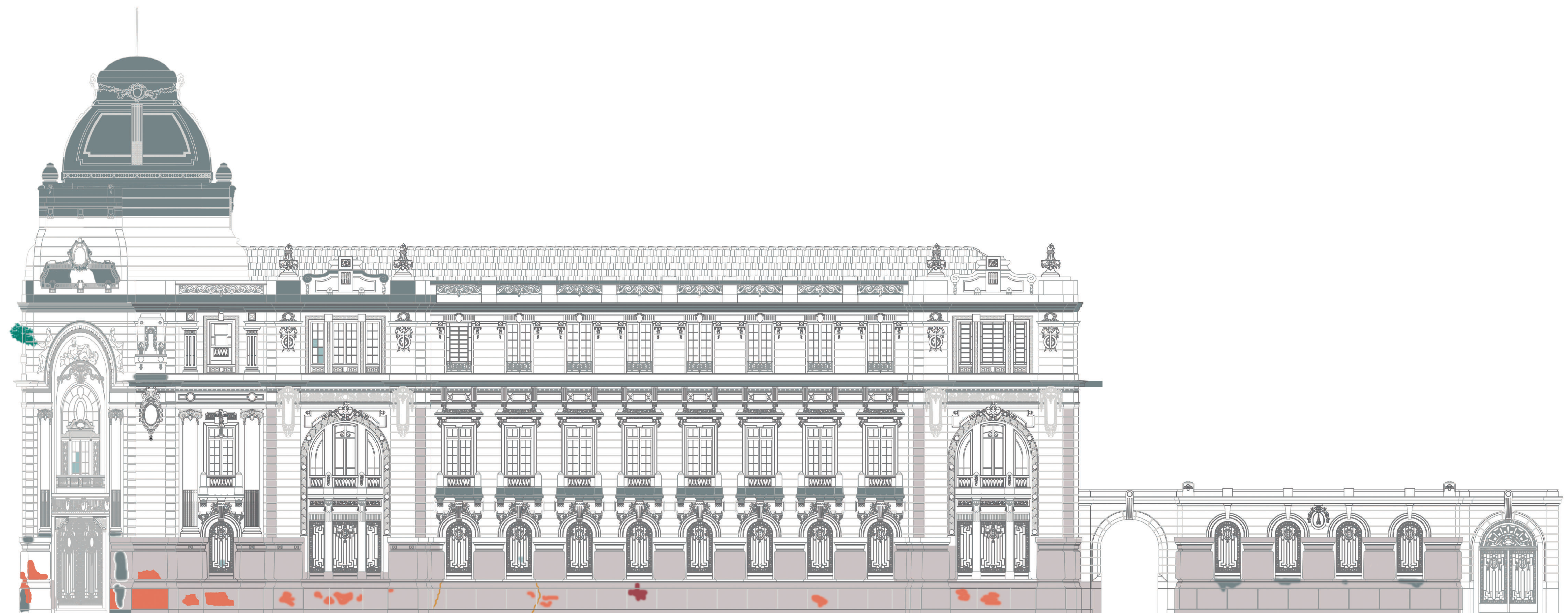
RODRIGUES, Cleber. **Acervo religioso apreendido há 130 anos é transferido para museu no Rio**. CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/09/21/acervo-religioso-apreendido-ha-130-anos-e-transferido-para-museu-no-rio>>. Acesso em: 28 de mai de 2021

RUSKIN, John. **Lâmpada da Memória**. Tradução Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia: Ateliê editorial, 2008, p. 52 – 85.

SANTOS, Cecília Rodrigues; MARQUES, Sonia. **Maldita memória**: Sobre a tirania da memorização e os anacronismos de um patrimônio refém. In: *ArquiMemória 4 – Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado*, Salvador, 2013.

VENCESLAU, Igor. **Auschwitz**: os portões da memória ainda abertos. *Outras Palavras*, 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/historia-e-memoria/auschwitz-os-portoes-da-memoria-ainda-abertos/>>. Acesso em 15 de ago de 2021.

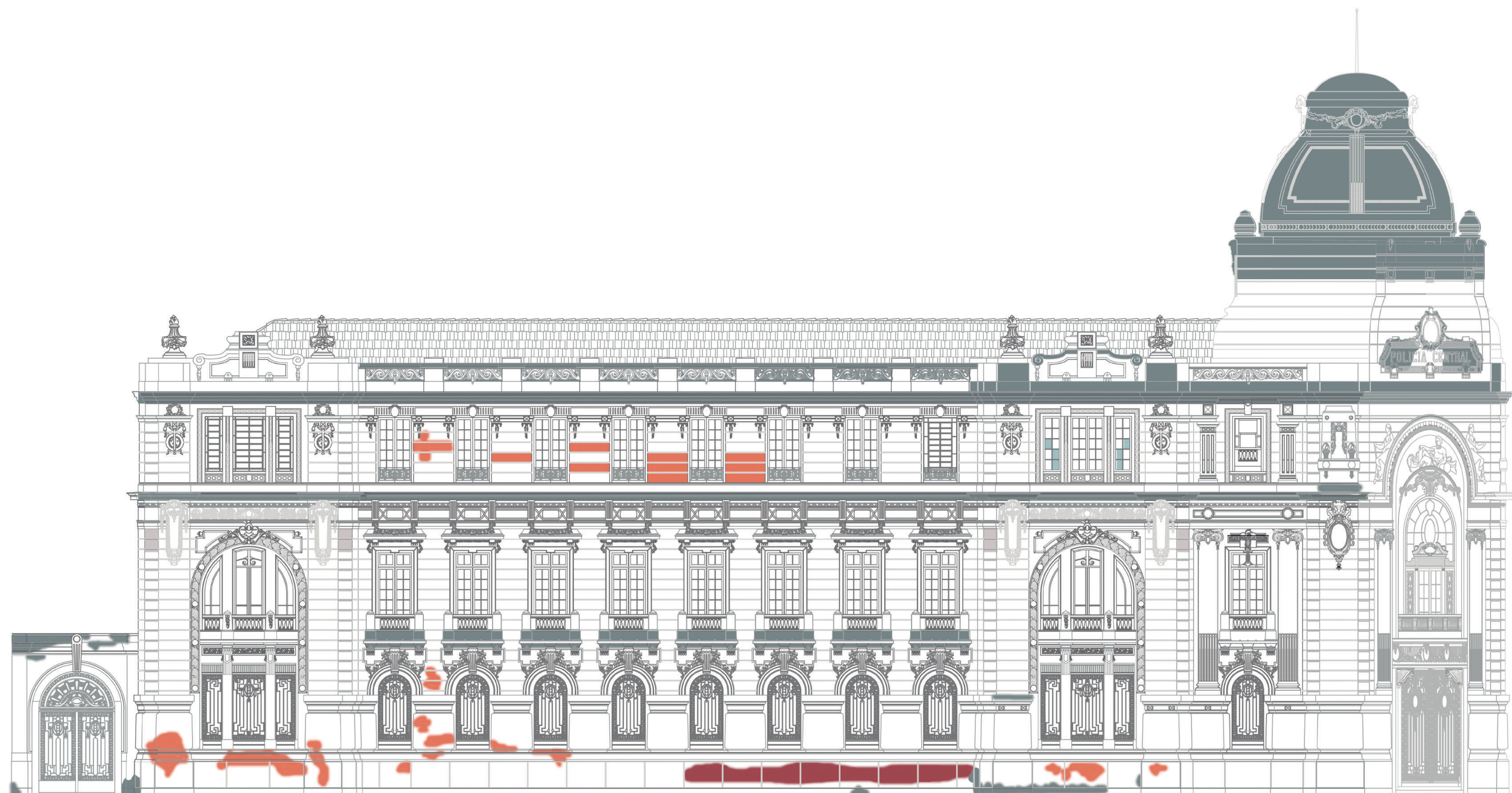
10 apêndice |



LEGENDA:

- AUSÊNCIA DE VIDROS
- SUJIDADES
- MICROORGANISMO/FUNGOS
- VEGETAÇÃO
- TRINCA
- DANO HUMANO
- DESPRENDIMENTO DE PINTURA





LEGENDA:

- AUSÊNCIA DE VIDROS
- SUJIDADES
- MICROORGANISMO/FUNGOS
- VEGETAÇÃO
- TRINCA
- DANO HUMANO
- DESPRENDIMENTO DE PINTURA



FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFRJ - TFG2 - 2021.1
 PALÁCIO DA POLÍCIA CIVIL - ANTIGO DOPS
 MAPA DE DANOS - FACHADA SUDOESTE - RUA DOS INVÁLIDOS
 CYNTHIA FRAST DYAN DE ANDRADE
 ESCALA: 1/200 DATA: 03/08/2021 DRE: 116152989



LEGENDA:

- AUSÊNCIA DE VIDROS
- SUJIDADES
- MICROORGANISMO/FUNGOS
- VEGETAÇÃO
- TRINCA
- DANO HUMANO
- DESPRENDIMENTO DE PINTURA



LEGENDA:

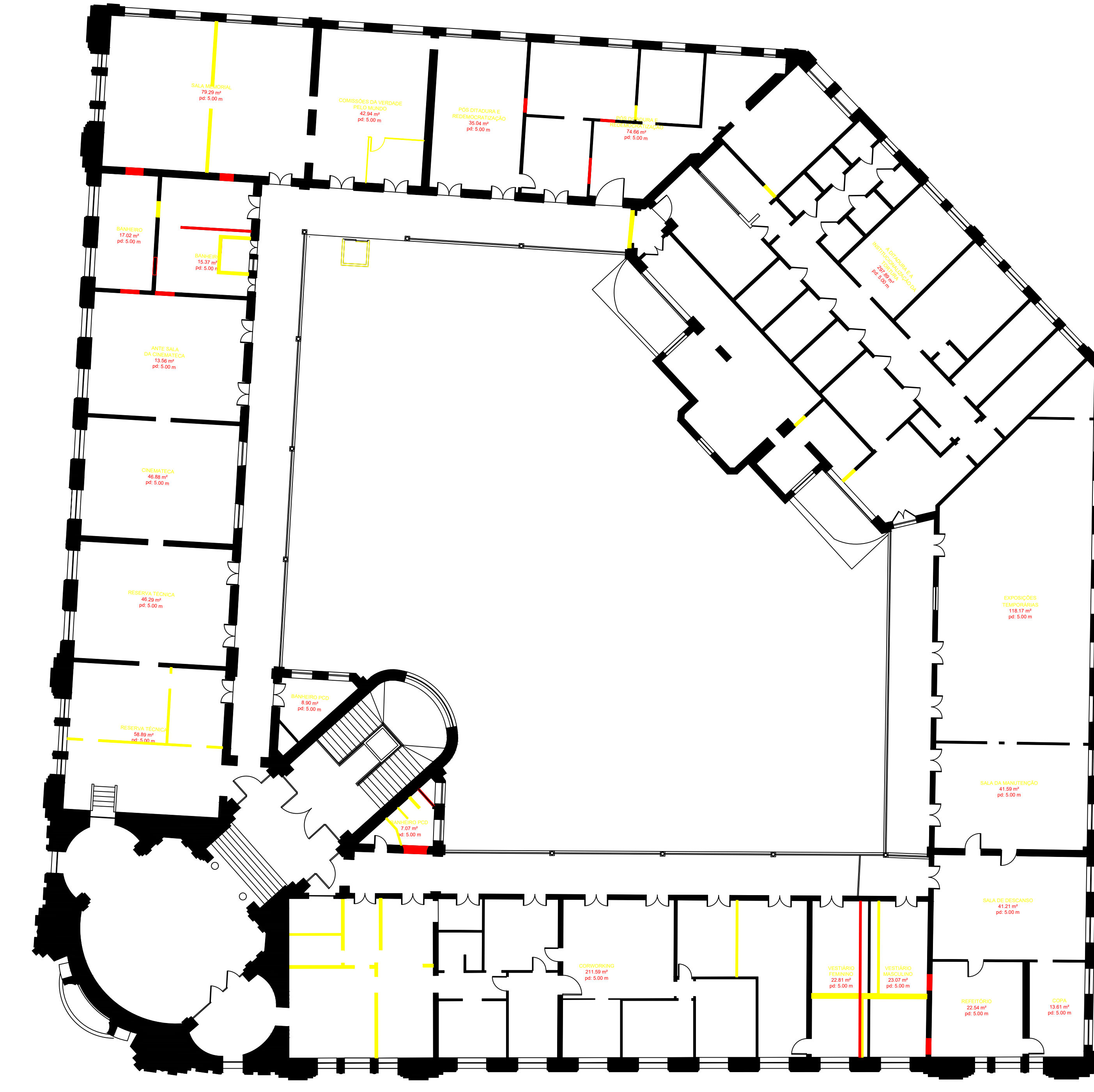
- AUSÊNCIA DE VIDROS
- SUJIDADES
- MICROORGANISMO/FUNGOS
- VEGETAÇÃO
- TRINCA
- DANO HUMANO
- DESPRENDIMENTO DE PINTURA



01 PLANTA BAIXA - TERREO - DEMOLIR/CONSTRUIR



01 PLANTA BAIXA - TERREO - DEMOLIR/CONSTRUIR



01 PLANTA BAIXA - TERREO - DEMOLIR/CONSTRUIR

LEGENDA:

EXISTENTE

DEMOLIR

CONSTRUIR

11 anexos |

Restaurar e Readaptar para Ressignificar

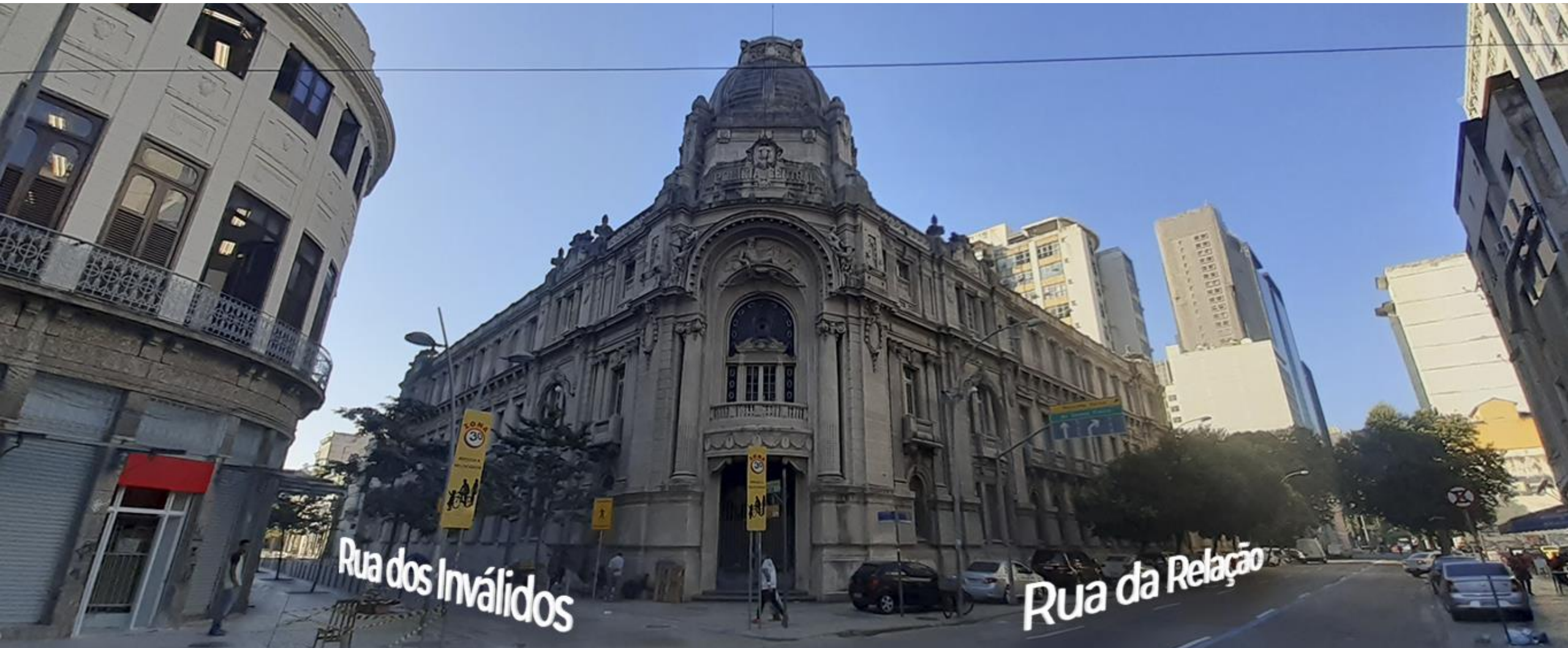
-
projeto de restauração e
adaptação de uso do antigo
DOPS como estratégia de
não repetição

TFG2
Cynthia Frast D. de Andrade
Orientadora: Juliana Pavan



o objeto

Prédio do antigo DOPS



Centro, Rio de Janeiro - RJ

o objeto

localização

Prédio do antigo DOPS

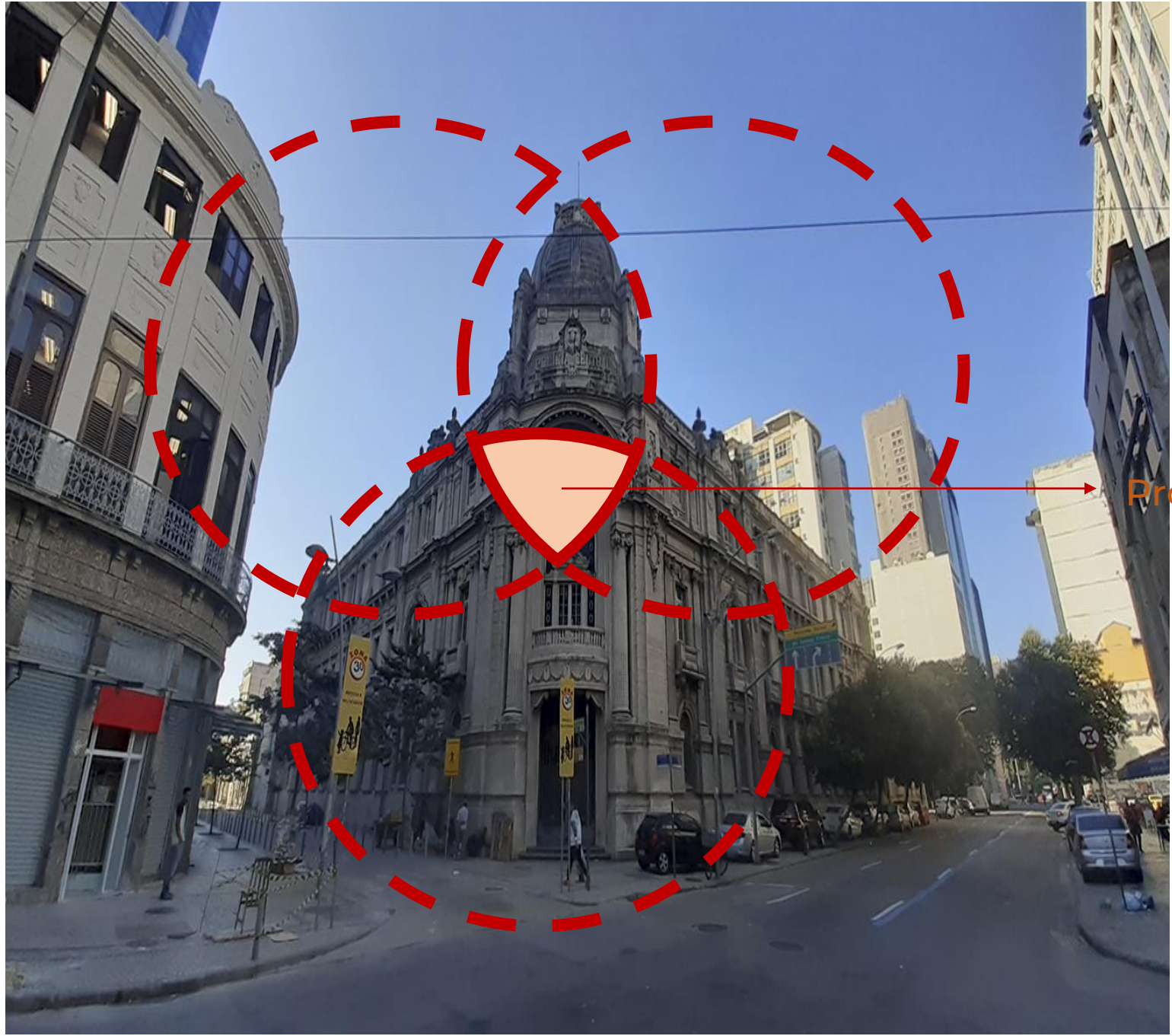


Legenda:

- Av. Chile
- Rua do Lavradio
- Av. Mem de Sá
- Rua da Relação
- Rua do Riachuelo



a justificativa



Projeto

objetivos

objetivo geral:

- Preservação e Restauração do edifício sede do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) por entendê-lo como lugar de memória relacionado ao passado recente, doloroso e não superado do contexto da ditadura militar brasileira.

objetivos específicos:

- Preservação da memória coletiva da sociedade;
- Restauração do edifício;
- Projeto de adaptação dos novos usos ao edifício;
- Criação de um memorial em homenagem às vítimas, em suas diversas escalas, da ditadura militar;
- Atribuição de um espaço destinado especialmente ao INEPAC, entendendo todas as suas necessidades;
- Tornar o edifício um espaço de debates e rememoração do passado doloroso, como estratégia de não repetição;
- Evidenciar o valor social e a natureza do patrimônio de memória sensível da edificação tombada.

USOS


```
graph LR; A((INEPAC)) --- B((MUSEU)); B --- C((CAFÉ)); C --- D((LIVRARIA/SOUVENIR)); D --- E((ÁREA DE ESTUDOS));
```

INEPAC

MUSEU

CAFÉ

LIVRARIA/
SOUVENIR

ÁREA DE
ESTUDOS

análise da edificação

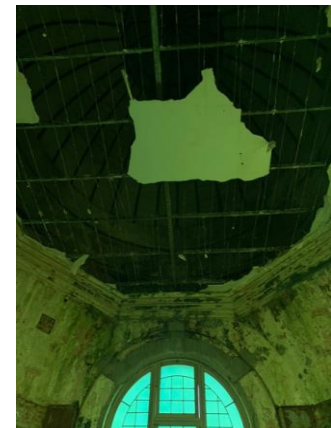
análise da edificação

fachadas



análise da edificação

1º pav



análise da edificação

2º pav



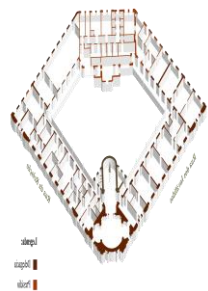
análise da edificação

3º pav

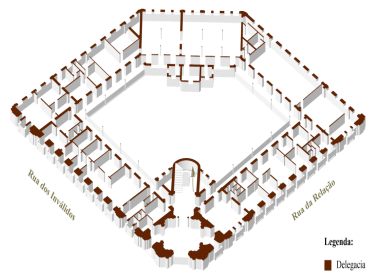


análise da edificação

pátio interno



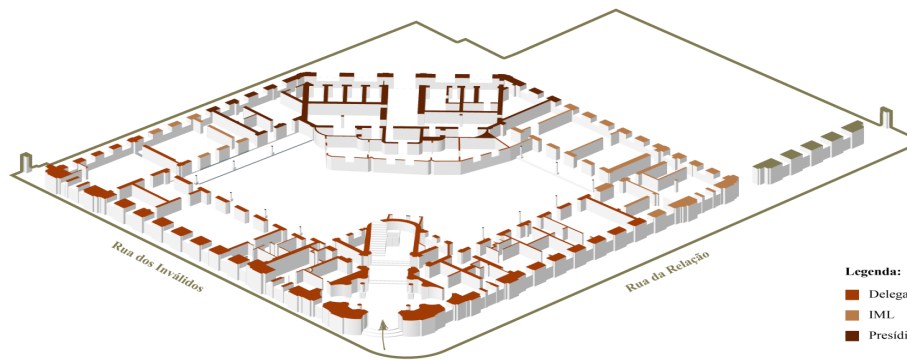
Delegacia
IML
Presídio



Rua dos Inválidos

Rua da Relação

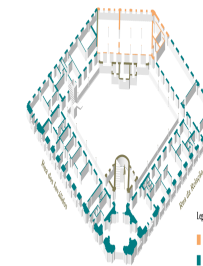
Legenda:
■ Delegacia



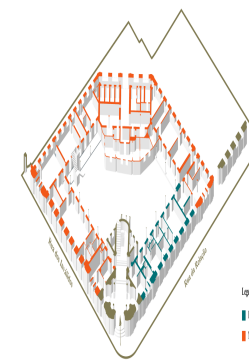
Rua dos Inválidos

Rua da Relação

Legenda:
■ Delegacia
■ IML
■ Presídio



Legenda:
■ Salão
■ Sala de Reunião



Legenda:
■ Sala de Reunião
■ Sala

diretrizes de restauro

- **Autenticidade da obra**
evitar ao máximo as imitações ao estilo
- **Compreensão das fases que compõem a história da edificação**
- **Reversibilidade da obra**
- **Identificação de novos elementos**
através da materialidade e estilo

referências

referências

ex ESMA, Buenos Aires



referências

Museu da Memória e dos Direitos Humanos, Chile

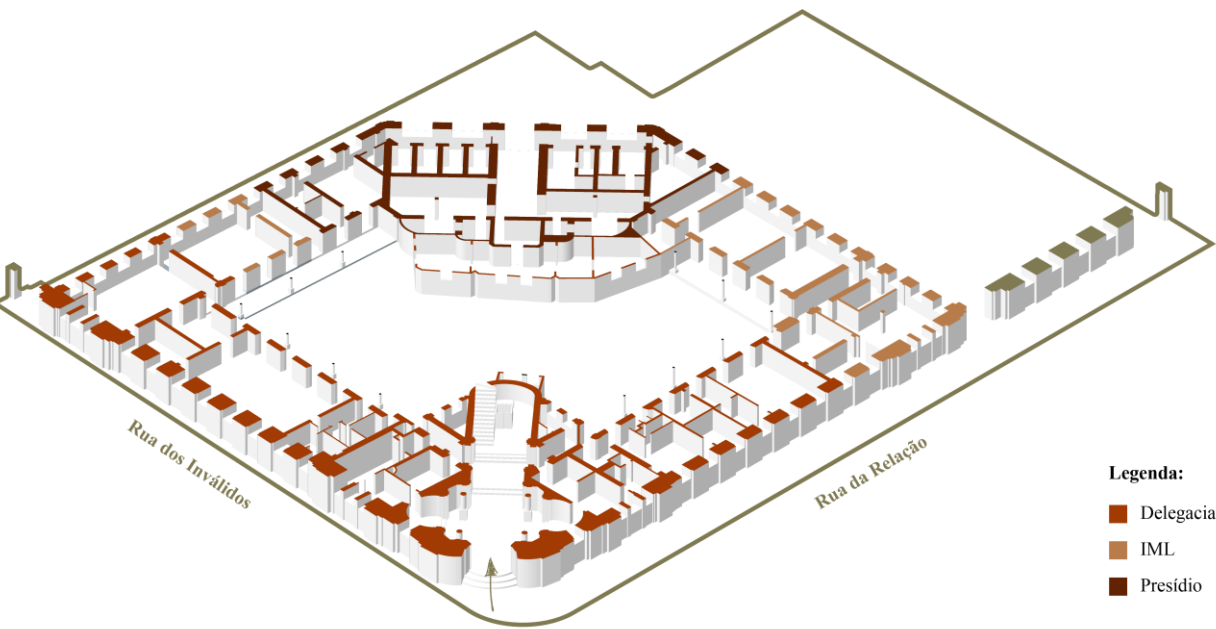


referências

Museu Rodin, Salvador

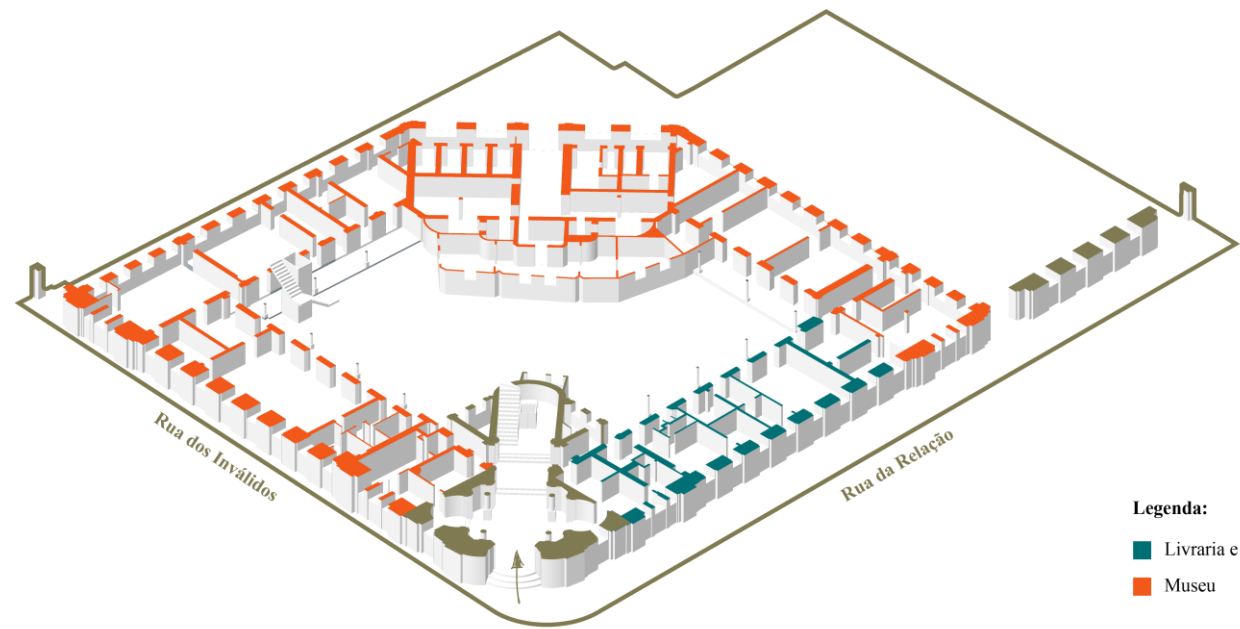


setorização



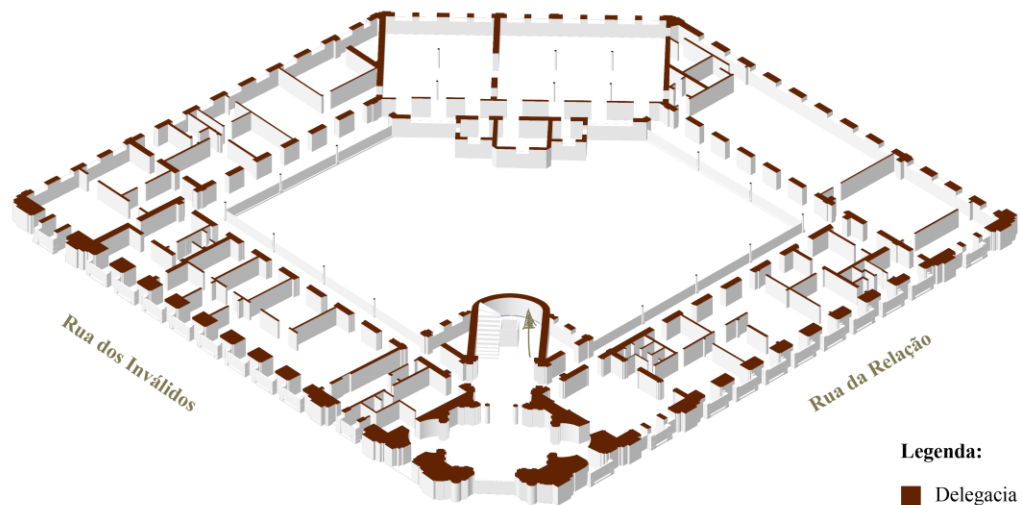
Legenda:

- Delegacia
- IML
- Presídio

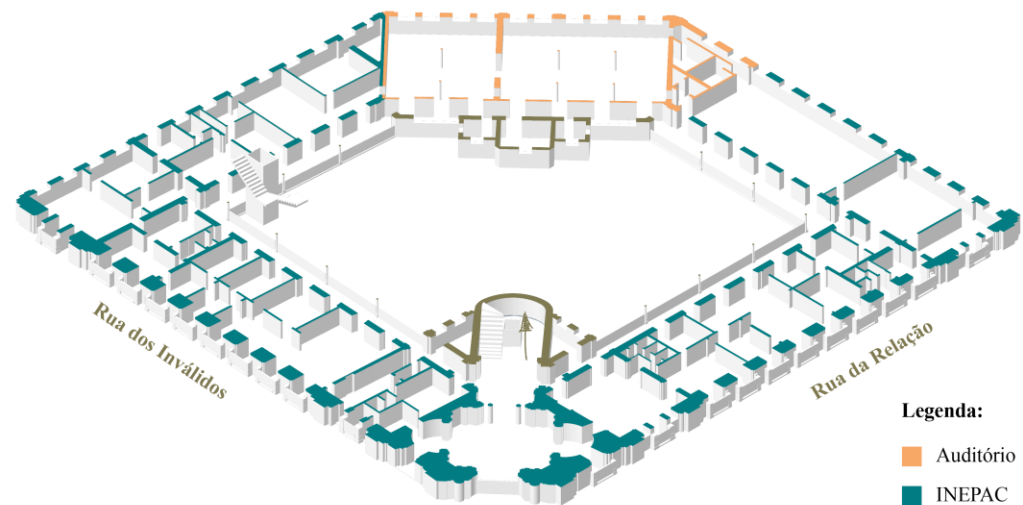


Legenda:

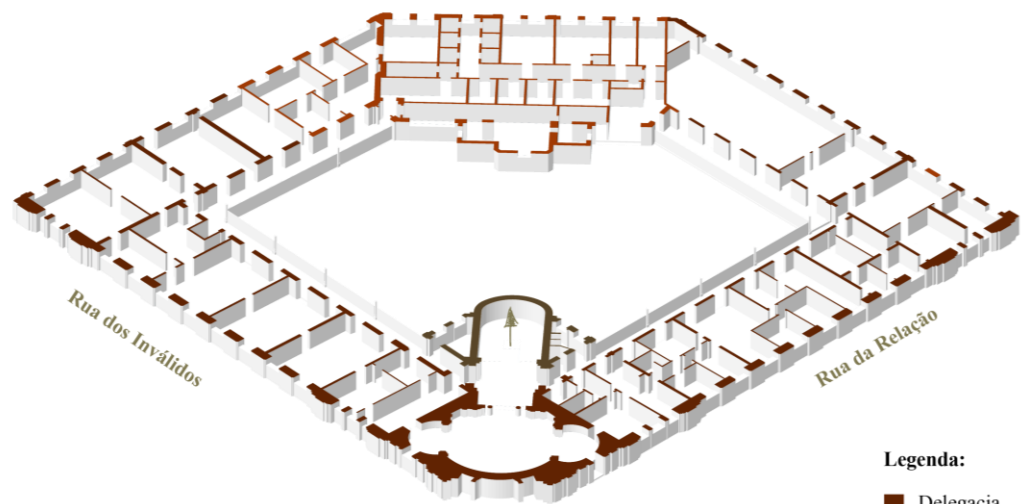
- Livraria e café
- Museu



Legenda:
■ Delegacia

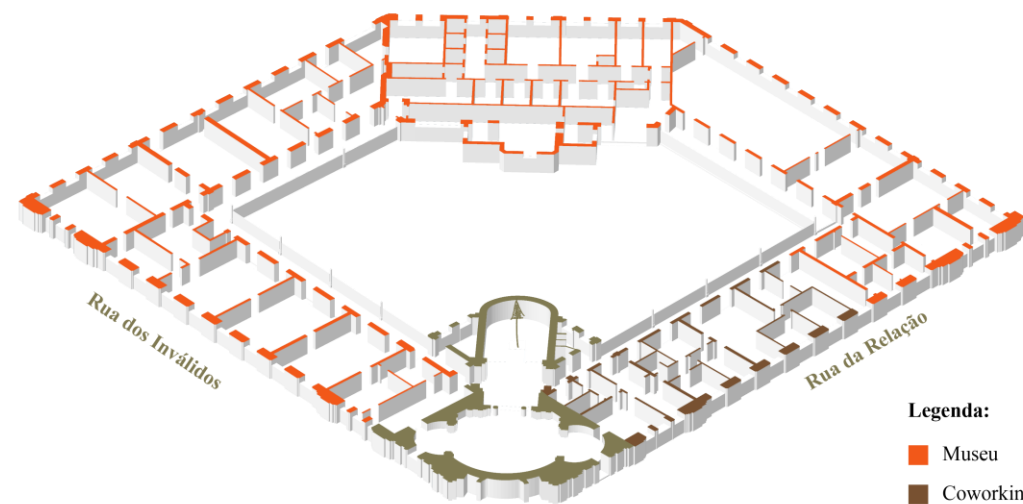


Legenda:
■ Auditório
■ INEPAC



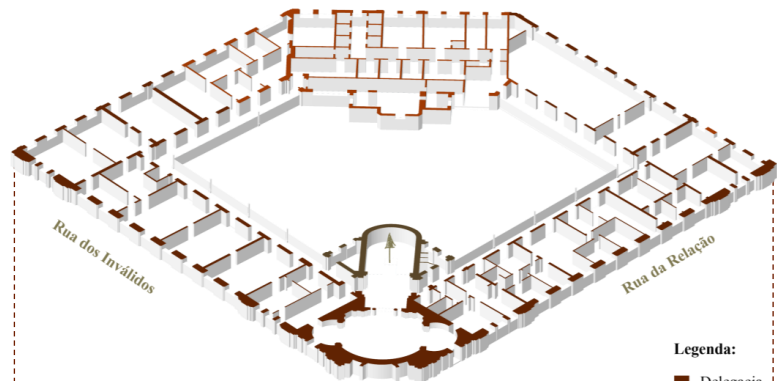
Legenda:

- Delegacia
- Presídio

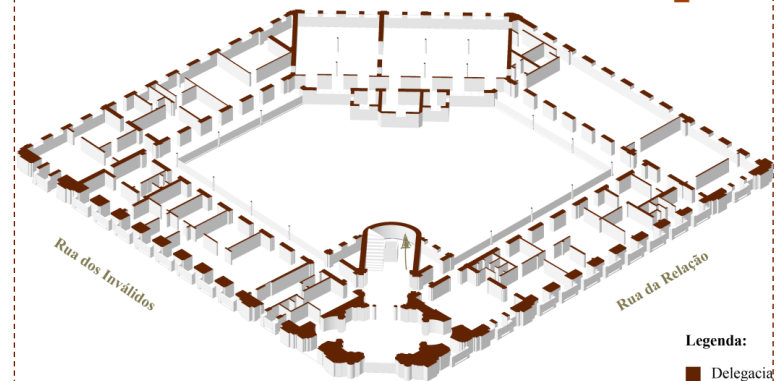


Legenda:

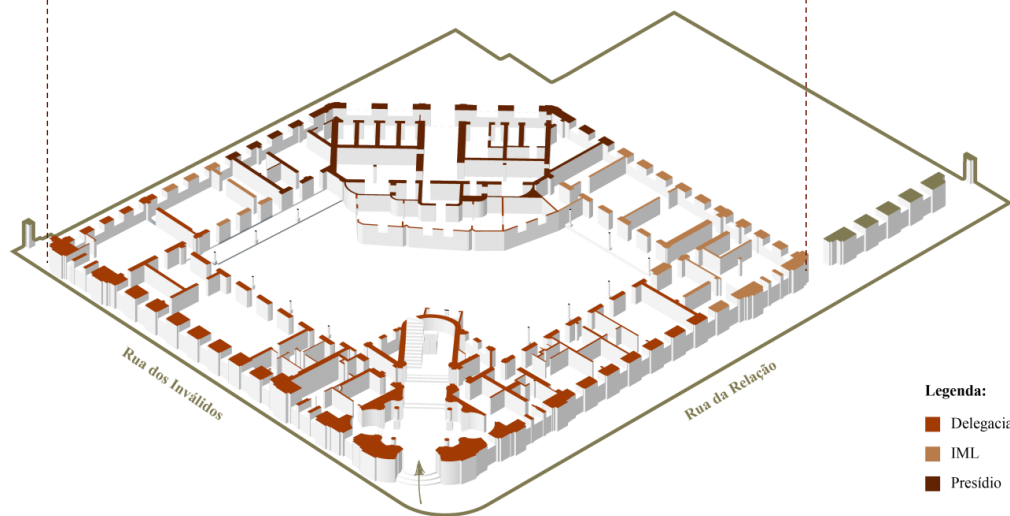
- Museu
- Coworking



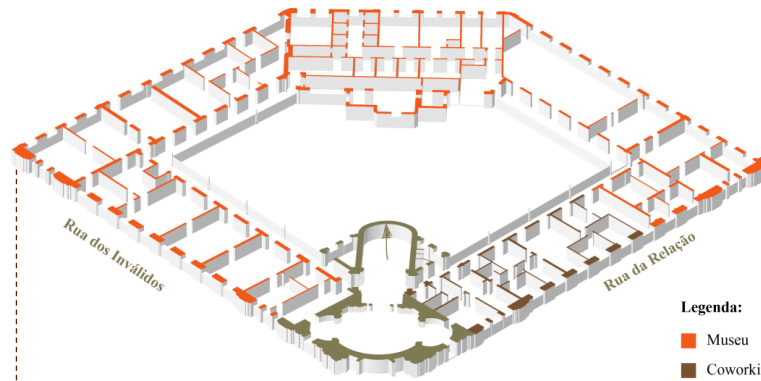
Legenda:
■ Delegacia
■ Presídio



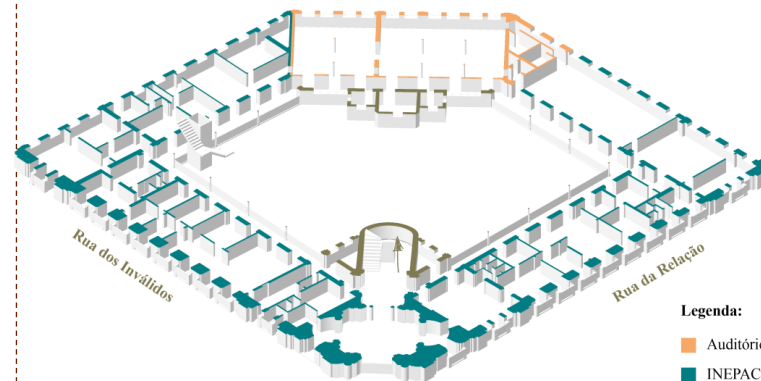
Legenda:
■ Delegacia



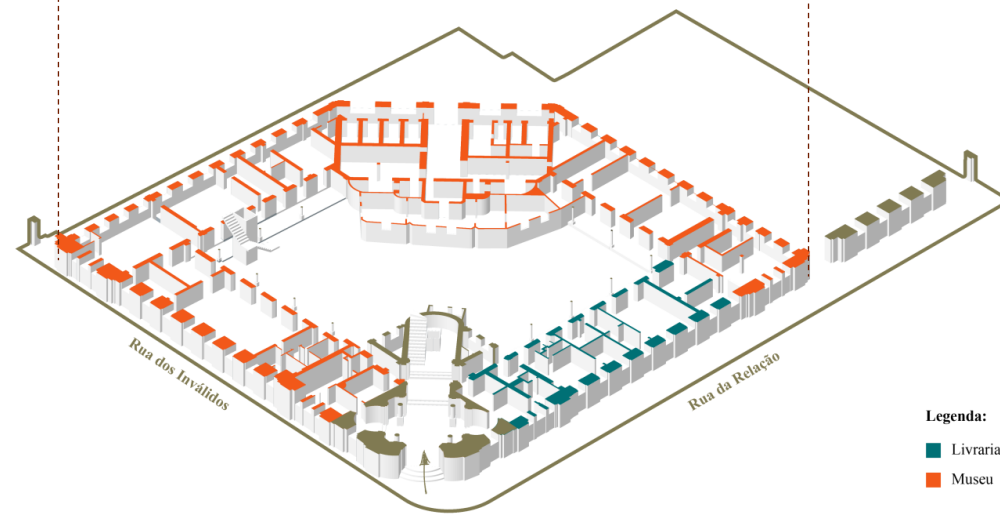
Legenda:
■ Delegacia
■ IML
■ Presídio



Legenda:
■ Museu
■ Coworking

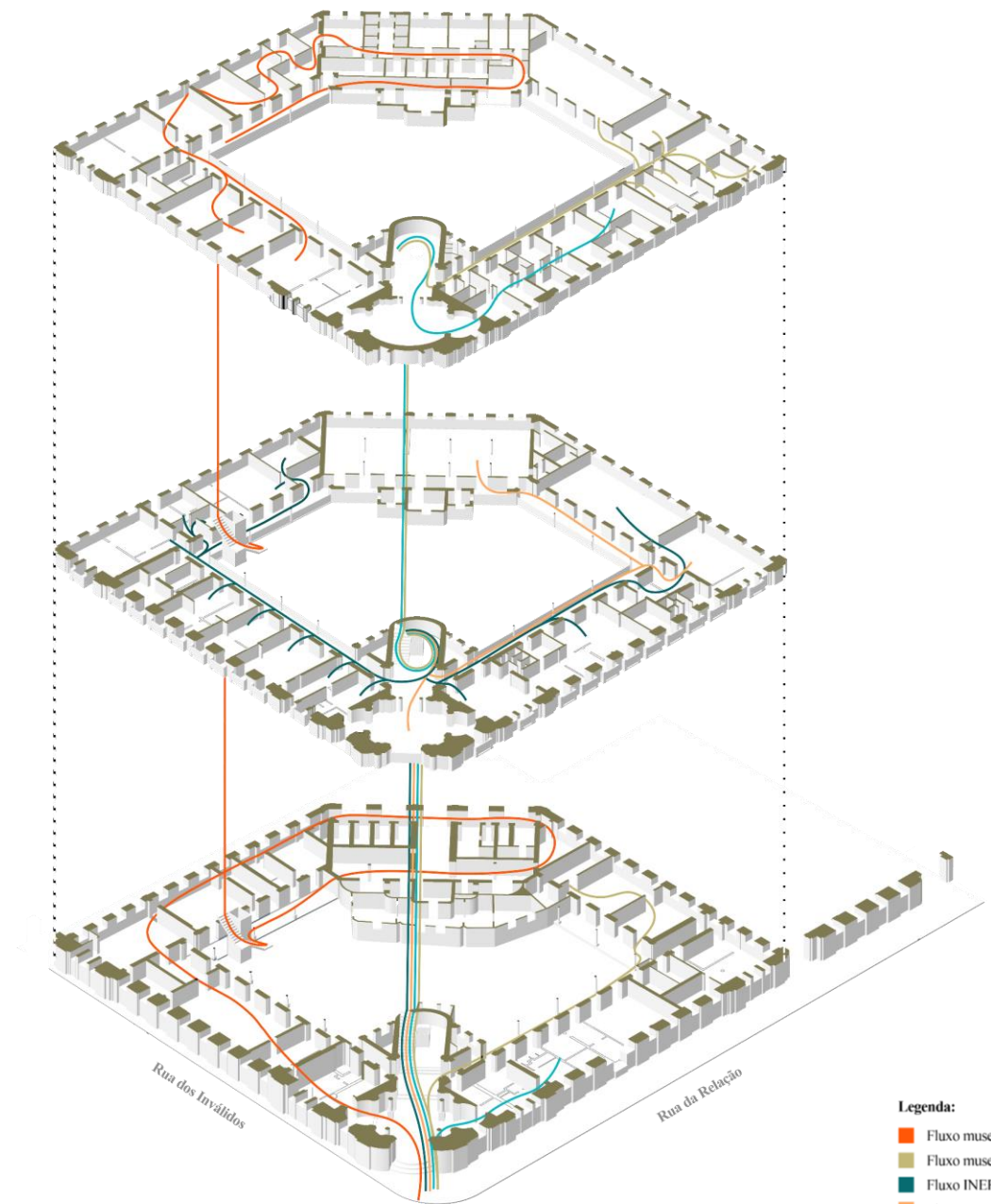


Legenda:
■ Auditório
■ INEPAC



Legenda:
■ Livraria e café
■ Museu

fluxos



- Legenda:**
- Fluxo museu - visitante
 - Fluxo museu - funcionários
 - Fluxo INEPAC - funcionários
 - Fluxo INEPAC - visitantes
 - Fluxo visitantes em geral



perspectivas

Mantenimento de parte da parede demolida

Não intervenção estética na edificação



Demarcação no piso do local onde a alvenaria foi retirada

Implementação de vegetação para reduzir a aridez

Murais livres para expressões diversas



Demarcação do caminho que era percorrido pelos presos

obrigada!

